



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 12 da lei 4.320/64

Item 5 da IN TCE - 03/2005

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		21.364.535.737,00	25.420.338.835,34	28.071.400.951,21	2.651.062.115,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		9.481.938.671,00	12.193.986.222,75	13.604.125.047,01	1.410.138.824,26
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		5.639.554.345,00	6.117.694.189,04	6.149.180.054,80	31.485.865,76
RECEITA PATRIMONIAL		125.793.305,00	140.090.825,34	433.811.802,81	293.720.977,47
RECEITA AGROPECUÁRIA		125.909,00	125.909,00	227.190,00	101.281,00
RECEITA INDUSTRIAL		1.571.429,00	1.571.429,00	1.807.793,28	236.364,28
RECEITA DE SERVIÇOS		882.165.041,00	884.365.041,00	965.420.261,36	81.055.220,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.179.515.926,00	5.011.588.881,19	6.049.872.203,87	1.038.283.322,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.053.871.111,00	1.070.916.338,02	866.956.598,08	(203.959.739,94)
RECEITAS DE CAPITAL		749.542.071,00	750.897.683,00	523.657.303,03	(227.240.379,97)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		479.549.608,00	479.549.608,00	360.971.670,26	(118.577.937,74)
ALIENAÇÃO DE BENS		22.663.812,00	24.019.424,00	21.850.855,96	(2.168.568,04)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		2.021.561,00	2.021.561,00	2.772.230,09	750.669,09
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		245.307.090,00	245.307.090,00	75.238.401,94	(170.068.688,06)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	62.824.144,78	62.824.144,78
SUBTOTAL DAS RECEITAS		22.114.077.808,00	26.171.236.518,34	28.595.058.254,24	2.423.821.735,90
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		22.114.077.808,00	26.171.236.518,34	28.595.058.254,24	2.423.821.735,90
DÉFICIT		0,00	2.564.630.452,03	0,00	(2.564.630.452,03)
TOTAL		22.114.077.808,00	28.735.866.970,37	28.595.058.254,24	(140.808.716,13)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00	2.910.252.283,63	0,00	(2.910.252.283,63)
Superávit Financeiro		0,00	2.910.252.283,63	0,00	(2.910.252.283,63)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO
EXECUÇÃO DIRETA E DESTAQUE CONCEDIDO		22.114.077.808,00	28.735.866.970,37	26.257.782.801,46	22.833.178.143,45	22.555.490.757,44	2.478.084.168,91
DESPESAS CORRENTES		19.445.360.031,00	22.609.719.549,32	21.281.525.261,67	19.972.031.480,70	19.766.064.344,08	1.328.194.287,65
Pessoal e Encargos Sociais		14.706.285.294,00	15.344.897.703,76	14.807.736.725,76	14.777.436.310,19	14.643.831.264,61	537.160.978,00
Juros e Encargos da Dívida		343.609.539,00	342.569.974,03	328.139.983,48	328.139.983,48	328.139.983,48	14.429.990,55
Outras Despesas Correntes		4.395.465.198,00	6.922.251.871,53	6.145.648.552,43	4.866.455.187,03	4.794.093.095,99	776.603.319,10
DESPESAS DE CAPITAL		2.666.717.777,00	6.124.147.421,05	4.976.257.539,79	2.861.146.662,75	2.789.426.413,36	1.147.889.881,26
Investimentos		2.082.643.928,00	4.879.893.786,33	3.844.385.371,80	1.729.274.494,76	1.657.554.245,37	1.035.508.414,53
Inversões Financeiras		4.921.137,00	249.040.944,74	141.415.923,04	141.415.923,04	141.415.923,04	107.625.021,70
Amortização da Dívida		579.152.712,00	995.212.689,98	990.456.244,95	990.456.244,95	990.456.244,95	4.756.445,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		22.114.077.808,00	28.735.866.970,37	26.257.782.801,46	22.833.178.143,45	22.555.490.757,44	2.478.084.168,91
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		22.114.077.808,00	28.735.866.970,37	26.257.782.801,46	22.833.178.143,45	22.555.490.757,44	2.478.084.168,91
SUPERÁVIT		0,00	0,00	2.337.275.452,78	0,00	0,00	(2.337.275.452,78)
TOTAL		22.114.077.808,00	28.735.866.970,37	28.595.058.254,24	22.833.178.143,45	22.555.490.757,44	140.808.716,13

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

ANÉSIA CRISTINA BATISTA
FTE
CONTADOR CRC Nº MT 007032/O-9



ANEXO 1 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Consolidado do Estado

EXERCÍCIO : 2021

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	197.715.905,73	574.276.190,75	351.462.981,37	350.971.079,22	299.339.812,20	121.681.205,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.155.230,97	15.392.042,06	9.930.358,35	9.930.358,35	3.099.097,73	3.517.816,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	196.560.674,76	558.884.148,69	341.532.623,02	341.040.720,87	296.240.714,47	118.163.388,11
DESPESAS DE CAPITAL	103.097.294,72	458.241.762,46	298.937.265,84	296.660.684,06	104.446.179,63	160.232.193,49
INVESTIMENTOS	103.097.294,72	457.682.762,46	298.411.769,70	296.135.187,92	104.412.675,77	160.232.193,49
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	559.000,00	525.496,14	525.496,14	33.503,86	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	300.813.200,45	1.032.517.953,21	650.400.247,21	647.631.763,28	403.785.991,83	281.913.398,55



ANEXO 2 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO

Consolidado do Estado

EXERCÍCIO : 2021

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	199.295.276,05	307.440.961,66	365.703.700,57	14.434.254,88	126.598.282,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.120.979,17	254.224.845,97	239.060.084,47	10.790.201,99	24.495.538,68
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	179.174.296,88	53.216.115,69	126.643.616,10	3.644.052,89	102.102.743,58
DESPESAS DE CAPITAL	27.005.015,09	11.997.958,94	15.161.769,56	7.240.204,03	16.601.000,44
INVESTIMENTOS	26.884.069,87	11.997.958,94	15.161.769,56	7.240.170,03	16.480.089,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	120.945,22	0,00	0,00	34,00	120.911,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	226.300.291,14	319.438.920,60	380.865.470,13	21.674.458,91	143.199.282,70



ANEXO 3 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS:

Consolidado do Estado

EXERCÍCIO : 2021 PERÍODO (MÊS):Dezembro

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.254.519.027,00		2.263.568.305,94		2.087.545.602,79	-176.022.703,15
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.110.782.879,00		2.119.782.879,00		1.988.082.086,59	-131.700.792,41
RECEITA PATRIMONIAL	0,00		0,00		0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		0,00		0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		0,00		218.769,93	218.769,93
RECEITA DE SERVIÇOS	143.736.148,00		143.736.148,00		97.394.078,98	-46.342.069,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		49.278,94		1.850.667,29	1.801.388,35
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00		27.000.000,00	27.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		0,00		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00		27.000.000,00	27.000.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.254.519.027,00		2.263.568.305,94		2.114.545.602,79	-149.022.703,15
DÉFICIT	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.254.519.027,00		2.263.568.305,94		2.114.545.602,79	-149.022.703,15
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.840.661.385,00	2.099.754.179,91	2.040.818.178,19	2.013.547.542,91	2.012.629.816,21	-58.936.001,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.785.971.084,00	2.017.738.968,65	1.967.919.387,33	1.967.729.387,33	1.967.062.178,11	-49.819.581,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.690.301,00	82.015.211,26	72.898.790,86	45.818.155,58	45.567.638,10	-9.116.420,40
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	30.000.000,00	30.000.000,00	27.000.000,00	27.000.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	27.000.000,00	27.000.000,00	27.000.000,00	27.000.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.840.661.385,00	2.129.754.179,91	2.070.818.178,19	2.040.547.542,91	2.039.629.816,21	-58.936.001,72
SUPERÁVIT	413.857.642,00	133.814.126,03	43.727.424,60	0,00	0,00	90.086.701,43
TOTAL DAS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.254.519.027,00	2.263.568.305,94	2.114.545.602,79	2.040.547.542,91	2.039.629.816,21	149.022.703,15



BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2021

Anexo 13 - Lei Complementar 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

CONSOLIDADO DO ESTADO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária		28.595.058.254,24	23.819.629.294,47
Ordinária		16.176.266.721,70	13.520.126.547,11
Vinculada		12.418.791.532,54	10.299.502.747,36
Recursos Vinculados à Educação		3.911.396.845,80	3.278.496.659,32
Recursos do Fundo de Manutenção e Des. do Ensino Fundamental e Val. do Magistério - FUNDEB		2.519.843.758,53	1.837.990.038,16
Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.290.938.849,31	1.338.623.762,28
Recursos da Contribuição ao Salário Educação		100.614.237,96	101.882.858,88
Recursos Vinculados à Saúde		2.763.452.522,63	2.117.097.326,45
Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde		2.763.452.522,63	2.117.097.326,45
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		3.410.739.756,44	3.148.780.571,74
Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes		491.541.695,46	440.223.121,73
Recursos de Contribuição dos Órgãos e Servidores para a Previdência Social		2.697.126.403,08	2.574.618.533,00
Recursos de Contribuição dos Servidores Militares para o Sistema Social		222.071.657,90	133.938.917,01
Recursos Vinculados à Assistência Social		57.913.624,26	50.814.057,91
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.746.241,07	500.555,92
Recursos destinados ao Fundo de Erradicação da Pobreza		56.167.383,19	50.313.501,99
Outras Destinações de Recursos		2.275.288.783,41	1.704.314.131,94
Transferências Financeiras Recebidas		23.464.478.727,28	19.397.642.862,30
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		23.464.478.727,28	19.397.642.862,30
Cota Recebida		22.523.043.915,62	17.565.558.886,66
Repasse Recebido		142.230.584,92	52.172,21
Repasses com Ônus		0,00	733.351.118,34
Recursos para cobertura de Déficit Financeiro		799.204.226,74	1.098.680.685,09
Recebimentos Extraorçamentários		25.943.312.698,80	19.665.824.571,58
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		3.424.614.550,34	1.032.517.953,21
Restos a Pagar não Processados		3.424.614.550,34	1.032.517.953,21
Inscrição de Restos a Pagar Processados		277.677.493,68	319.438.920,60
Restos a Pagar Processados		190.353.110,82	102.422.685,22
Consignações Inscritas em RP		87.324.382,86	217.016.235,38
Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados		10.325.726.738,54	7.510.552.712,78
Depósitos de Diversas Origens		9.663.987.043,58	7.170.060.794,03
Depósitos a Terceiros		661.739.694,96	340.491.918,75
Outros Recebimentos Extraorçamentários		11.915.293.916,24	10.803.314.984,99
Receita Própria a Receber		3.533.544.346,57	3.227.383.767,34
Receita Tesouro a Receber		120.841.919,64	106.389.643,15
Direitos Derivados Utilização Sdo Disponib. Cta Única-LC 360/09.		53.468.840,00	12.857.175,19
Fundo Contingencial/Ressarcimento a Receber		5.133.194,67	4.287.743,10
Consignações do Exercício		4.503.040.616,62	3.996.804.138,78
Receita Própria a Repassar		3.433.629.332,27	3.226.015.410,46
Receita do Tesouro a Repassar		260.010.243,20	225.275.005,72
Incorporação e Desincorporação de Saldo Financeiro		229.298,93	0,00
Créditos a receber Folha de Pagamento		200.838,17	5.852,87
Recursos Destinados a Pessoa/Dívida a Receber - Mov. Credor		5.195.286,17	4.296.248,38
Saldo em Espécie do Exercício Anterior		6.015.032.443,93	2.951.991.115,45
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.015.032.443,93	2.951.991.115,45
Bancos Conta Movimento		6.015.032.443,93	2.951.991.115,45
Capacidade Financeira		0,00	0,00



BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2021

Anexo 13 - Lei Complementar 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

CONSOLIDADO DO ESTADO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Recebida		2.525.423.372,02	177.283.117,70
Concedida		(2.525.423.372,02)	(177.283.117,70)
TOTAL GERAL		84.017.882.124,25	65.835.087.843,80

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Despesa Orçamentária		26.257.782.801,46	19.912.960.920,47
Execução Direta		26.257.782.801,46	19.912.960.920,47
Ordinária		14.224.088.201,99	10.565.074.021,48
Vinculada		12.033.694.599,47	9.347.886.898,99
Recursos Vinculados à Educação		3.921.293.817,09	2.799.841.401,98
Recursos do Fundo de Manutenção e Des. do Ensino Fundamental e Val. do Magistério - FUNDEB		2.577.085.736,13	1.796.958.756,09
Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.259.773.871,53	910.656.143,85
Recursos da Contribuição ao Salário Educação		84.434.209,43	92.226.502,04
Recursos Vinculados à Saúde		2.700.670.749,94	1.986.814.817,21
Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde		2.700.670.749,94	1.986.814.817,21
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		3.390.108.761,57	2.810.611.116,08
Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes		450.819.816,56	409.409.780,73
Recursos de Contribuição dos Órgãos e Servidores para a Previdência Social		2.722.104.255,35	2.268.108.561,15
Recursos de Contribuição dos Servidores Militares para o Sistema Social		217.184.689,66	133.092.774,20
Recursos Vinculados à Assistência Social		305.716,61	255.680,92
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		305.716,61	255.680,92
Outras Destinações de Recursos		2.021.315.554,26	1.750.363.882,80
Transferências Financeiras Concedidas		23.464.478.727,28	19.397.642.862,30
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		23.464.478.727,28	19.397.642.862,30
Cota Concedida		22.523.043.915,62	17.565.558.886,66
Repasse Concedida		142.230.584,92	52.172,21
Repasses com Ônus		0,00	733.351.118,34
Recursos para cobertura de Déficit Financeiro		799.204.226,74	1.098.680.685,09
Pagamentos Extraorçamentários		23.130.514.475,29	20.509.451.617,10
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		647.631.763,28	418.457.067,72
Restos a Pagar não Processados		589.701.682,08	343.820.858,69
RP Não Processados de Exercícios Anteriores		40.667.922,66	58.670.028,26
Consignações de RP Não Processados do Exercício		720.220,68	2.629.495,65
Consignações do Exercício de RP não Processados		16.541.937,86	13.336.685,12
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		380.865.470,13	1.682.645.622,81
Restos a Pagar Processados		166.056.093,98	1.017.112.827,05
Consignações Inscritas em RP		213.112.966,11	542.515.964,74
RP Processados de Exercícios Anteriores		1.061.504,32	57.139.274,37
Consignações de RP Processados de Exercícios Anteriores		634.905,72	65.877.556,65
Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados		10.155.938.369,19	7.606.552.033,41
Depósitos de Diversas Origens		9.756.663.824,34	7.259.207.572,53
Depósitos a Terceiros		399.274.544,85	347.344.460,88
Outros Pagamentos Extraorçamentários		11.946.078.872,69	10.801.796.893,16
Receita Própria a Receber		3.693.639.575,47	3.444.889.516,18
Receita Tesouro a Receber		0,00	6.400.900,00
Recursos Destinados a Pessoa/Dívida a Receber Mov. Devedor		5.195.286,17	4.296.248,38



BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2021

Anexo 13 - Lei Complementar 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

CONSOLIDADO DO ESTADO

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Créditos a receber Folha de Pagamento		5.852,87	5.643,19
Consignações do Exercício		4.497.158.689,64	3.990.914.358,03
Receita Própria a Repassar		3.533.544.346,57	3.227.383.767,34
Receita do Tesouro a Repassar		120.841.919,64	106.389.643,15
Incorporação e Desincorporação de Saldo Financeiro		37.091.167,66	4.371.898,60
Obrigações Derivadas Utilização Sdo Disponib. Cta Unica-LC 360/09.		53.468.840,00	12.857.175,19
Fundo Contingencial/Ressarcimento a Repassar		5.133.194,67	4.287.743,10
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte		11.165.106.120,22	6.015.032.443,93
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.165.106.120,22	6.015.032.443,93
Bancos Conta Movimento		11.165.106.120,22	6.015.032.443,93
Capacidade Financeira		0,00	0,00
Recebida		6.455.882.221,98	2.525.423.372,02
Concedida		(6.455.882.221,98)	(2.525.423.372,02)
TOTAL GERAL		84.017.882.124,25	65.835.087.843,80

ANÉSIA CRISTINA BATISTA
FTE
CONTADOR CRC Nº MT 007032/O-9



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



QUADRO ANEXO - BALANÇO FINANCEIRO - Dezembro/2021

STN/IPC 06

Especificação	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
Ordinária	25.682.089.885,47	9.505.823.163,77	16.176.266.721,70	18.036.592.781,67	4.516.466.234,56	13.520.126.547,11
Vinculada	21.357.988.207,27	8.939.196.674,73	12.418.791.532,54	16.618.513.735,23	6.319.010.987,87	10.299.502.747,36
Recursos vinculados à Educação	7.439.279.941,33	3.527.883.095,53	3.911.396.845,80	5.747.752.852,35	2.469.256.193,03	3.278.496.659,32
Recursos vinculados à Saúde	2.763.478.039,40	25.516,77	2.763.452.522,63	2.117.221.642,15	124.315,70	2.117.097.326,45
Recursos vinculados à Previdência Social - RPPS	3.410.739.756,44	0,00	3.410.739.756,44	3.148.780.571,74	0,00	3.148.780.571,74
Recursos vinculados à Previdência Social - RGPS						
Recursos vinculados à Seguridade Social (Assistência)	57.914.158,95	534,69	57.913.624,26	50.815.955,07	1.897,16	50.814.057,91
Outras Destinações de Recursos	7.686.576.311,15	5.411.287.527,74	2.275.288.783,41	5.553.942.713,92	3.849.628.581,98	1.704.314.131,94



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2021

Anexo 14 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.165.106.120,22	6.015.032.443,93
Créditos a Curto Prazo		11.819.873.618,22	9.659.701.013,73
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		134.015.737,80	129.170.488,62
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,03	0,03
Total do Ativo Circulante		23.118.995.476,27	15.803.903.946,31
Ativo Não-Circulante			
Realizável a Longo Prazo		8.952.438.601,69	9.587.502.544,58
Investimentos		187.078.982,46	40.492.602,69
Imobilizado		12.135.093.529,21	10.651.627.843,81
Intangível		55.926.954,39	46.497.764,94
Total do Ativo Não Circulante		21.330.538.067,75	20.326.120.756,02
TOTAL DO ATIVO		44.449.533.544,02	36.130.024.702,33
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		268.969.334,44	255.733.938,24
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		1.359.465.920,74	667.549.821,44
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		950.233.446,10	618.325.023,12
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		101.344,05	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		191.974.545,19	161.982.699,68
Demais Obrigações a Curto Prazo		9.858.995.131,49	6.327.897.197,35
Total do Passivo Circulante		12.629.739.722,01	8.031.488.679,83
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		152.127.127,88	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		4.599.880.470,16	6.005.472.215,75
Fornecedores a Longo Prazo		369.429.216,57	473.220.782,56
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		466.035.028,80	39.777.697.475,06
Demais Obrigações a Longo Prazo		570.549.399,73	599.281.774,41
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		6.158.021.243,14	46.855.672.247,78
TOTAL DO PASSIVO		18.787.760.965,15	54.887.160.927,61
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		485.951.338,33	458.951.338,33
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		935.738,32	935.738,32
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		458.682,46	458.682,46
Demais Reservas		54.084.604,58	22.534.467,64
Resultados Acumulados		25.120.342.215,18	(19.240.016.452,03)
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		25.661.772.578,87	(18.757.136.225,28)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.449.533.544,02	36.130.024.702,33



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2021

Anexo 14 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)			
	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		20.801.672.410,20	12.133.040.838,55
Ativo Permanente		23.647.861.133,82	23.996.983.863,78
Total do Ativo		44.449.533.544,02	36.130.024.702,33
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		13.855.772.250,61	7.930.955.319,62
Passivo Permanente		8.604.086.807,10	48.268.134.786,41
Total do Passivo		22.459.859.057,71	56.199.090.106,03
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		21.989.674.486,31	(20.069.065.403,70)

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)			
	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		189.539.773,31	130.569.019,48
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres		631.631.142,27	570.163.773,66
Direitos Contratuais		98.023.567,41	98.023.567,41
Outros Atos Potenciais Ativos		1.145.720.494,83	1.290.092.552,79
Total dos Atos Potenciais Ativos		2.064.914.977,82	2.088.848.913,34
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias Concedidas		121.426,30	6.555.266,75
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		1.185.720.178,20	1.108.468.535,77
Obrigações Contratuais		5.731.938.564,54	5.235.288.518,01
Outros Atos Potenciais Passivos		1.200.633.131,19	1.298.902.429,80
Total dos Atos Potenciais Passivos		8.118.413.300,23	7.649.214.750,33

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)			
	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
100/300 - Recursos Ordinários do Tesouro Estadual		2.927.879.840,95	1.258.669.989,08
108/308 - Recursos de Alienação de Bens - Administração Direta e Indireta		39.058.144,54	24.689.496,08
110/310 - Recursos da Contribuição ao Salário Educação		76.390.143,76	57.185.023,73
112/312 - Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde		363.910.706,30	234.129.483,94
115/315 - Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes		178.799.127,75	137.423.339,25
116/316 - Recursos de Vinculações Constitucionais a Municípios		(213.945,74)	(213.945,74)
117/317 - Transf. Especial da União - Emendas individuais instituídas pela EC nº 105/2019 - Inciso I		5.519.993,00	0,00
120/320 - Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		323.391.080,69	268.685.277,36
122/322 - Recursos do Fundo de Manutenção e Des. da Educ. Básica e Val. dos Profissionais da Educação-FUNDEB		123.513.473,02	174.375.880,74
125/325 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		4.297.243,12	2.855.068,66
134/334 - Recursos destinados ao Desenvolvimento das Ações de Saúde		641.409.875,55	523.356.190,52
137/337 - Contribuição Regional ao FETHAB		10.996.300,02	10.922.279,46
151/351 - Recursos de Operações de Crédito da Administração Direta.		51.404.491,32	45.223.476,38
169/369 - Recurso de Outras Transferências da União - Administração Direta		35.786.651,77	43.607.905,52
185/385 - Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020		17.282,99	0,00
192/392 - Recursos de Repasses Constitucionais e Legais		131.771.274,54	71.351.742,95
193/393 - Recursos de Transferências Voluntárias		389.109.120,80	425.150.045,84



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2021

Anexo 14 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

195/395 - Recursos de Transferências da União	204.446.731,06	228.731.893,10
196/396 - Recursos Especiais Administrados pelo Órgão	792.248.770,34	404.052.323,63
214/614 - Recursos Provenientes da Arrecadação de Multas do Sistema RENAINF	12.961.133,10	12.094.321,83
216/616 - Recursos Provenientes de Instituição Privada	6.517.480,72	6.521.184,76
217/617 - Recursos Próprios com Finalidades Específicas	35.589.800,03	3.249.264,52
240/640 - Recursos Próprios	846.492.195,85	504.501.317,39
247/647 - Recursos Estaduais destinados ao Fundo Penitenciário de Mato Grosso	8.769.701,96	11.498.013,23
250/650 - Recursos de Contribuição dos Órgãos e Servidores para a Previdência Social	(238.554.172,72)	(214.848.790,06)
253/653 - Recursos de Contribuição dos Servidores Militares para o Sistema Social	5.945.404,79	831.972,23
888 - Recursos Extra-Orçamentários	(31.557.689,92)	(31.957.235,47)
Total das Fontes de Recursos	6.945.900.159,59	4.202.085.518,93

ANÉSIA CRISTINA BATISTA
FTE
CONTADOR CRC Nº MT 007032/O-9



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		137.928.364.010,41	127.103.962.594,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		14.740.244.250,43	12.544.166.016,98
Impostos		14.484.985.756,81	12.291.259.175,36
Taxas		255.258.493,62	252.906.841,62
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		6.149.180.054,80	5.368.451.868,27
Contribuições Sociais		3.355.300.897,44	3.087.517.422,66
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		2.793.879.157,36	2.280.934.445,61
Contribuições de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.582.816.554,22	979.792.141,85
Venda de Mercadorias		2.124.521,28	3.754.272,74
Vendas de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		1.580.692.032,94	976.037.869,11
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		10.594.648.488,22	12.215.141.245,77
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		3.050.464,73	0,00
Juros e Encargos de Mora		443.622.539,76	377.615.997,44
Variações Monetárias e Cambiais		9.727.200.174,77	11.768.798.610,03
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		239.998.115,02	51.383.990,21
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		180.777.193,94	17.342.648,09
Transferências e Delegações Recebidas		57.543.438.284,33	63.058.572.324,12
Transferências Intragovernamentais		51.279.176.292,14	56.551.741.177,06
Transferências Inter Governamentais		6.130.436.624,07	6.471.858.497,40
Transferências das Intituições Privadas		24.151.820,46	34.823.425,56
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	28.707,94
Execução Orçamentária Delegada de Entes		109.625.421,06	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		30.865,27	120.516,16
Outras Transferências e Delegações Recebidas		17.261,33	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		7.146.299.655,97	4.551.604.660,59
Reavaliação de Ativos		0,00	170.122,54
Ganhos com Alienação		20.866.695,51	17.819.555,31
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos		6.317.649.217,01	3.769.050.664,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos		807.783.743,45	764.564.318,21
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		40.171.736.722,44	28.386.234.337,07
VPA a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		5.608.954,77	4.408.523,20
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		39.454.457.168,03	27.743.995.556,53



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2021

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	711.670.599,64	637.830.257,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	92.610.005.142,87	102.551.071.235,67
Pessoal e Encargos	10.732.865.586,36	10.247.883.728,72
Remuneração a Pessoal	8.001.868.108,20	7.800.481.248,62
Encargos Patronais	2.320.043.527,14	2.011.190.215,71
Benefícios a Pessoal	146.822.186,68	157.083.190,83
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	264.131.764,34	279.129.073,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.274.654.142,05	4.136.339.044,51
Aposentadorias e Reformas	3.595.964.388,80	3.502.549.338,25
Pensões	671.392.164,06	626.939.468,99
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.297.589,19	6.850.237,27
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.693.842.547,97	2.785.690.648,77
Uso de Material de Consumo	502.199.233,50	350.603.196,55
Serviços	2.992.360.022,30	2.205.906.736,23
Depreciação, Amortização e Exaustão	199.283.292,17	229.180.715,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.267.337.778,85	2.005.250.600,58
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	328.139.983,48	189.439.375,28
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	583.795.245,65	1.653.448.307,33
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	355.402.549,72	162.362.917,97
Transferências e Delegações Concedidas	57.839.133.326,00	58.173.189.233,41
Transferências Intragovernamentais	52.853.661.630,46	57.433.427.706,44
Transferências Inter Governamentais	4.574.149.373,79	515.361.860,77
Transferências a Instituições Privadas	359.667.345,31	211.240.006,72
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	17.929.998,00	2.483.639,37
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	33.724.978,44	10.676.020,11
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14.148.501.118,11	13.374.179.986,46
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	12.441.219.009,61	9.755.203.103,09
Perdas com Alienação	24.587,28	0,00
Perdas Involuntárias	96.532.889,61	78.060.711,37
Incorporação de Passivos	63.993.522,87	123.182.978,55
Desincorporação de Ativos	1.546.731.108,74	3.417.733.193,45
Tributárias	290.047.324,07	228.432.012,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	287.812.027,09	228.432.012,18
Contribuições	2.228.931,29	0,00
Depósitos Obrigatórios	6.365,69	0,00



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2021

Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados		4.383.032,45	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumos		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas		4.383.032,45	0,00
Custo dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		359.240.287,01	11.600.105.981,04
Premiações		12.867.326,11	11.779.806,35
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		12.942.653,54	9.559.383,15
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		99.923.905,57	10.684.320.987,56
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		233.506.401,79	894.445.803,98
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		45.318.358.867,54	24.552.891.358,98

ANÉSIA CRISTINA BATISTA
FTE
CONTADOR CRC Nº MT 007032/O-9

ANEXO 16 - LEI 4.320/64
Demonstrativo da Dívida Fundada - Interna e Externa - Administração Direta DEZEMBRO/2021 (ACUMULADO)

ITEM	Nº CONTRATO	CONTRATOS	POSIÇÃO EM 31/12/2020	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO - ACRESCIMOS E BAIXAS						ENCARGOS	GOVERNORNOS (ENCARGOS)	ESTORNO DE C/DV (ENCARGOS)	POSIÇÃO EM 31/12/2021		
				RECEITA - ENCAMPACÃO	DESINCORPORACÃO - DESINCAMPACÃO	RESGATO	ATUALIZ. MONETARIA/VARIAÇÃO CÂMBIO	AJUSTE NEGATIVO	AJUSTE POSITIVO					AMORTIZAÇÃO	LICITACÃO ANTECIPADA - SALDO ESTORNOS PRINCIPAIS
UNião - DM.P. GOVERNO															
1	0800-01	DISCOUNT BOND (Bônus 1)	209.825.170,45	-	-	-	15.498.545,05	-	-	-	-	2.952.943,17	-	-	225.323.715,41
2	0800-02	DISCOUNT BOND (Bônus 2)	300.709.130,04	-	-	-	22.208.341,01	-	-	-	-	19.826.961,51	-	-	320.937.471,55
UNião - DM.P. COGEMAT															
3	0802-01	DISCOUNT BOND (Bônus 1)	23.079.030,00	-	-	-	1.770.960,82	-	-	-	-	337.486,33	-	-	25.749.897,77
4	0802-02	DISCOUNT BOND (Bônus 2)	34.305.341,31	-	-	-	2.539.037,20	-	-	-	-	2.285.569,05	-	-	36.900.378,56
UNião - LEI 9.490/97															
5	0901-01	LEI 9.490/97 - Governo	2.148.703.732,58	-	-	-	(19.752.049,83)	6.832.784,12	19.307.192,03	47.441.753,38	-	15.191.274,93	-	-	2.097.983.747,48
6	0901-02	LEI 9.490/97 - Resgatado	2.975.373,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNião - PARCELAMENTO PARIEF															
7	2012-4	INSTRUMENTO PARIEF PARCELAMENTO	2.975.373,50	-	-	-	-	-	-	272.092,92	-	297.815,82	-	-	2.703.280,64
UNDES															
8	2010-0	ADMINISTRAÇÃO TÁTUO E ENTORNO	103.698.845,05	-	-	-	-	0,00	-	32.283.140,88	-	11.796.206,50	83.491,63	(83.491,63)	181.415.724,72
9	2012-2	PROJETUR-ANDRES	99.305.388,05	14.432.247,78	-	-	-	0,01	0,02	40.114.178,12	-	5.682.581,05	-	-	23.683.452,72
IB															
10	2009-2	PEF 1 - PROG. EMERGENCIAL DE FN-88	10.189.354,44	-	-	-	-	186.917,88	-	-	-	788.437,88	-	-	9.294.336,56
11	2010-2	PEF 1 - PROG. EMERGENCIAL DE FN-88	50.317.381,91	-	-	-	-	845.412,63	-	-	-	3.308.124,88	-	-	49.471.909,28
12	2012-8	PRONONESTE	406.645.137,47	-	-	-	-	5.967.127,48	-	-	-	22.834.078,62	-	-	400.678.000,99
10	2012-7	PROGRAMA MT INTEGRADO SUST. E COMPETITIVO	638.112.210,15	9.039.422,48	-	-	-	16.555.243,29	-	-	201.205.81,64	50.341.968,92	-	-	429.390.807,71
14	2015-1	PROGRAMA PONTES DE CONCRETO - PROCONCRETO	408.390.828,83	-	-	-	-	7.072.484,73	-	-	28.692.738,84	16.824.830,05	-	-	372.816.692,25
15	2015-2	PROGRAMA RESTAURAÇÃO REVT. E ENV. DE RODOVIAS	116.004.119,32	-	-	-	-	2.009.321,48	-	-	6.143.199,62	4.724.920,95	-	-	124.866.560,92
CEF															
16	2010-5	MOBILIDADE - CORREDOR MÁRIO ANDREZZA	23.846.810,49	-	-	-	-	-	-	0,01	1.485.239,68	1.969.741,63	-	-	22.361.570,82
17	2012-1	MOBILIDADE VLT - PRO TRANSPORTE	283.841.555,28	-	-	-	-	-	-	-	6.259.941,32	32.059.224,55	-	-	0,00
18	2012-5	IMPLANTAÇÃO - VLT CPAC	249.361.807,29	-	-	-	-	1.407.087,82	-	-	-	247.854.709,37	-	-	0,00
19	2020-1	FNSA PONTES DE CONCRETO Nº 0541737-03	-	132.486.782,90	32.488.782,90	-	-	-	-	-	-	5.820.227,42	-	-	100.000.000,00
20	2020-2	FNSA PONTES DE CONCRETO Nº 0538914-09	-	127.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	6.279.932,61	-	-	127.500.000,00
21	2020-3	FNSA PONTES DE CONCRETO Nº 0541738-17	-	198.500.000,00	88.500.000,00	-	-	-	-	-	-	6.832.564,59	-	-	110.000.000,00
TOTAL DÍVIDA INTERNA			5.210.301.198,52	481.958.453,16	120.986.782,90	-	26.322.644,04	40.884.459,59	19.307.192,86	365.867.867,20	535.597.332,21	305.371.500,10	83.491,93	(83.491,93)	4.674.553.046,68
22	2012-0	BD - PROFISCO	61.198.169,52	-	-	-	4.310.243,04	0,05	0,05	5.206.973,51	-	766.599,10	-	-	69.241.438,85
23	2019-1	BÔNUS RENDIMENTO	1.209.749.342,31	-	-	-	87.038.838,33	-	-	69.551.893,23	-	9.221.879,03	-	-	1.327.259.196,01
TOTAL DÍVIDA EXTERNA			1.270.846.411,63	-	-	-	91.369.079,37	0,05	0,05	74.818.866,74	9.978.438,13	9.978.438,13	-	-	1.287.496.624,96
TOTAL GERAL			6.481.247.610,15	481.958.453,16	120.986.782,90	-	117.691.724,01	40.884.459,64	19.307.192,91	440.686.733,94	535.597.332,21	315.349.938,23	83.491,93	(83.491,93)	5.962.049.671,54

Fórmula do Cálculo do Saldo Devedor Atual = Saldo Devedor Anterior (+) Receita (+) Restituição Alavanzado (-) Ajuste Negativo (-) Ajuste Positivo (-) Principal

31/12/2020 (US\$) R\$ 5.1967
30/11/2021 (US\$) R\$ 6.0070

Elaborado por:

De acordo:

Cuiabá-MT, 06 de JANEIRO de 2022.

Julio Cesar Lima Bueno
Analista Administrativo - matrícula 94539
CODPS/GAP/SATE/SEFAZ

Ercioza da Silva Souza
Coordenadora de Gestão de Dívida Pública
CODPS/GAP/SATE/SEFAZ

Rogério Jr. Silva Costa
Superintendente de Gestão de Ativos e Passivos - Em substituição legal
SGAP/SATE/SEFAZ

Luciana Rosa
Secretaria Adjunta do Tesouro Estadual
SATE/SEFAZ

ANEXO 16 - LEI 4.320/64 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS PARCELADOS
Fonte: 100 a 199 - Fontes do Tesouro

ANO: 2021

PARCELAMENTO DE DÉBITO	ESTOQUE ANTERIOR DEZEMBRO/2020	VALOR INCORPORADO/DESCONTO PORADO NO SALDO DEVEDOR	ATUALIZAÇÃO	PRINCIPAL	DEZEMBRO - ACUMULADO 2021					ESTOQUE ATUAL DEZEMBRO/2021
					ENCARGOS QUE INFLUENCIAM NO SDV	ENCARGOS QUE NÃO INFLUENCIAM NO SDV	AJUSTE NEGATIVO	AJUSTE POSITIVO	TRANSFERÊNCIA (+/-)	
UO 17501 - METAMAT	1.101.667,91	-	24.412,54	201.844,56	103.709,95	-	8.363,09	-	-	811.962,85
- Lei 11.941/09	653.762,79	-	11.766,51	85.913,18	85.941,00	-	-	-	-	493.675,00
- Lei 11.941/09	62.500,28	-	1.125,22	8.208,48	8.211,16	-	-	-	-	47.213,96
- Lei 10.522/2002 - Processo adm. 10183.72070/2019-18/RFB	385.399,84	-	11.520,81	107.722,90	9.557,71	-	8.563,09	-	-	271.673,93
UO 12401 - EMPAER	88.776.249,82	-	46.819,17	934.230,60	25.484,13	-	23.380,97	-	-	87.839.972,29
- Lei 11.941/09	74.946.965,00	-	-	468.554,28	-	-	-	-	-	74.478.410,72
- Lei 13.946/17 - PERT	11.930.788,59	-	-	-	-	-	-	-	-	11.930.788,59
- Lei 10.522/2002 - Processo 10166.731065/2014-75	1.898.495,23	-	46.819,17	465.676,32	25.484,13	-	23.380,97	-	-	1.430.772,98
UO 25501 - SANEMAT	75.244.194,00	-	1.354.459,72	9.881.156,76	9.884.368,11	-	-	-	-	56.833.128,87
- Lei 11.941/09-01	12.151,04	-	218,74	1.590,52	1.590,03	-	-	-	-	9.179,13
- Lei 11.941/09-02	29.414.757,25	-	529.490,74	3.862.791,16	3.864.038,56	-	-	-	-	22.217.430,21
- Lei 11.941/09-03	32.203.053,15	-	579.682,45	4.228.943,40	4.230.317,81	-	-	-	-	24.323.474,39
- Lei 11.941/09-04	9.605.256,80	-	172.902,82	1.261.373,52	1.261.793,46	-	-	-	-	7.255.002,44
- Lei 11.941/09-05	3.720.695,94	-	67.029,17	488.966,16	489.155,08	-	-	-	-	2.812.543,87
- Lei 11.941/09-06	285.309,14	-	5.135,80	37.467,00	37.479,17	-	-	-	-	215.488,77
UO 19101 - FESP/SEJUSP	1.898.257,22	-	32.910,19	240.088,92	240.166,95	-	-	-	-	1.380.911,54
- FESP - Lei 11.941/09	1.898.257,22	-	32.910,19	240.088,92	240.166,95	-	-	-	-	1.380.911,54
- FESP - Lei 10.522/2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL I	166.850.367,97	-	1.458.601,62	11.257.320,84	10.253.729,14	-	31.944,06	-	-	146.865.975,55

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA COM OS ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS PARCELADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 2020
Fonte: Recursos Próprios

PARCELAMENTO DE DÉBITO	ESTOQUE ANTERIOR DEZEMBRO/2020	VALOR INCORPORADO/DESCONTO PORADO NO SALDO DEVEDOR	ATUALIZAÇÃO	PRINCIPAL	DEZEMBRO - ACUMULADO 2021					ESTOQUE ATUAL DEZEMBRO/2021
					ENCARGOS QUE INFLUENCIAM NO SDV	ENCARGOS QUE NÃO INFLUENCIAM NO SDV	AJUSTE NEGATIVO	AJUSTE POSITIVO	TRANSFERÊNCIA (+/-)	
UO 11401 - MTI	23.708.818,12	-	314.961,60	2.788.341,58	2.388.752,08	-	-	-	-	18.865.386,08
- Lei 11.941/09 - 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Lei 11.941/09 - 02	6.608.276,26	-	118.786,45	873.473,52	873.757,40	-	-	-	-	4.979.831,79
- Lei 11.941/09 - 03	10.902.096,59	-	196.175,15	1.434.059,24	1.434.565,33	-	-	-	-	8.229.607,17
- Lei 11.941/09 - 04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Lei 13.946/2017 - 05 - PERT	6.198.145,27	-	-	460.768,80	81.429,35	-	-	-	-	5.655.947,12
- Lei 10.522/2002/RFB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UO 17303 - INDEA	1.115.540,93	-	20.080,04	146.516,40	146.564,03	-	-	-	-	842.540,29
- Lei 11.941/09	1.115.540,93	-	20.080,04	146.516,40	146.564,03	-	-	-	-	842.540,29
TOTAL II	24.824.059,07	-	335.041,64	2.914.857,96	2.536.316,11	-	-	-	-	19.707.926,64

ANEXO 16 - LEI 4.320/64 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
DEMONSTRATIVO DE PRECATORIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

PRECATORIOS - DISCRIMINAÇÃO	ESTOQUE ANTERIOR DEZEMBRO/2020	DEZEMBRO - ACUMULADO 2021						ESTOQUE ATUAL DEZEMBRO/2021		
		INCORPORAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	DESINCORPORAÇÃO	ENCARGOS QUE NÃO INFLUENCIAM NO S/DV	AJUSTE NEGATIVO		AJUSTE POSITIVO	TRANSFERÊNCIA (+/-)
PRECATORIOS VENCIDOS E NÃO PAGOS	-	69.686.399,50	-	-	64.078.056,95	-	-	-	-	5.608.342,55
- Precatórios de Pag. Valor - TJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- UO 19.301 - DETRAN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios de Pag. Valor - TJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- UO 26.201 - UNEMAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios de Pag. Valor - TJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- UO 17.300 - MT SAÚDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios de Pag. Valor - Vencidos e Não Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- UO 09101 - POE	-	69.686.399,50	-	-	64.078.056,95	-	-	-	-	5.608.342,55
- Precatórios de Pag. Valor Vencidos e Não Pagos conforme CPC	-	69.686.399,50	-	-	64.078.056,95	-	-	-	-	5.608.342,55
PRECATORIOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	37.684.613,57	99.850.143,24	-	-	14.865.993,20	35.307,62	-	-	-	122.633.455,99
- UO 09101 - POE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios Restos a Pagar TRF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios Restos a Pagar TJ	37.684.613,57	99.850.143,24	-	-	14.865.993,20	35.307,62	-	-	-	122.633.455,99
- UO 19.301 - DETRAN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios Restos a Pagar TJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- UO 09101 - POE	-	6.993.617,90	-	-	-	-	-	-	-	6.993.617,90
- Inscritos em Restos a pagar Proc. 2021 varias U.O s	-	6.993.617,90	-	-	-	-	-	-	-	6.993.617,90
- Inscritos em Restos a pagar Proc. 2021 varias U.O s	6.993.289,97	17.720,00	-	-	6.544.321,85	10.101,85	-	-	-	1.096.288,25
- Inscritos em Restos a pagar Exercícios Anteriores 2019 e anterior	8.028.379,44	-	-	-	3.172.846,75	-	-	-	-	4.856.532,69
- Restos a pagar não proc. insc. Exercícios Anteriores (2019 e anterior)	13.065.622,28	-	-	-	2.723.014,78	-	-	-	-	10.342.607,50
- Restos a pagar não proc. insc. em 2021 varias U.O s	8.952.831,88	738.433,82	-	-	2.424.707,85	25.205,77	-	-	-	6.739.351,11
- Restos a pagar não proc. insc. em 2021 varias U.O s	-	92.693.375,44	-	-	-	-	-	-	-	92.693.375,44
PRECATORIOS VENCIDOS E NÃO PAGOS ATÉ 25/03/2015	-	285.532.310,44	-	-	-	-	-	-	-	285.532.310,44
- UO 09.000 - TESOURO	-	1.272.225,77	-	-	-	-	-	-	-	1.272.225,77
- Natureza Alimentar - TJ	-	1.272.225,77	-	-	-	-	-	-	-	1,272,225,77
- Precatórios Natureza Alimentar Vencidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios Natureza Alimentar Vencidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios Natureza Alimentar Vencidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Natureza Comum - TJ	-	284.260.084,67	-	-	-	-	-	-	-	284.260.084,67
- Precatórios Natureza Comum Vencidos	-	284.260.084,67	-	-	-	-	-	-	-	284.260.084,67
- Precatórios Natureza Comum Vencidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Precatórios Natureza Comum Vencidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL III	37.684.613,57	453.068.853,18	-	-	78.944.050,15	35.307,62	-	-	-	413.774.108,98

ANEXO 16 - LEI 4.320/64 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
DEMONSTRATIVO DE OUTRAS DÍVIDAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

OUTRAS DÍVIDAS - DISCRIMINAÇÃO	ESTOQUE ANTERIOR DEZEMBRO/2020	DEZEMBRO - ACUMULADO 2021						ESTOQUE ATUAL DEZEMBRO/2021		
		INCORPORAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	DESINCORPORAÇÃO	ENCARGOS QUE NÃO INFLUENCIAM NO SALDO DEVEDOR	AJUSTE NEGATIVO		AJUSTE POSITIVO	TRANSFERÊNCIA (+/-)
CONTA CONTABIL	NOME CONTA CONTABIL									
U.O 17.501										
2.1.1.4.0.00.00.00	Encargos Sociais a pagar	-	5.101.205,03	-	4.680.743,76	-	-	-	-	420.461,27
U.O 11.401										
2.1.8.1.0.00.00.00	Adiantamentos de Clientes	6.632.749,89	-	-	6.632.749,89	-	-	-	-	0,00
U.O 12.401.25.101										
2.1.8.9.1.98.01.00	Outras Credoras	7.324.350,82	691.289,89	-	6.531.228,60	-	-	-	-	1.484.412,11
U.O 11.101.11.401										
2.1.8.9.1.98.02.00	Outras Entidades Credoras	62.507,79	-	-	62.507,78	-	-	-	-	0,00
U.O 11.401										
2.1.8.1.98.00.00	Outras Credoras e Entidades a Curto prazo	6.630,19	-	-	5.120,90	-	-	-	-	1.507,29
U.O										
2.1.8.9.1.03.00.01	Suprimento de Fundos a Pagar	-	2.680.954,52	-	2.671.964,52	8.990,00	-	-	-	0,00
TOTAL IV		16.046.238,67	8.473.450,34	-	22.604.317,45	8.990,00	-	-	-	1.906.381,55
TOTAL GERAL (I+II+III+IV)		245.505.279,28	463.542.303,52	1.793.643,26	115.720.546,40	12.834.342,87	-	31.944,06	-	592.254.392,73

Nota 1) Foi necessário fazer ajuste negativo na UO 17501 no valor de R\$ 8.563,09, tendo em vista que o extrato emitido pela RFB difere do saldo devedor apurado pela CGOP.
2) Foi necessário fazer ajuste negativo na UO 18401 no valor de R\$ 23.320,67, uma vez que o extrato emitido pela RFB difere do saldo devedor apurado pela CGOP.
3) O aumento de R\$883.394.751,20 no estoque da dívida consolidada do mês de Novembro/2021 para o mês de Dezembro/2021 é impactado pela entrada de precatórios devidos em 2021 e que não foram pagos em 2021. Um desses impactos é que na ordem cronológica está a frente um precatório de grande valor previsto pelo TJ no montante de R\$ 356.000.369,88 conforme ordem cronológica emitida no início de janeiro de 2022. O estado de Mato Grosso tem buscado a compensação do referido crédito com o passivo tributário de responsabilidade da empresa. Dessa forma, o precatório tem precedência a sequência de pagamentos seguidos pela ordem cronológica.

ELABORADO POR:

Débora da Silva Benites

Julio César Lima Bueno

Página 2 de 3

Rogério Junior da Silva Costa

Cuiabá, 07 de Janeiro de 2022

ANEXO 16 - LEI 4.320/64 - DEZEMBRO/2021**Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa - Administração Direta -Notas Explicativas**

- (1) Ajuste positivo no Contrato: Lei 9496/97- conforme estabelecido na LEI 173/2020 (juros suspensos no exercício de 2020, que serão incorporados ao saldo devedor); também, devido aos termos estabelecido na LC 178/2021 - recálculo do saldo devedor (revogou as penalidades aplicadas em virtude do descumprimento da LC 156/2016 - descumprimento do teto constitucional no ano de 2018).
- (2) Ajustes negativo no Contrato: ARENA ENTORNO - arredondamento do saldo com sistema bancário.
- (3) Ajustes positivo no Contrato: PRODETUR BNDES - arredondamento do saldo com sistema bancário.
- (4) Ajustes negativo nos Contratos: PEF I, PEF II, PROINVEST - conforme estabelecido na LC 173/2020 (juros suspensos no ano de 2020); e, conforme metodologia utilizada pelo BANCO DO BRASIL para controle dessas operações.
- (5) Ajuste positivo no contrato: Lei 9496/97- conforme estabelecido na LEI 173/2020 (juros suspensos no exercício de 2020, incorporados ao saldo devedor).
- (6) Ajustes negativo no contrato: ARENA ENTORNO - arredondamento do saldo com sistema BNDES.
- (7) Ajustes negativos nos contratos: PROGRAMA MT INTEGRADO, PROGRAMA PONTES DE CONCRETO, PROGRAMA RESTAURAÇÃO E RODOVIAS, em conformidade com LC 173/2020 - que suspendeu os pagamentos no ano de 2020, e em conformidade com metodologia do Banco do Brasil para controle dessas operações crédito realizado pelo Banco do Brasil.
- (8) Ajuste negativo nos contrato: IMPLANTAÇÃO - VLT CPAC, em conformidade com LC 173/2020 - que suspendeu os pagamentos no ano de 2020, e devido ao recálculo dos juros suspensos que foram incorporados ao saldo devedor da dívida, efetuado pela CEF.
- (9) Contrato nº 2020-1: Em 05/02/2021, ocorreu a 1ª liberação de recursos financiados junto à CEF (Caixa Econômica Federal), Contrato nº 0536914-09, no valor total de R\$ 51.000.000,00 (Cinquenta e um milhões de reais), recursos provenientes PROGRAMA FINISA (Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento), destinado exclusivamente para apoio financeiro de despesas de capital - construção de obras de artes especiais (60 pontes de concreto); conforme depósito no Banco 104, C/C 71093-4 e Registro da Receita Orçamentária - RDR nº 99000.0000.21.000118-6 de 05/02/2021.
- (10) Contrato nº 2020-2: Em 05/02/2021, ocorreu a 1ª liberação de recursos financiados junto à CEF (Caixa Econômica Federal), Contrato nº 0536914-09, no valor total de R\$ 59.000.000,00 (Cinquenta e nove milhões de reais), recursos provenientes PROGRAMA FINISA (Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento), destinado exclusivamente para apoio financeiro de despesas de capital - Aquisição de até 175 Equipamentos Rodoviários (aquisição de Equipamentos Rodoviários, do tipo maquinários, sendo Escavadeira Hidráulica, Motoniveladora e Pá Carregadeira); conforme depósito no Banco 104, C/C 71094-2, e Registro da Receita Orçamentária - RDR nº 99000.0000.21.000119-4 de 05/02/2021.
- (11) Contrato nº 2020-3: Em 05/02/2021, ocorreu a 1ª liberação de recursos financiados junto à CEF (Caixa Econômica Federal), Contrato nº 0541758-17, no valor total de R\$ 88.500.000,00 (Oitenta e oito milhões e quinhentos mil reais), recursos provenientes PROGRAMA FINISA (Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento), destinado exclusivamente para apoio financeiro de despesas de capital - Aquisição de bueiros metálicos, aduelas, vigas e lajes para substituição de até 5000 pontes de madeira de pequeno porte; conforme depósito no Banco 104, C/C 71095-0 e Registro da Receita Orçamentária - RDR nº 99000.0000.21.000120-8 de 05/02/2021.
- (12) Ajuste negativo no contrato Lei 9496/97: Devido ter ocorrido o pagamento dos juros referentes a competência 02/2021 anteriormente incorporado ao saldo devedor, como melhor técnica utilizada.
- (13) Ajuste positivo no contrato Lei 9496/97: Devido a incorporação ao saldo devedor dos juros capitalizados referente as parcelas suspensas da LC 173/2020, como melhor técnica utilizada.
- (14) Ajuste positivo no contrato Lei 9496/97: Devido a incorporação ao saldo devedor dos juros capitalizados referente as parcelas suspensas da LC 173/2020, como melhor técnica utilizada.
- (15) Ajuste positivo no contrato Lei 9496/97: Devido a incorporação ao saldo devedor, dos juros capitalizados da conta gráfica - parcelas suspensas no ano de 2020 (LC 143/2020).
- (16) Ajuste positivo no contrato PRODETUR: Devido arredondamento do sistema informatizado BNDES, como melhor técnica utilizada.
- (17) Contrato nº 2012-2 PRODETUR/BNDES: Em 19/04/2021 ocorreu a 16ª liberação de recursos Financiados junto ao BNDES - Contrato nº 12.205.341/016 no valor de R\$ 14.432.247,78 (Catorze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e sete reais, e setenta e oito centavos). Destinado viabilizar a implantação da infraestrutura turística constante do Programa de Desenvolvimento Estratégico da Cadeia Produtiva do Turismo do Estado de Mato Grosso (PRODESTUR); conforme depósito no Banco 001, Agência 3834-2 CC 1042510-1 e Registro da Receita Orçamentária - RDR n. 99000.0000.21.0011028-8 de 19/04/2021.
- (18) Ajuste Negativo no contrato Arena/Entorno referente a efetivação de GCV para ajustar o ressarcimento feito pelo Banco do Brasil por atraso no envio do pagamento ao BNDES.
- (19) Ajuste positivo no contrato Lei 9496/97: Devido a incorporação ao saldo devedor, dos juros capitalizados da conta gráfica - parcelas suspensas no ano de 2020 (LC 143/2020).
- (20) Ajuste negativo no contrato Arena Entorno: conforme arredondamento com o extrato do BNDES.
- (21) Estorno de CGV efetuada no mês de maio/2021, contrato Arena Entorno, tendo em vista a efetiva ocorrência de despesa no contrato (pagamento de juros de mora por atraso).
- (22) Ajuste negativo no contrato: PROGRAMA MT INTEGRADO em conformidade com LC 173/2020, que suspendeu os pagamentos no ano de 2020 em conformidade com metodologia adotada pelo Banco do Brasil, para controle dessas operações crédito.
- (23) Ajuste positivo no contrato Lei 9496/97: Devido a incorporação ao saldo devedor, dos juros capitalizados da conta gráfica - parcelas suspensas no ano de 2020 (LC 143/2020).
- (24) Ajuste POSITIVO MOBILIDADE : CORREDOR MÁRIO ANDREAZZA : conforme arredondamento com o extrato CEF.
- (25) 2ª LIBERAÇÃO DE RECURSOS: CONTRATO FINISA PONTES DE CONCRETO Nº 0541757-03 EM 22/07/2021 CONFORME EXTRATO BANCÁRIO CEF, RDR Nº 99000.0000.21.0021255-5 datado 22/07/2021, no valor de R\$ 27.372.173,90 (Vinte e sete milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e setenta e três reais e noventa centavos).

- (26) DEVOLUÇÃO DE RECURSOS: CONTRATO: FINISA PONTES DE CONCRETO Nº 0541757-03 EM 12/07/2021 CONFORME ARR Nº 25101.0000.21.000394-2 datado 22/07/2021, no valor de R\$ 32.486.782,90 (Trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e dois reais e noventa centavos). Penalidade aplicada por não utilização de recursos no prazo estabelecido no contrato, conforme cláusulas 11.6; 11.6.1; 11.6.2; 11.6.3.
- 27) 2ª LIBERAÇÃO DE RECURSOS: CONTRATO FINISA PONTES DE CONCRETO Nº 0536914-09 EM 26/07/2021 CONFORME EXTRATO BANCÁRIO CEF, RDR Nº 99000.0000.21.002159-4 datado 26/07/2021, no valor de R\$ 3.530.873,04 (Três milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e setenta e três reais, e quatro centavos).
- (28) DEVOLUÇÃO DE RECURSOS: CONTRATO FINISA PONTES DE CONCRETO Nº 05411758-17 EM 06/07/2021 CONFORME ARR Nº 25101.0000.21.000369-1 datado 06/07/2021, no valor de R\$ 88.500.000,00 (Oitenta e oito milhões e quinhentos mil). Penalidade aplicada por não utilização dos recursos no prazo estabelecido no contrato, conforme cláusulas 11.6; 11.6.1; 11.6.2; 11.6.3.
- (29) Ajuste POSITIVO no contrato Lei 9496/97: Devido a incorporação ao saldo devedor, dos juros capitalizados da conta gráfica - parcelas suspensas no ano de 2020 (LC 143/2020).
- (30) Ajuste NEGATIVO: CONTRATO ARENA MULTIUSO E ENTORNO , arredondamento conforme extrato bancário BNDES.
- (31) Ajuste NEGATIVO : CONTRATO PRODESTUR , arredondamento conforme extrato bancário BNDES.
- (32) 3ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 0541757-03 em 11/08/2021; conforme extrato bancário CEF origem 16600014; na conta 0016.006.00071094-2; Ofício de Solicitação de Liberação de Recursos nº 009/2021; Ação/Ações Orçamentária(s) Favorecida(s): 25.101.0000.26.782.338.1150 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários; ; RDR nº 99000.0000.21.002500-1 datada 11/08/2021; Ação/Ações Orçamentária(S) Favorecida(S) 25.101.0000.26.782.338.1150 - Aquisição DE Equipamentos Rodoviários; no valor de R\$ 46.114.609,00 (Quarenta e seis milhões, cento e catorze mil, e seiscentos e nove reais).
- (33) 3ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 0536914-09 em 20/08/2021; Ação/Ações Orçamentária(s) Favorecida(s): Construção de Obras de Arte Especiais e Correntes: aquisição de material de consumo para realização de obras e instalações; ; RDR nº 99000.0000.21.002443-7 datada 20/08/2021; Ação/Ações Orçamentária(S) Favorecida(S) 25.101.0000.26.782.338.1283 - Construção de Obras de Arte Especiais e Correntes: aquisição de material de consumo para realização de obras e instalações; RDR nº 99000.0000.21.002495-1, 99000.0000.2494-1, 99000.0000.21.002493-3 datadas 11/08/2021; Ação/Ações Orçamentária(S) Favorecida(S). No valor total De R\$ 72.969.136,96 (Setenta e dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e vinte e seis reais, e noventa e seis centavos).
- (34) 2ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 05411758-17 em 11/08/2021; conforme extrato bancário CEF origem 16600014; na conta 0016.006.00071095-0; Ofício de Solicitação de Liberação de Recursos nº 001/2021/GS/SINFRA; Ação/Ações Orçamentária(s) Favorecida(s): 25.101.0000.26.782.338.1283 - Construção de Obras de Arte Especiais e Correntes: aquisição de material de consumo para realização de obras e instalações; RDR nº 99000.0000.21.002495-1, 99000.0000.2494-1, 99000.0000.21.002493-3 datadas 11/08/2021; Ação/Ações Orçamentária(S) Favorecida(S). No valor total De R\$ 110.000.000,00 (Cento e dez milhões de reais).
- 35) Contrato Lei 9496/97: Ajuste positivo devido a incorporação dos juros capitalizados da conta gráfica, referente as parcelas suspensas no ano de 2020 (LC 178/2020). De acordo com Extrato DIGOV/UNIÃO de Setembro/2021
- 36) Contrato nº 2012-7: Em 13/09/2021 ocorreu a 13ª liberação de recursos financiados junto ao BNDES (por intermédio do Banco do Brasil), Contrato nº 20/00010-3 no valor total de R\$ 9.039.422,48 (Nove milhões e trinta e nove mil e quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), recursos destinados exclusivamente para investimentos em ampliação e melhoria da infraestrutura viária constantes no Programa Mato Grosso Integrado, Sustentável e Competitivo do Estado de Mato Grosso(MT INTEGRADO), conforme depósito no Banco 001, Agência 3834-2 C/C 104.2530-6 e Registro da Receita Orçamentária - RDR nº 99000.0000.21.002759-2.
- 37) Contrato BID PROFISCO: Ajuste positivo conforme extrato BID (arredondamento do sistema bancário).
- 38) Contrato Lei 9496/97: Ajuste positivo devido a incorporação dos juros capitalizados da conta gráfica, referente as parcelas suspensas no ano de 2020 (LC 178/2020). De acordo com Extrato DIGOV/UNIÃO de Outubro/2021.
- 39) Contrato BID PROFISCO: Ajuste positivo conforme extrato BID (arredondamento do sistema bancário).
- 40) Contrato Lei 9496/97: Ajuste positivo devido a incorporação dos juros capitalizados da conta gráfica, referente as parcelas suspensas no ano de 2020 (LC 178/2020). De acordo com Extrato DIGOV/UNIÃO de Novembro/2021.
- 41) Ajuste NEGATIVO: CONTRATO ARENA MULTIUSO E ENTORNO , arredondamento conforme extrato bancário BNDES.
- 42) Contrato Lei 9496/97: Ajuste positivo devido a incorporação dos juros capitalizados SOBRE SALDO da conta gráfica, referente as parcelas suspensas no ano de 2020 (LC 178/2020). EM conformidade com Extrato DIGOV/UNIÃO de DEZEMBRO/2021
- 43) Contrato Lei 9496/97: OCORREU inversão dos valores pagos a título de amortização e juros efetuado pelo Banco do Brasil. Foi pago em 15/12/2021 o valor de R\$ 5.164,54 na rubrica de juros e o correto seria na rubrica Amortização. Porém, a regularização no âmbito da SEFAZ-MT, foi feita de maneira correta, de acordo com que foi informado pelo próprio Banco do Brasil, e de acordo com os controles desta CGDP/SEFAZ. O Banco do Brasil foi informado de tal erro, e corrigiu os lançamentos em 05/01/2021 e 10/01/2021, assim gera um problema de competência de exercícios. Consultamos a SECRETARIA ADJUNTA DE CONTABILIDADE NA PESSOA DA SECRETARIA ANESIA CRISTINA E A COORDENADORIA ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA E CONTÁBIL NA PESSOA DA COORDENADORIA DEBORA CARIOCA, A CGDP FOI ORIENTADA A MANTER A REGULARIZAÇÃO DE DEZEMBRO, pois não haveria implicações que causassem prejuízos no saldo da Conta Única.
- 43) Em 15/12/2021, ocorreu LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA, referente ao contrato Nº 0364.021-34/12, denominado "MOBILIDADE VLT PRÓ-TRANSPORTE" - FIRMADO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL E O ESTADO DE MATO GROSSO; conforme previsto na cláusula Vigésima Primeira, O SALDO DEVEDOR TOTAL LIQUIDADO CORRESPONDENTE AOS MONTANTE DOS DOS JUROS E OUTROS ENCARGOS MAIS O PRINCIPAL DA DÍVIDA, FOI DE R\$ 295.839.778,40 (Duzentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).
- 44) Em 15/12/2021, ocorreu LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA, referente ao contrato Nº 0364.186-21/12, denominado "IMPLANTAÇÃO - VLT/CPAC" - FIRMADO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL E O ESTADO DE MATO GROSSO; conforme previsto na cláusula Décima Quarta, O SALDO DEVEDOR TOTAL LIQUIDADO, CORRESPONDENTE AO MONTANTE DOS JUROS E OUTROS ENCARGOS MAIS O PRINCIPAL DA DÍVIDA, FOI DE R\$ 275.851.560,31 (Duzentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta reais e trinta e um centavos).

Cuiabá, 12 de JANEIRO de 2022.

Elaborado por:

De acordo:

Julio César Lima Bueno

Ecreize da Silva Souza

Rogério Jr. Silva Costa

Analista Adm - matrícula 94539

Coordenadora de Gestão de Dívida Pública

Superintendente de Gestão de Ativos e Passivo - Em substituição legal

CGDP/SGAP/SATE/SEFAZ

CGDP/SGAP/SATE/SEFAZ

SGAP/SATE/SEFAZ

Luciana Rosa
Secretaria Adjunta do Tesouro Estadual
SATE/SEFAZ



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Anexo 17 da Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2021

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO R\$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R\$
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR				
Processados	313.317.373,07	190.353.110,82	185.246.560,63	318.423.923,26
De Exercícios Anteriores	313.317.373,07	0,00	185.246.560,63	128.070.812,44
Do Exercício	0,00	190.353.110,82	0,00	190.353.110,82
Não Processados	1.333.331.153,66	3.424.614.550,34	1.051.417.755,11	3.706.527.948,89
De Exercícios Anteriores	1.333.331.153,66	0,00	1.051.417.755,11	281.913.398,55
Do Exercício	0,00	3.424.614.550,34	0,00	3.424.614.550,34
SUBTOTAL (I)	1.646.648.526,73	3.614.967.661,16	1.236.664.315,74	4.024.951.872,15
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES				
Depósitos	1.008.693.325,29	15.040.618.534,40	15.161.839.984,22	887.471.875,47
Depósitos em Caução	57.321.792,28	16.220.712,40	21.226.058,50	52.316.446,18
Depósitos Judiciais	23.507.391,68	-352.487,77	11.607.493,06	11.547.410,85
Depósitos a Identificar	9.331.424,17	8.875.188,91	7.900.392,18	10.306.220,90
Outros Depósitos de Curto Prazo	918.532.717,16	15.015.875.120,86	15.121.106.040,48	813.301.797,54
Consignações	233.055.289,08	90.107.302,33	219.931.729,51	103.230.861,90
Consignações do Exercício	0,00	87.324.382,86	0,00	87.324.382,86
Consignações de RP Processados de exercícios Anteriores	15.405.603,29	0,00	3.438.666,70	11.966.936,59
Consignações de RP Processados do exercício	217.016.235,38	0,00	213.854.701,71	3.161.533,67
Outras Consignações	633.450,41	2.782.919,47	2.638.361,10	778.008,78
SUBTOTAL (II)	1.241.748.614,37	15.130.725.836,73	15.381.771.713,73	990.702.737,37
OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO				
Outras Entidades Credoras	2.516.914.930,73	3.823.429.517,76	3.956.109.029,38	2.384.235.419,11
Destaque a Repassar	219.875,77	61.109.480,26	61.329.356,03	0,00
Capacidade Financeira Concedida do Exercício	2.525.423.372,02	77.509.789.311,30	73.579.330.461,34	6.455.882.221,98
SUBTOTAL (III)	5.042.558.178,52	81.394.328.309,32	77.596.768.846,75	8.840.117.641,09
TOTAL GERAL	7.930.955.319,62	100.140.021.807,21	94.215.204.876,22	13.855.772.250,61

QUADRO DE RESUMO

Cancelamento de Restos a Pagar Processado - Principal	18.128.962,33
Cancelamento de Restos a Pagar Não Processado - Principal	403.785.991,83
Baixa de Consignações de RP Não Processados	17.262.158,54
Cancelamento de Consignações de RP Processados	3.545.496,58
Cancelamento de Consignações de RP Não Processados	0,00

OBS: os cancelamentos de RP, assim como os cancelamentos das consignações e as baixas das consignações de RP Não Processados estão contidas nos respectivos itens e discriminados no resumo.

ANÉSIA CRISTINA BATISTA
FTE
CONTADOR CRC Nº MT 007032/O-9



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Mês/Ano: Dezembro/2021

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	68.661.704.548,44	57.336.368.605,99
Receita Tributária	13.604.125.047,01	10.045.648.136,02
Receita de Contribuições	6.149.180.054,80	5.367.868.905,14
Receita Patrimonial	193.813.687,79	233.352.889,37
Receita Agropecuária	227.190,00	197.803,50
Receita Industrial	1.807.793,28	3.642.885,54
Receita de Serviços	965.420.261,36	732.067.016,21
Remuneração das Disponibilidades	239.998.115,02	51.190.653,81
Transferências recebidas	6.049.872.203,87	6.420.300.680,15
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	41.457.260.195,31	34.482.099.636,25
Desembolsos	61.299.799.006,58	53.133.657.569,11
Pessoal e demais despesas	16.951.780.910,83	16.450.569.749,95
Juros e encargos da dívida	328.139.983,48	189.439.375,28
Transferências concedidas	3.563.688.000,61	2.740.241.438,85
Outros desembolsos operacionais	40.456.190.111,66	33.753.407.005,03
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	7.361.905.541,86	4.202.711.036,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	27.616.194,14	30.597.636,18
Alienação de bens	21.850.855,96	19.007.417,71
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	2.772.230,09	1.368.114,34
Outros ingressos de investimentos	2.993.108,09	10.222.104,13
Desembolsos	1.748.026.031,74	968.303.258,76
Aquisição de ativo não circulante	1.680.419.804,29	887.209.834,72
Concessão de empréstimos e financiamentos	1.976.629,69	3.770.012,09
Outros desembolsos de investimentos	65.629.597,76	77.323.411,95
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-1.720.409.837,60	-937.705.622,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	1.108.190.424,23	167.369.473,59
Operações de crédito	360.971.670,26	51.384.191,46
Integralização do capital social de empresas dependentes	27.000.000,00	0,00
Transferências de capital recebidos	75.238.401,94	61.750.686,20
Outros ingressos de financiamentos	644.980.352,03	54.234.595,93
Desembolsos	1.599.612.452,20	369.333.559,41
Amortização / Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	1.599.612.452,20	369.333.559,41
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	-491.422.027,97	-201.964.085,82
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	5.150.073.676,29	3.063.041.328,48
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	6.015.032.443,93	2.951.991.115,45
Caixa e Equivalentes de caixa final	11.165.106.120,22	6.015.032.443,93



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Mês/Ano: Dezembro/2021

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União	3.547.748.898,55	4.565.048.549,55
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	96.955,22
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências recebidas	2.502.123.305,32	1.855.155.175,38
Total das Transferências Correntes Recebidas	6.049.872.203,87	6.420.300.680,15
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
da União	2.948.197,42	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	1.049.535.799,48	574.685.027,76
Intragovernamentais	2.055.717.177,23	1.899.387.585,67
Outras transferências concedidas	455.486.826,48	266.168.825,42
Total das Transferências Concedidas	3.563.688.000,61	2.740.241.438,85

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	727.545.244,01	674.403.823,14
Judiciária	1.167.804.643,99	1.273.283.925,62
Essencial a Justiça	585.110.516,35	516.122.882,00
Administração	1.191.858.937,25	1.170.649.606,72
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	2.724.725.634,94	2.643.636.929,41
Relação Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	189.037.219,50	84.147.580,37
Previdência Social	4.318.615.881,29	4.791.524.814,61
Saúde	1.970.451.638,58	1.437.082.125,19
Trabalho	33.125,00	1.597.469,49
Educação	2.665.554.033,57	2.496.284.076,15
Cultura	27.355.464,35	45.854.977,46
Direitos de Cidadania	137.805.119,25	124.409.220,82
Urbanismo	589.243,07	561.822,58
Habitação	7.226,58	13.660,72
Saneamento	2.236.936,40	1.838.670,28
Gestão Ambiental	154.525.574,93	142.585.428,21
Ciência e Tecnologia	41.279.837,94	44.577.116,51
Agricultura	327.515.991,62	343.535.334,98
Organização Agrária	19.427.703,78	14.476.101,65
Indústria	35.949.482,82	29.690.259,90
Comércio e Serviços	31.383.093,36	30.135.898,36
Comunicações	0,00	0,00
Energia	3.974.503,35	2.751.579,17
Transporte	186.912.329,29	173.445.041,26
Desporto e Lazer	15.693.299,58	8.363.954,09
Encargos Especiais	426.388.230,03	399.597.451,26
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	16.951.780.910,83	16.450.569.749,95

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	279.351.218,13	155.141.193,51
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	9.963.158,13	16.180.248,89
Outros Encargos da Dívida	38.825.607,22	18.117.932,88
Total dos Juros e Encargos da Dívida	328.139.983,48	189.439.375,28

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

Notas Explicativas

19.1. Informações Gerais:

O Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 03.507.415/0001-44, com sede administrativa no Palácio Paiaguás S/N, Anexo Gabinete Governador, Bosque da Saúde, teve execução orçamentária e financeira, do exercício de 2020, amparadas pela Lei nº 11.300, de 27 de janeiro de 2021, (Lei Orçamentária Anual – LOA) e suas alterações, esta regida pela Lei 11.241, de 04 de novembro de 2020 (LDO) e suas alterações, e pelo decreto estadual nº 835, de 25 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do exercício de 2021 e dá outras providências.

As ações do Estado de Mato Grosso são agrupadas nas funções determinadas na Portaria Ministerial 42, de abril de 1999: 01 – Legislativa, 02- Judiciária, 03 – Essencial à Justiça, 04 – Administração, 06 – Segurança Pública, 08 – Assistência Social, 09 – Previdência Social, 10 – Saúde, 11 – Trabalho, 12 – Educação, 13 – Cultura, 14 – Direitos da Cidadania, 15 – Urbanismo, 16 – Habitação, 17 – Saneamento, 18 – Gestão Ambiental, 19 – Ciência e Tecnologia, 20 – Agricultura, 21 – Organização Agrária, 22 – Indústria, 23 – Comércio e Serviços, 25 – Energia, 26 – Transporte, 27 – Desporto e Lazer, 28 – Encargos Gerais. A função é o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado de Mato Grosso – DCON, conhecidas como Balanço Geral do Estado de Mato Grosso, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, da LC nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado de Mato Grosso - DCON, referente ao exercício de 2021, são compostas pelo: Balanço Orçamentário (BO) e seus anexos, Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa da Administração Direta e Indireta (DDC), Demonstração da Dívida Flutuante (DDF), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e pelas Notas Explicativas (NE). As estruturas e as composições das demonstrações estão em conformidade com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

O Balanço Geral do Estado – BGE, demonstra de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados.

Todas as demonstrações, exceto as Notas Explicativas e o Anexo XVI, são elaboradas com base nas informações constantes no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado – FIPLAN, evidenciando os atos e fatos da administração direta e indireta os Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público do Estado e Defensoria, integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

A administração indireta do Estado de Mato Grosso é composta de Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. As Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista são todas controladas pelo Estado

19.2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Mato Grosso

São controladas as empresas em que o Estado de Mato Grosso possua, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto. Essas empresas podem ser, por força da LC 101/00, dependentes ou independentes. Compõem o rol de empresas controladas pelo Estado:

- 1) Empresas Públicas:
 - a) Empresa Mato-Grossense De Tecnologia De Informação – MTI;
 - b) Empresa Mato-Grossense De Pesquisa, Assistência E Extensão Rural – EMPAER/MT;

- 2) Sociedade de Economia Mista:
 - a) MT Parcerias S/A - MT PAR;
 - b) Central De Abastecimento Do Estado De Mato Grosso- CEASA;
 - c) Companhia Mato-Grossense De Mineração – METAMAT;
 - d) Companhia Mato-Grossense De Gás – MT GÁS;
 - e) Companhia De Saneamento Do Estado De Mato Grosso-SANEMAT;
 - f) Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A – DESENVOLVE MT

A Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A – DESENVOLVE MT é a única empresa estatal independente do Estado, realizando sua execução com respaldo, exclusivamente, na Lei 6404/76, não compondo a execução orçamentária e financeira do ente. O investimento feito na MT Fomento é avaliado

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

por meio da equivalência patrimonial, registrada na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

19.3. Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas

a. RECEITA

A receita, em 2021, em atendimento à portaria 548/2015, está sendo registrada pelo regime de competência conforme cronograma da Secretaria do Tesouro Estadual – STN, e caixa nos casos em que couber. A despesa, quase integralmente, pelo regime de competência, também em conformidade com o cronograma da STN.

A informação sobre renúncia de receita, apurada pela área tributária, é contabilizada no Tesouro Estadual, como dedução da receita (conta redutora da receita). A renúncia, em respeito ao princípio da transparência, consta na Lei Orçamentária Anual – LOA. Os valores da renúncia somente são informados, como realizados, se passíveis de mensuração pela área tributária. A renúncia, conforme estabelece a 8ª edição do Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público – MCASP, aplicável a partir do exercício de 2019, é registrada como dedução da receita. Em 2021 foi prevista uma renúncia de R\$ 4,8 bilhões e realizou R\$ 9,5 bilhões.

As transferências constitucionais aos municípios são registradas como deduções da receita e repassadas de forma extraorçamentária, seguindo a metodologia definida na 8ª edição do MCASP e concebida na elaboração do Orçamento do Estado.

No exercício de 2021 não houve novas entradas de depósitos judiciais, sendo somente registrados os rendimentos referentes aos recursos e a recomposição do saldo do Fundo de Reserva dos depósitos judiciais, conforme previsto no inciso IV, do art. 4º da LC 151/2015.

b. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Em 2021 a conciliação eletrônica da conta única, foi executada exclusivamente pela funcionalidade de conciliação eletrônica, dentro do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças de Mato Grosso – FIPLAN.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

No universo de 95.311 lançamentos, como base a conciliação de dezembro/2021, foram conciliados eletronicamente 96,42% e conciliados manualmente 2,89%.

O exercício de 2021 foi encerrado com uma diferença de 0,70% de pendência, em valores nominais R\$ 38.845.783,94 (trinta e oito milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e oi centavos), com 665 linhas de pendências, sendo que a parte mais expressiva é de dezembro/2021 e não há pendências de anos anteriores. Em decorrência da antecipação do fechamento do balanço, não houve tempo hábil para proceder as regularizações dentro do exercício financeiro das pendências de dezembro.

Do total de 238 linhas de pendências cerca de 56,61% são da UO 99000 – Tesouro do Estado, 34,53% são da UO 19101 – SESP e 8,74% da 09101 – PGE.

Conforme previsto no artigo 56, da Lei 4320/64, em atendimento ao regime de caixa único, a administração financeira do Estado é realizada por meio do Sistema financeiro da conta única. Assim, em regra, os recursos são centralizados em conta única, porém conforme exceções previsões constantes na LC 360/09 existem, além da conta única, Contas de arrecadação, Contas especiais e Contas de Convênios.

Os recursos são aplicados pelos titulares das contas em fundos oferecidos pelo Banco do Brasil criados para atender o setor público atendendo requisitos de valor mínimo de aplicação. Os recursos depositados nas demais contas bancárias, conforme normativo e condições específicas de contratos e convênios. Se não houver no contrato condições específicas de aplicação o titular da conta pode escolher um dos fundos oferecidos pelo Banco do Brasil.

c. DIVIDA ATIVA

Desde 2019, em atendimento as recomendações técnicas da CGE – Controladoria Geral do Estado e do TCE – Tribunal de Contas do Estado, foi feito um estudo para mensuração do estoque e efetivado o registro do reconhecimento dos ajustes para perdas da dívida no montante de R\$ 12,306 bilhões, conforme quadro abaixo:

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DEMONSTRATIVO DAS PERDAS DA DÍVIDA ATIVA EXERCÍCIO 2021			
CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	SALDO 2020	INSCRIÇÃO	SALDO 2021
AJUSTE PERDAS DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	96.354.439,35	82.275.805,96	178.630.245,31
AJUSTE PERDAS DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.712.737.441,13	- 110.769.827,58	1.601.967.613,55
TOTAL PERDAS DÍVIDA ATIVA CURTO PRAZO	1.809.091.880,48	- 28.494.021,62	1.780.597.858,86
LONGO PRAZO			
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	SALDO 2020	INSCRIÇÃO	SALDO 2021
AJUSTE PERDAS DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	50.128.607.345,00	9.600.219.022,49	59.728.826.367,49
AJUSTE PERDAS DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	2.324.317.897,09	2.734.924.769,60	5.059.242.666,69
TOTAL PERDAS DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO	52.452.925.242,09	12.335.143.792,09	64.788.069.034,18
TOTAL PERDAS DÍVIDA ATIVA	54.262.017.122,57	12.306.649.770,47	66.568.666.893,04

Foi utilizado, em 2021, como parâmetro para reconhecimento da perda e adequação correta do recebível, o percentual médio de recebimento realizado no exercício de 2019 e 2020, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado, onde a margem de recebível ficou em 10,20%. Assim optou-se por usar essa metodologia, considerando que no momento, esse percentual recebível está mais adequado a realidade do estoque apresentado pelo estado.

A metodologia definitiva ainda está aguardando relatório da empresa contratada para analisar o estoque e o perfil da dívida. Assim em que pese a metodologia atual não ser a ideal, foi o possível a ser utilizada no exercício e resultou em um recebível mais coerente com a realidade do estoque de dívida ativa do Estado.

d. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelo grupo de bens móveis e imóveis. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

método de cálculo dos encargos de depreciação, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis e imóveis, é o das quotas constantes, também conhecido como método linear. Nos termos do artigo 97, do decreto 194/2015 poderá ser adotado procedimento de depreciação acumulada.

Em atendimento ao MCASP importante destacar que o cálculo do valor a depreciar deve ser identificado individualmente, item a item, em virtude da possibilidade de haver bens similares com taxas de depreciação diferentes e bens totalmente depreciados. Nesse contexto é importante verificar que, no caso dos imóveis, somente a parcela correspondente à construção deve ser depreciada, não se depreciando o terreno.

A vida útil, bem como % do valor residual, dos bens móveis é a constante do anexo I, do decreto 194/2015, replicada abaixo:

PLANILHA DE VIDA ÚTIL ESTIMADA E VALOR RESIDUAL - BENS MÓVEIS		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (ANO)	% VALOR RESIDUAL
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
APARELHOS E EQPTOS PARA ESPORTE E DIVERSOS	10	10%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
APARELHOS, EQUIPOS, UTENS. MÉD., ODONT. LABORATORIAIS E HOSPITAIS	15	20%
ARMAMENTOS	5	15%
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10%
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
EQUIPAMENTOS, MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO DE VOO	30	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
MÁQ. EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS/AGROPECUÁRIA E RODOVIÁRIOS	10	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	10	10%
VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: As contas AERONAVES não possui valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição de vida útil e valor residual ficará a critério das Unidades Orçamentárias que possuem tais bens.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

A vida útil, bem como % do valor residual, dos bens imóveis é a apresentada abaixo em tabela resumida:

PLANILHA DE VIDA ÚTIL ESTIMADA E VALOR RESIDUAL - BENS IMÓVEIS		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (ANO)	% VALOR RESIDUAL
Edificações	25	20%
Instalações	10	20%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

e. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

Os benefícios previdenciários foram devidamente registrados como passivo atuarial, tendo como base o relatório de reavaliação atuarial emitido por profissional independente.

Em atendimento a Lei nº. 9.717/98 e Portaria MPS nº. 204/08 os lançamentos referentes às provisões matemáticas previdenciárias foram efetuados com base na avaliação atuarial periódica do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Estado elaborada pela FAC Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial, contratada para tal fim.

A avaliação atuarial é essencial para a revisão dos planos de custeio e de benefícios previdenciários, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial, e para os Regimes Próprios de Previdência que adotaram a segregação de massa o Déficit Técnico Atuarial é registrado com base nos pressupostos da Nota Técnica do CONAPREV – Contabilização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Desde o exercício de 2018, diferentemente dos exercícios anteriores, o Mato Grosso Previdência - MT PREV somente registrou os valores do passivo atuarial dos servidores civis e militares do Poder Executivo, ficando o registro do passivo atuarial dos servidores civis dos outros poderes e órgãos autônomos sob a responsabilidade dos mesmos. Essa diretriz teve como premissa somente registrar o passivo atuarial dos servidores dos poderes e órgãos autônomos que aderiram ao MT PREV, como os demais poderes ainda não aderiram cada poder deve efetuar o registro do passivo atuarial em seus respectivos balanços.

Desde 2020, com a publicação da Lei Federal nº 13.954, que dispõem sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares, o Mato Grosso Previdência - MT PREV passou a registrar somente os valores do passivo atuarial dos servidores civis do

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

Poder Executivo, já o passivo atuarial dos servidores militares, do Poder Executivo, foi registrado na unidade 99000 – Tesouro do Estado.

Aqui é interessante destacar que a origem do conceito de SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL não estava prevista como direito no rol do art. 50 do Estatuto dos Militares (Lei Federal nº 6.880/80). Esse conceito foi amplamente utilizado pelos militares das Forças Armadas, mas apenas em 2019 foi reconhecido como um direito pela Lei Federal nº 13.954 (art. 50, inciso I).

Com as alterações que criaram o Sistema de Proteção Social dos Militares, é entendimento que esse sistema protecional dos militares não compõe o rol de obrigações dos Regimes de Previdência Próprios dos Servidores (RPPS), bem como do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), uma vez que há nesses casos uma segmentação entre servidores civis e militares.

Mister destacar que o Sistema de Proteção Social dos Militares difere da expressão Previdência Social, isto é, militares não possuem previdência social e sim proteção social que lhes garantem tratamento adequado e compatível com as atividades e exposição de risco desenvolvidas.

Assim, a contribuição ao Sistema de Proteção Social dos Militares não é fator de equilíbrio financeiro ou atuarial, pois compete ao Tesouro, dentro desse modelo não contributivo, o pagamento da remuneração do militar ativo e inativo, bem como dos proventos da pensão militar. A contribuição do militar também não é requisito para o implemento das condições à inatividade, como sugere a Lei Federal nº 13.954, pois aos militares o critério legal é o de tempo de serviço militar, cujo implemento não rompe o vínculo quando da inatividade, diferentemente do servidor público, que se aposenta, e com a aposentadoria tem a extinção do vínculo com o ente estatal.

Diante disso, em 2021 o sistema protecional dos militares não possui mais passivo atuarial, vez que o valor para manutenção dos servidores aposentados e pensionistas será bancado pelo Tesouro do Estado de Mato Grosso.

Importante informar que, em atendimento à orientação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, o relatório, da FAC Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial, registrado em 2021, tem como data focal 2021.

Em relação ao último balanço, ou seja, entre a avaliação atuarial data focal 2021 e a avaliação atuarial data focal 2019 temos as seguintes variações que justificam a expressiva redução do valor do passivo atuarial, conforme informações da FAC Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial:

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

- Alteração na legislação entre as Avaliações Atuariais, assim como uma alteração na regra de contribuição de aposentados e pensionistas, além da contribuição patronal sobre os inativos;
- Alteração na base cadastral resultado de alteração na estrutura demográfica e econômica dos servidores do Estado de Mato Grosso. As Avaliações Atuariais podem sofrer alterações significativas de resultado a depender da variação da base cadastral
- Alteração na forma de financiamento de Déficit com a adoção da segregação de massas (plano de custeio aprovada na lei 11643/2021). A segregação de massas causa impacto significativo na estrutura contábil do RPPS - O plano financeiro ficou com a maior parte do déficit atuarial, (esse valor está lançado na conta contábil 2.2.7.2.1.02.06, 2.2.7.2.1.01.07 (cobertura de insuficiência financeira). Ou seja, repassou-se para a responsabilidade do Tesouro Estadual quase todo o descasamento entre arrecadação de contribuição normal (funcional e patronal) e os benefícios previdenciários cobertos pelo RPPS;
- Houve variação nas premissas, sendo a principal delas a meta atuarial.

Quanto ao déficit dos servidores militares, difere-se das avaliações atuariais passadas a ausência de contribuição patronal nessa Avaliação Atuarial (devido a migração dos militares para a seguridade social), além da diminuição da alíquota de ativos e inativos para 10,5% sobre a remuneração total.

O passivo atuarial apurado em relatório perfez o montante de R\$ 248 milhões cujo montante foi devido, regular e integralmente registrado no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN, conforme resumo abaixo.

PASSIVO ATUARIAL DE 2021				
CÓDIGO UO	SIGLA	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR
03101	TJ	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas	464.799,60
08101	MPE	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas	43.600.640,73
10101	DEFENSORIA	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas	79.806.328,56
11305	MT PREV	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas	124.818.538,50
TOTAL				248.690.307,39

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

f. PASSIVO PERMANENTE SEM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Todas as obrigações, ainda que com insuficiência orçamentária, devem ser registradas pelas unidades orçamentárias em atendimento ao regime de competência estabelecido nas NBC TP e orientado por meio da IS 008/2017 – SATE/SEFAZ, em 2020 foi feito um trabalho de saneamento da conta de passivos

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

permanentes sem dotação orçamentária, conforme detalhado nas informações adicionais dessa nota explicativa.

Esse passivo permanente somente deve ser registrado quando ocorreu o fato gerador da despesa, e mesmo tendo todos os elementos para o seu regular empenho, este não foi feito por falta de dotação orçamentária. Nesse caso no início do exercício seguinte esses valores devem ser devidamente empenhados ou reclassificados quando ocorreu erro no seu registro.

Em 2021 foi saneado parte expressiva dos valores registrados como fornecedores sem orçamento da conta 2.1.3.1.1.01.01.00 – Fornecedores Nacionais (P), tendo sido baixado o montante de R\$ 23,7 milhões, restando ainda um saldo de R\$ 4,5 milhões na UO 25101 – SINFRA, que conforme conta nas notas explicativas da unidade, será empenhado no início de 2022.

Em contrapartida a conta 2.1.3.1.1.01.03.00 - Fornecedores sem dotação orçamentária havia iniciado o exercício com o saldo zerado, porém no exercício de 2021 a 16101 – SEFAZ fez o registro de R\$ 3.427.817,21 referente ao contrato de gestão da MTI que devido a centralização do contrato na SEFAZ, ajuste da metodologia de atesto, e questões jurídicas junto à PGE gerou inviabilidade de publicação do contrato em tempo hábil, ocasionando a necessidade de se efetivar o pagamento por meio de processo indenizatório, porém não houve tempo hábil de concluir o rito do processo, esses valores serão devidamente regularizados em 2022.

Ainda constam valores registrados pela 21601 – SES, no montante de R\$ 60.565.705,66, são despesas de 2021 cujo fato gerador está em análise, devendo ser empenhada assim que concluírem as análises técnicas e jurídicas.

PASSIVO SEM AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DESCRIÇÃO		
DESCRIÇÃO	Conta contábil 2.1.3.1.1.01.01.00	Conta contábil 2.1.3.1.1.01.03.00
Saldo anterior	28.261.826,16	0,00
Incorporações		63.993.522,87
Despesa sem previsão devido ausência de contrato..	-	3.427.817,21
Processos em análise do fato gerador	-	60.565.705,66
Desincorporações	23.793.155,77	0,00
Saldo final.....	4.468.670,39	63.993.522,87

g. PASSIVOS CONTINGENTES

Para subsidio às unidades gestores, a Secretaria Adjunta do Tesouro Estadual, disponibilizou a IS 08/2020, no link: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual>, onde

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

está contemplada as orientações de como efetuar o registro contábil dos ativos e passivos contingentes. Além da IS 08/2020 também está sendo realizado estudos para elaboração de um Manual onde será abordado o assunto em maior amplitude, visando solidificar os conceitos entre provisões, passivos e ativos e passivos contingentes.

Em 2020 houve um trabalho de mapeamento junto às unidades orçamentárias dos valor e passivos contingentes não reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, foram registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Para tanto foi reeditada a IS 08/20 que aborda as possíveis classificações de uma obrigação e objetiva auxiliar as unidades na correta utilização da conta de passivos sem dotação orçamentária, proceder a reclassificação de eventuais valores indevidamente registrados e ainda passar a registrar corretamente tanto as provisões quanto eventuais passivos contingentes.

Os passivos contingentes encerraram 2020 com um montante de R\$ 310,6 milhões, houveram incorporações no montante de R\$ 19 milhões e baixas de R\$ 300,7 milhões encerrando, em 2021, com o valor de R\$ 28,9 milhões.

Destaque para a baixa dos valores referentes as Parcerias públicas e privadas devido ao encerramento da parceria no valor de R\$ 278 milhões. Importante registrar que o valor de R\$ 3 mil é decorrente de registro equivocado e será baixado no exercício de 2022.

O valor, item execução de outros atos potenciais, de R\$ 23 milhões, referem-se as despesas anteriormente registradas como passivo permanente sem dotação que por suas características foram reclassificadas para passivos contingentes. Ainda não ocorreram fatos supervenientes que permitam a sua reclassificação ou baixa.

MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES 2021				
PASSIVOS CONTINGENTES	Saldo Anterior	Incorporação	Desincorporação	Saldo Final
Depósitos em Caução Concedidos a Executar	106.229,75	495.291,41	480.094,86	121.426,30
Garantias Concedidas de PPPs	6.449.037,00	-	6.449.037,00	-
Contraprestações Futuras de PPPs	278.425.862,85	3.047,02	278.425.862,85	3.047,02
EXECUÇÃO DE CONTR.RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	18.516.560,71	13.539.135,71	4.977.425,00
Riscos Não Provisionados de PPPs	1.826.356,00	-	1.826.356,00	-
Execução Outros Atos Potenciais Passivos	23.806.040,87	-	-	23.806.040,87
TOTAL	310.613.526,47	19.014.899,14	300.720.486,42	28.907.939,19

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

h. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 8ª edição, aprovado pela Portaria SNT nº 877 de 18 de dezembro de 2018. Que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, bem como as disposições do Conselho Federal de Contabilidade –CFC, relativas aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas considerando todas as operações dos órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, inclusive as movimentações intraorçamentárias.

Estas notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e imprescindíveis para a compreensão e análise das demonstrações. Evidenciam os critérios utilizados, informações exigidas pela legislação, bem como outras informações não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas citadas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Estado de Mato Grosso.

Em 2021 foi alterada a estrutura do balanço orçamentário sendo adotada, integralmente, a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, expressa no manual das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, que integra a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, página 418, passando a expurgar no balanço orçamentário não consolidado (órgãos e entidades, por exemplo) as transferências financeiras recebidas e concedidas o que pode gerar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimento, não configurando esse fato irregularidade.

Ainda considerando a alteração no BO, previsto no MCASP, foi incluída uma nota nos balanços orçamentários explicando eventual déficit orçamentário e criado o anexo 5 BO – Transferências recebidas e concedidas, demonstrando o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício, buscando dar transparência e proporcional as análises e verificações dos órgãos de controle.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

19.4. Informações de suporte e detalhamento dos itens

Balanco Orçamentário:

BO 1. O regime orçamentário adotado para o exercício de 2020 é o previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, assim a receita é reconhecida, no exercício financeiro, pela arrecadação, regime de caixa, e a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho.

BO 2. No orçamento aprovado as despesas foram apresentadas discriminadas por classificação institucional, funcional, estrutura programática, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, regionalização, fonte de recursos, produto, unidade de medida e meta física, e respectivas dotações.

BO 3. No exercício de exercício de 2021, em cumprimento ao artigo 76-A, dos atos das disposições transitórias, incluído pela EC 93/2016, foram desvinculados 30% das receitas do Estado de Mato Grosso referente a impostos, taxas, multas e demais receitas correntes. O montante desvinculado, no exercício de 2021, foi de R\$ 5.432.752.010,91 (cinco bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, dez reais e noventa e um centavos).

BO 4. A partir do exercício de 2017 o aporte para cobertura do déficit financeiro passou a ser feito por meio de transferências de recurso - ARR, em atendimento ao disposto na parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

BO 5. O valor do rateio apurado em 2021, segundo informações do Mato Grosso Previdência – MT PREV e registros no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças, foi no montante de R\$ 799.204.226,74 (setecentos e noventa e nove milhões, duzentos e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos).

BO 6. As receitas são apresentadas líquidas das deduções, dentre outras, dos municípios e FUNDEB, que totalizaram R\$ 5.409.653.008,42 (cinco bilhões, quatrocentos e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, oito reais e quarenta e dois centavos) e R\$ 3.527.831.122,44 (três bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos), respectivamente.

BO 7. As deduções da receita, no exercício de 2021, alcançaram o montante realizado de R\$ 18,4 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões de FUNDEB, R\$ 5,4 bilhões referente transferências aos municípios; R\$ 9,5 bilhões relativos à renúncia e R\$ 3,6 milhões de restituições.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BO 8. Houve uma realização da renúncia 73,54% a maior que a receita prevista atualizada. A renúncia realizada foi de R\$ 18,4 bilhões, enquanto a renúncia prevista atualizada foi de R\$ 10,8 bilhões gerando um aumento além do previsto de R\$ 7,8 bilhões.

BO 9. A parte mais expressiva da renúncia realizada foi no ICMS no montante de R\$ 9,1 bilhões, sendo R\$ 7,9 de renúncia do ICMS principal e R\$ 1,2 de renúncia das obrigações acessórias do ICMS, como multas, juros e dívida ativa.

BO 10. Também houve renúncia de R\$ 247,9 milhões de IPVA e R\$ 78,5 milhões de ITCD, também incluídos aqui as respectivas obrigações acessórias.

DEMONSTRATIVO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA 2021			
DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADO	AH
FUNDEB	2.296.260.581,00	3.527.831.122,44	53,63%
TRIBUTÁRIA	1.865.652.644,00	2.940.529.647,03	57,61%
ICMS	1.755.114.330,00	2.772.178.734,93	57,95%
ICMS ADICIONAL	39.376.628,00	34.211.714,33	-13,12%
IPVA	56.496.433,00	93.530.102,98	65,55%
ITCD	14.665.253,00	40.609.094,79	176,91%
TRANSFERÊNCIA	430.607.937,00	587.301.475,41	36,39%
FPE	420.770.157,00	568.351.285,96	35,07%
IPI	9.837.580,00	18.950.189,45	92,63%
LEI KANDIR	200,00	-	-100,00%
MUNICÍPIOS	3.459.640.119,00	5.409.653.008,42	56,36%
TRIBUTÁRIA	3.207.672.716,00	5.099.715.969,41	58,98%
ICMS	2.925.190.552,00	4.632.068.501,87	58,35%
IPVA	282.482.164,00	467.647.467,54	65,55%
CONTRIBUIÇÕES	228.123.292,00	271.042.095,30	18,81%
TRANSFERÊNCIA	23.844.111,00	38.894.943,71	63,12%
CIDE	5.704.962,00	3.999.802,21	-29,89%
FEP	1.743.183,00	3.311.492,14	89,97%
IPI	16.395.966,00	31.583.649,36	92,63%
RENÚNCIA	4.872.890.222,99	9.503.887.113,14	95,04%
TRIBUTÁRIA	4.872.890.222,99	9.503.887.113,14	95,04%
ICMS	4.617.400.382,62	9.177.390.669,98	98,76%
IPVA	202.274.174,37	247.970.578,79	22,59%
ITCD	28.899.292,00	78.525.864,37	171,72%
TAXAS	24.316.374,00	-	-100,00%
RESTITUIÇÕES	-	3.648.594,50	100,00%
TRIBUTÁRIA	-	635.007,45	100,00%
CONTRIBUIÇÕES	-	2.162.361,60	100,00%
PATRIMONIAL	-	36,21	100,00%
INDUSTRIAL	-	220,77	100,00%
SERVIÇOS	-	201.566,98	100,00%
OUTRAS RECEITAS	-	649.401,49	100,00%
Total geral	10.628.790.922,99	18.445.019.838,50	73,54%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BO 11. As transferências aos municípios, referente ao FETHAB, em 2021, continuaram a ser executada semelhante as demais transferências aos municípios, sendo arrecadada na receita de contribuições, gerando as respectivas deduções da

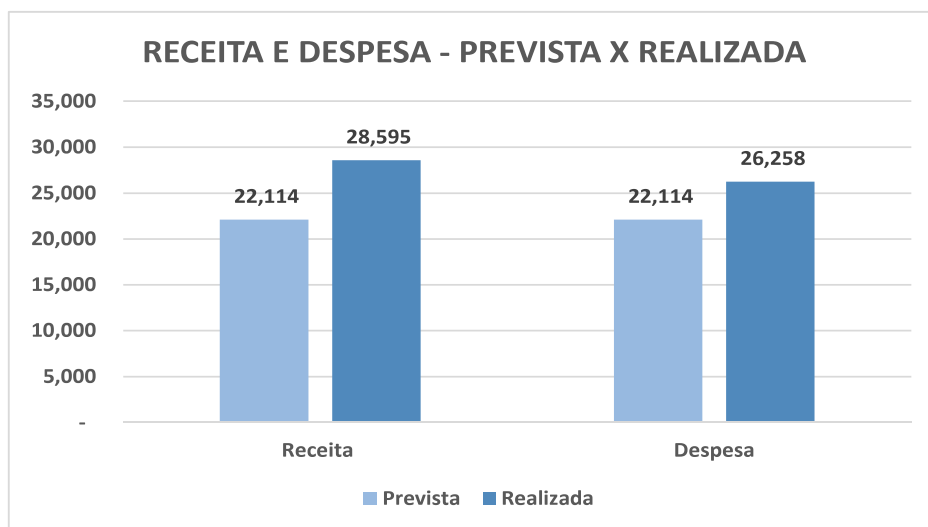
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

receita e sendo repassada por meio de Nota de Pagamento extraorçamentária – NEX, pelo Tesouro do Estado e totalizaram, no exercício, R\$ 271.042.095,30 (duzentos e setenta e um milhões, quarenta e dois mil, noventa e cinco reais e trinta centavos).

BO 12. Além desse montante, ainda são repassados recursos a título de contrapartida do Estado referente ao transporte escolar, por meio de execução orçamentária na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. No exercício de 2021 foi arrecadado R\$ 25.209.580,95 (vinte e cinco milhões, duzentos e nove mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e cinco centavos).

BO 13. O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, conforme previsto no 35 da Lei nº 4.320/1964.

BO 14. Em 2021 as receitas realizadas alcançaram um montante de R\$ 28,595 bilhões, tendo apresentado um crescimento de 29,31% em relação a previsão inicial, já a despesa empenhada não apresentou o mesmo nível de crescimento na execução atingindo um montante de R\$ 26,258 bilhões, o que gerou um superávit orçamentário de R\$ 2,337 bilhões, conforme evidenciado no Balanço Orçamentário Consolidado.



FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: valores em bilhões

BO 15. No exercício de 2021 foi efetuada a atualização da receita, desta forma a receita inicial de R\$ 22.114.077.808,00 (vinte e dois bilhões, cento e quatorze

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

milhões, setenta e sete mil, oitocentos e oito reais) com a atualização alcançou o montante de R\$ 26.171.236.518,34 (vinte e seis bilhões, cento e setenta e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos), representando um aumento de 18,35%.

BO 16. A atualização da receita, no exercício de 2021, alcançou o montante de R\$ 4.057 bilhões, reflexo da atualização da receita tributária de contribuições e de transferências correntes, nos valores de R\$ 2,7 bilhões, R\$ 469 milhões e R\$ 832 milhões, respectivamente.

DEMONSTRATIVO DA ATUALIZAÇÃO DA RECEITA 2021	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.048.109.431,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.712.047.551,75
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	469.139.844,04
RECEITA PATRIMONIAL	14.297.520,34
RECEITA INDUSTRIAL	-
RECEITA DE SERVIÇOS	2.200.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	832.072.955,19
OUTRAS RECEITA CORRENTES	16.995.948,08
ALIENAÇÃO	1.355.612,00
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	9.049.278,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRAORÇAMENTÁRIA	9.000.000,00
OUTRAS RECEITA CORRENTES - INTRAORÇAMENTÁRIA	49.278,94
TOTAL	4.057.158.710,34

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BO 17. A receita teve acréscimos de R\$ 4,3 bilhões e reduções de R\$ 264 milhões que resultaram na atualização de R\$ 4,05 bilhões, essa atualização tem suporte na abertura dos créditos adicionais por excesso de arrecadação.

BO 18. Foi verificado que a receita foi atualizada indevidamente no valor de R\$ 345,621 milhões, segundo informações da Secretaria Adjunta do Orçamento – SAOR, a parte mais expressiva desse equívoco se deve ao crédito adicional da Procuradoria Geral do Estado – PGE/MT, no valor de R\$ 345,627 que estava em trâmite e que pela urgência deveria ter sido publicado ainda em 2021, porém devido a um lapso ele somente foi publicado em 2022, impossibilitando a efetivação do processo no exercício.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

DEMONSTRATIVO De CONFORMIDADE DA PREVISÃO ATUALIZADA	
Previsão Inicial da Receita no BO (I)	22.114.077.808,00
Acréscimos da Previsão Inicial (II)	4.321.940.194,46
Reduções da Previsão Inicial (III)	- 264.781.484,12
Previsão Atualizada da Receita Evidenciado no BO (IV) = (I+II+III)	26.171.236.518,34
Total dos Acréscimos (-) Reduções Incorporado à Previsão Atualizada da Receita (V) = (IV -I)	4.057.158.710,34
Créditos Adicionais abertos por Excesso de Arrecadação, inclusive Operações de Crédito (IV)	3.711.536.878,74
Total de reestimativas gerenciais incorporado contabilmente ao Orçamento, sem a causa de abertura de créditos adicionais (V) = (III-IV)	345.621.831,60

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BO 19. A receita orçamentária do Estado, nessa considerada, inclusive, a intraorçamentária, apresentou um excesso de R\$ 2,423 bilhões, em relação à receita prevista atualizada. A receita corrente apresentou um excesso de R\$ 2,651 bilhões, já a receita de capital teve uma deficiência de R\$ 227 milhões.

DEMONSTRATIVO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO - BO			
DESCRIÇÃO	PREVISTA ATUALIZADA	REALIZADA	SALDO
RECEITA CORRENTE	25.420.338.835,34	28.071.400.951,13	- 2.651.062.115,79
Receita Tributária	12.193.986.222,75	13.604.125.047,01	- 1.410.138.824,26
Receita de Contribuições	6.117.694.189,04	6.149.180.054,80	- 31.485.865,76
Receita Patrimonial	140.090.825,34	433.811.802,81	- 293.720.977,47
Receita Agropecuária	125.909,00	227.190,00	- 101.281,00
Receita Industrial	1.571.429,00	1.807.793,28	- 236.364,28
Receita Serviço	884.365.041,00	965.420.261,36	- 81.055.220,36
Transferências Correntes	5.011.588.881,19	6.049.872.203,87	- 1.038.283.322,68
Outras receitas correntes	1.070.916.338,02	866.956.598,00	203.959.740,02
RECEITA DE CAPITAL	750.897.683,00	523.657.303,03	227.240.379,97
Operações de Crédito	479.549.608,00	360.971.670,26	118.577.937,74
Alienação de bens	24.019.424,00	21.850.855,96	2.168.568,04
Amortização de Empréstimos	2.021.561,00	2.772.230,09	- 750.669,09
Transferência de Capital	245.307.090,00	75.238.401,94	170.068.688,06
Outras receitas de Capital	-	62.824.144,78	- 62.824.144,78
RECEITA TOTAL	26.171.236.518,34	28.595.058.254,16	- 2.423.821.735,82

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BO 20. Nas receitas correntes merecem destaque o excesso de arrecadação ocorrido nas espécies: receita tributária de R\$ 1,410 bilhão, impulsionadas pelo ICMS; receitas patrimonial de R\$ 293 milhões, decorrentes do aumento das aplicações financeiras, ocasionado pela maior valor e tempo de recursos nas contas bancárias; e receitas transferências correntes, em 1,038 bilhão, reflexo do aumento das transferências do FPE, do FUNDEB, dos recursos da LC 176 /2020,

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

do SUS, que tiveram acréscimo de R\$ 543 milhões, R\$ 96 milhões e R\$ 223 milhões e R\$ 117 milhões, respectivamente.

BO 21. Nas receitas de capital merecem destaques as frustrações das receitas de operações de crédito e transferências de capital, cujas frustrações foram de R\$ 118 milhões e 170 milhões, respectivamente.

BO 22. As receitas intraorçamentárias totalizaram R\$ 2.114.545.602,79 (dois bilhões, cento e quatorze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e dois reais e setenta e nove centavos). As despesas intraorçamentárias empenhadas totalizaram R\$ 2.070.818.178,19 (dois bilhões, setenta milhões, oitocentos e dezoito mil, cento e setenta e oito reais e dezenove centavos), gerando um superávit de R\$ 43.727.424,60 (quarenta e três milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).

BO 23. A dotação inicial da despesa foi no montante de R\$ 22.114.077.808,00 (vinte e dois bilhões, cento e quatorze milhões, setenta e sete mil, oitocentos e oito reais), tendo sido abertos créditos adicionais no montante de R\$ 6.621.789.162,37 (seis bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), logo a dotação atualizada passou a ser R\$ 28.735.866.970,37 (vinte e oito bilhões, setecentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e sei mil, novecentos e setenta reais, trinta e sete centavos).

BO 24. Os créditos adicionais no montante de R\$ 6,621 foram decorrentes de excesso de arrecadação e de superávit financeiro de R\$ 3,712 bilhões e R\$ 2,910 bilhões, respectivamente.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DEMONSTRATIVO DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	3.711.536.878,74
CREDITO ADICIONAL ESPECIAL	127.000.000,00
FONTE 100	127.000.000,00
CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	3.584.536.878,74
FONTE 100	2.195.142.585,21
FONTE 108	1.355.612,00
FONTE 115	20.000.000,00
FONTE 122	563.084.319,04
FONTE 134	480.000.000,00
FONTE 192	3.500.000,00
FONTE 193	16.000,00
FONTE 196	317.457.639,05
FONTE 240	3.980.723,44
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.910.252.283,63
CREDITO ADICIONAL ESPECIAL	49.000.000,00
FONTE 300	49.000.000,00
CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	2.861.252.283,63
FONTE 300	897.166.466,57
FONTE 312	182.621.823,18
FONTE 315	28.467.176,94
FONTE 320	256.851.517,03
FONTE 322	177.484.029,99
FONTE 325	2.855.068,66
FONTE 334	303.625.300,16
FONTE 351	34.965.508,08
FONTE 369	23.295.971,83
FONTE 385	146.603.356,85
FONTE 392	4.306.149,74
FONTE 393	82.299.962,80
FONTE 395	108.057.740,66
FONTE 396	331.062.430,79
FONTE 614	2.973.432,00
FONTE 616	6.161.666,18
FONTE 617	10.472.928,33
FONTE 640	250.557.689,76
FONTE 647	11.424.064,08
TOTAL	6.621.789.162,37

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BO 25. Do montante empenhado de R\$ 26,257 bilhões, foram executados com recursos arrecadados no exercício o montante de R\$ 23,837 bilhões o restante da despesa, executada com base no superávit financeiro, foi de R\$ 2,420 bilhões. Não houve a reabertura de créditos especiais e extraordinários.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE RECURSOS			
DESCRIÇÃO	RECEITA DO EXERCÍCIO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	TOTAL GERAL
DESPESAS CORRENTES	19.729.896.604,59	1.551.628.657,08	21.281.525.261,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.458.879.035,17	348.857.690,59	14.807.736.725,76
JUROS E ENCARGOS	328.139.983,48	-	328.139.983,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.942.877.585,94	1.202.770.966,49	6.145.648.552,43
DESPESAS DE CAPITAL	4.107.303.052,00	868.954.487,79	4.976.257.539,79
INVESTIMENTOS	3.028.604.741,61	815.780.630,19	3.844.385.371,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	88.242.065,44	53.173.857,60	141.415.923,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	990.456.244,95		990.456.244,95
TOTAL GERAL	23.837.199.656,59	2.420.583.144,87	26.257.782.801,46

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BO 26. Do total de crédito adicional aberto por superávit financeiro de R\$ 2,910 bilhões, conforme “BO 23” foram empenhados R\$ 2,410 bilhões, liquidados R\$ 1,671 bilhão e pagos R\$ 1,671 bilhão.

CREDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO			
FONTE	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
FONTE 300	901.225.038,34	612.574.202,07	612.574.202,07
FONTE 312	111.631.712,96	65.981.831,58	65.981.831,58
FONTE 315	27.795.358,92	27.795.358,92	27.795.358,92
FONTE 320	233.953.381,65	72.636.551,38	72.636.551,38
FONTE 322	177.231.788,93	177.231.788,93	177.231.788,93
FONTE 325	286.777,14	274.555,01	274.555,01
FONTE 334	297.158.094,65	248.629.794,17	248.629.794,17
FONTE 351	16.686.926,46	16.002.823,66	16.002.823,66
FONTE 369	14.190.217,20	10.805.652,00	10.805.652,00
FONTE 385	132.990.232,89	119.290.128,07	119.290.128,07
FONTE 392	3.014.686,70	2.984.353,37	2.984.353,37
FONTE 393	62.154.306,71	27.005.887,07	27.005.887,07
FONTE 395	77.180.307,26	48.191.570,66	48.191.570,66
FONTE 396	151.023.199,07	104.781.538,91	104.781.538,91
FONTE 614	1.725.646,35	298.164,17	298.164,17
FONTE 616	3.411.498,87	2.896.908,12	2.896.908,12
FONTE 617	4.653.412,24	2.313.833,36	2.313.833,36
FONTE 640	194.270.558,53	131.466.291,09	131.466.291,09
FONTE 640	10.000.000,00	5.429.647,09	5.429.647,09
TOTAL	2.420.583.144,87	1.676.590.879,63	1.676.590.879,63

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

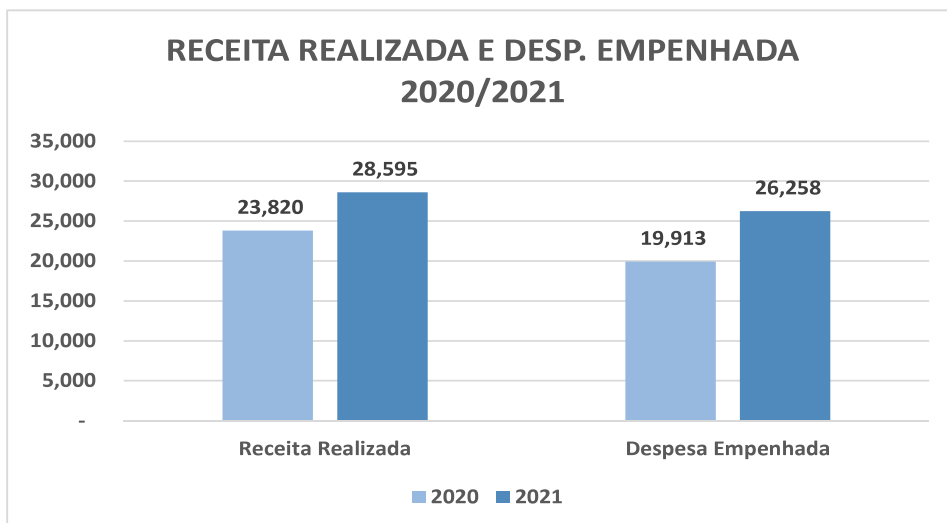
BO 27. No Estado de Mato Grosso os créditos iniciais e suplementares não estão individualizados na contabilidade, no exercício de 2021 houve execuções de despesas tanto por meio de crédito iniciais/suplementares quanto créditos especiais.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS POR TIPO DE CRÉDITO				
DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
Crédito Inicial/Suplementar	28.559.866.970,37	26.181.782.801,46	22.757.168.251,12	22.479.490.757,44
Crédito Especial	176.000.000,00	76.000.000,00	76.000.000,00	76.000.000,00
TOTAL	28.735.866.970,37	26.257.782.801,46	22.833.168.251,12	22.555.490.757,44

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BO 28. Em comparação com 2020 houve um crescimento na receita realizada de 2021 de R\$ 4,775 milhões, equivalente a 20,05%. A despesa empenhada de 2021 apresentou acréscimo de 31,86%, perfazendo um aumento nominal de R\$ 6,345 bilhões em relação a 2020, como pode ser observado no gráfico abaixo.



FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: valores em bilhões

BO 29. Os restos a pagar não processados liquidados, em 31/12/2021, no montante de R\$ 2.768.483,93 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos), em atendimento as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são transferidos para restos a pagar processados no exercício seguinte.

BO 30. A conciliação do resultado orçamentário com os fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia que ao somar ao resultado orçamentário as despesas empenhadas e não pagas e as compensações, deduzir os

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

restos a pagar e o saldo das transações extraorçamentárias que impactaram o DFC, chega-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa do DFC.

CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO - DFC	
DESCRIÇÃO	VALOR
1 - Resultado Orçamentário	2.337.275.452,78
2 - Restos a Pagar Inscrito no período - Despesas de 2021 empenhadas e não pagas	3.702.292.044,02
3 - Restos a Pagar de Exercícios anteriores pagos em 2020	1.028.497.233,41
4 - Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	- 133.121.485,92
5 - Outros Pagamentos extraorçamentários - compensações	5.881.926,98
6 - Geração Líquida de Caixa - DFC (6 = 1+2-3-4+5)	5.150.073.676,29

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: na linha 5 estão sendo consideradas as compensações do exercício no valor de R\$ 5.881.926,98

Balanco Financeiro:

BF 1. O Balanço Financeiro evidencia na parte dos ingressos extraorçamentários o movimento credor das contas de ativo e passivo e na parte dos dispêndios extraorçamentários o movimento devedor das contas de ativo e passivo. Essa movimentação, para efeito de expurgar os estornos, e facilitar a elaboração do anexo, é registrada em contas de controle.

BF 2. O resultado financeiro de 2021 foi positivo em R\$ 5,150 bilhões, sendo decorrente de um resultado positivo na movimentação orçamentária de R\$ 2,337 bilhões e na movimentação extraorçamentária de R\$ 2,812 bilhões.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO FINANCEIRO DE 2021			
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Receita Orçamentária (I)	28.595.058.254,24	23.819.629.294,47	20,05%
Despesa Paga (II)	26.257.782.801,46	19.912.960.920,47	31,86%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	2.337.275.452,78	3.906.668.374,00	-40,17%
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	23.464.478.727,28	19.397.642.862,30	20,97%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	23.464.478.727,28	19.397.642.862,30	20,97%
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	-	-	0,00%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	25.943.306.845,93	19.665.824.571,58	31,92%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	23.130.508.622,42	20.509.451.617,10	12,78%
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	2.812.798.223,51	- 843.627.045,52	-433,42%
Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)	5.150.073.676,29	3.063.041.328,48	68,14%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BF 3. A receita orçamentária, de 2021, teve um crescimento, em relação ao exercício de 2020, no montante de R\$ 4,775 bilhões, correspondendo a 20,05% de crescimento, sendo que os recursos ordinários cresceram R\$ 2,656 bilhões e os recursos vinculados R\$ 2,119 bilhões. Já a despesa orçamentária teve um crescimento de 6,344 bilhões, equivalente a 31,86%, desmembrado em R\$ 3,659 bilhões de recursos ordinário e R\$ 2,685 bilhões de recursos vinculados. Maiores detalhes sobre essas variações nos resultados orçamentários.

BF 4. As deduções da receita totalizaram R\$ 18,445 bilhões com as seguintes fontes/destinação de recursos:

DETALHAMENTO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR FONTES DE RECURSOS		
FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
100	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	9.504.943.249,11
116	RECURSOS DE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	5.410.043.614,22
120	Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	12.333,72
122	RECURSOS DO FDO DE MANUTENÇÃO E DES. DA EDUC. BÁSICA E VAL. DOS PROF. DA ED.-FUNDEB	3.527.870.761,81
134	Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25.516,77
192	RECURSOS DE REPASSES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.511,94
193	RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	36,21
196	RECURSOS ADMINISTRADOS PELO ÓRGÃO	1.242.900,06
214	RECURSOS PROVENIENTES DA ARRECAÇÃO DE MULTAS - RENAINF	4.021,81
240	RECURSOS PRÓPRIOS	875.892,85
TOTAL		18.445.019.838,50

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BF 5. Os restos a pagar em inscrição, que para efeito do fechamento consta na coluna de ingressos extraorçamentários, no exercício de 2021, totalizaram o montante de R\$ 3,702 bilhões, desmembrados em processados e não processados:

DESPESAS EM PROCESSO DE INSCRIÇÃO EM 31/12/2021			
DESCRIÇÃO	RP NÃO PROCESSADO	RP PROCESSADO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.309.503.673,30	205.957.244,29	1.515.460.917,59
Pessoal e Encargos Sociais	30.300.415,57	133.605.045,58	163.905.461,15
Outras Desp. Correntes	1.279.203.257,73	72.352.198,71	1.351.555.456,44
DESPESAS DE CAPITAL	2.115.110.877,04	71.720.249,39	2.186.831.126,43
Investimentos	2.115.110.877,04	71.720.249,39	2.186.831.126,43
Inversões Financeiras			-
TOTAL	3.424.614.550,34	277.677.493,68	3.702.292.044,02

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BF 6. Foram pagos em 2021 o montante de R\$ 1,028 bilhão, sendo R\$ 647,6 milhões de restos a pagar não processados e R\$ 380,9 milhões de restos a pagar processados.

DEMONSTRATIVO DOS RP PAGOS EM 2021			
DESCRIÇÃO	RP NÃO PROCESSADO	RP PROCESSADO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	350.971.079,22	365.703.700,57	716.674.779,79
Pessoal e Encargos Sociais	9.930.358,35	239.060.084,47	248.990.442,82
Outras Desp. Correntes	341.040.720,87	126.643.616,10	467.684.336,97
DESPESAS DE CAPITAL	296.660.684,06	15.161.769,56	311.822.453,62
Investimentos	296.135.187,92	15.161.769,56	311.296.957,48
Inversões Financeiras	525.496,14	-	525.496,14
TOTAL	647.631.763,28	380.865.470,13	1.028.497.233,41

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BF 7. O saldo financeiro para o exercício seguinte foi no montante de R\$ 11,165 bilhões, um crescimento de R\$ 5,150 bilhões em relação a 2020, distribuídos nas seguintes fontes:

DETALHAMENTO DO SALDO EM ESPÉCIE POR FONTE DE RECURSO			
FONTE	DESCRIÇÃO	31.12.21	31.12.20
100/300	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	4.449.508.837,61	1.500.361.010,33
108/308	RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	41.386.926,19	24.777.296,08
110/310	Recursos da Contribuição ao Salário Educação	85.049.130,06	75.254.103,65
112/312	Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde	454.721.899,75	312.871.010,26
115/315	RECURSOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL DE OUTROS PODERES	177.205.801,02	145.657.365,19
116/316	RECURSOS DE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS A MUNICIPIOS	64.728.935,90	49.480.411,19
117/317	TRANSF. ESPECIAS DA UNIÃO - EMENDAS INDIVIDUAIS EC n° 105/2019	5.519.993,00	-
120/320	Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	815.218.838,11	338.068.248,25
122/322	RECURSOS DO FUNDO DE MAN.E DES. DA EDUC. BÁSICA E VAL. DOS PROF. DA EDUCAÇÃO- FUNDEB	527.088.494,88	313.278.675,05
125/325	Recursos da Contribuição ao Salário Educação	4.320.959,25	3.076.658,43
134/334	Recursos destinados ao Desenvolvimento das Ações de Saúde	898.215.908,23	869.968.089,31
137/337	CONTRIBUIÇÃO REGIONAL AO FETHAB	10.996.300,02	10.996.300,02
151/351	RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.	134.476.801,71	59.485.184,92
169/369	RECURSOS DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	39.188.136,97	45.847.499,52
185/385	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - INCISO I do art. 5º da LC 173/2020	13.940.510,20	-
192/392	RECURSOS DE REPASSES CONSTITUCIONAIS	162.947.097,15	95.779.044,40
193/393	RECURSOS DE CONVÊNIOS	490.335.793,85	451.617.147,06
195/395	RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	263.927.582,53	247.694.632,08
196/396	RECURSOS ADMINISTRADOS PELO ÓRGÃO	1.144.637.739,63	500.474.183,19
214/614	RECURSOS PROVENIENTES DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS DO SISTEMA RENAINF	15.940.680,89	14.279.029,14
216/616	Recursos Provenientes de Instituição Privada	7.233.417,68	9.424.263,83
217/617	Recursos Próprios com Finalidades Específicas	39.876.337,95	17.285.845,02
240/640	RECURSOS PRÓPRIOS	1.133.996.882,71	708.099.257,13
247/647	Recursos Estaduais destinados ao Fundo Penitenciário de Mato Grosso	15.399.615,54	21.302.531,32
250/650	RECURSOS DE CONTRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS E SERVIDORES PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	48.990.824,80	80.966.012,02
253/653	Recursos de Contribuição dos Servidores Militares para o Sistema Social	5.989.127,81	830.173,53
888	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	114.263.546,78	118.158.473,01
TOTAL		11.165.106.120,22	6.015.032.443,93

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Balanco Patrimonial:

BP 1. Os elementos patrimoniais são apresentados considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e as partes II e V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Ainda, em atendimento ao artigo 105 da Lei 4320/64, que confere viés orçamentário ao Balanco Patrimonial ao separar ativo e passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, é apresentado quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

BP 2. O Balanco Patrimonial é composto, nessa nova estrutura definida pela Secretaria do Tesouro Estadual - STN, em 4 quadros: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

BP 3. O ativo circulante teve um crescimento de R\$ 7,315 bilhões, representando 46,29%, impulsionado pelo crescimento dos itens Caixa e equivalente de Caixa e Demais créditos e valores de Curto Prazo a Receber, de R\$ 5,150 bilhões e 3,931 bilhões, respectivamente. Destaque também para a redução expressiva do item créditos a curto prazo que reduziu em termos percentuais 57,10%.

DETALHAMENTO DO ATIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	11.165.106.120,22	6.015.032.443,93	85,62%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.330.677.183,57	3.101.749.274,29	-57,10%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	10.489.196.434,65	6.557.951.739,44	59,95%
ESTOQUES	134.015.737,80	129.170.488,62	3,75%
VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,03	0,03	0,00%
TOTAL	23.118.995.476,27	15.803.903.946,31	46,29%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 4. O disponível em caixa e equivalente de caixa apresentou, em relação à 2020, um crescimento de 85%, representando R\$ 5,150 bilhões, destacando o aumento na conta especial do Banco do Brasil e na conta única, nos montantes e R\$ 1,366 bilhão e R\$ 3,930 bilhões, respectivamente. Esse crescimento se deu devido a boa performance da arrecadação.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
CONTA DE ARRECAÇÃO - BANCO DO BRASIL (F)	122.164.588,41	523.209.242,51	-76,65%
CONTA DE ARRECAÇÃO - BRADESCO (F)	28.818,39	29.594,56	-2,62%
CONTA DE ARRECAÇÃO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (F)	473.407,21	1.165.531,56	-59,38%
CONTA DE CONVÊNIO - BANCO DO BRASIL (F)	568.659.396,95	423.388.967,98	34,31%
CONTA DE CONVÊNIO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (F)	55.991.001,93	48.494.429,27	15,46%
CONTA ESPECIAL - BANCO DO BRASIL (F)	3.825.979.953,61	2.459.659.500,76	55,55%
CONTA ESPECIAL - BANCO SICREDI (F)	-	5.415.044,17	-100,00%
CONTA ESPECIAL - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (F)	116.680.270,09	10.470.112,26	1014,41%
CONTA ESPECIAL - CONTA CONTÁBIL - TESOURO DO ESTADO (F)	19.246.461,65	17.776.648,84	8,27%
CONTA ÚNICA - BANCO DO BRASIL (F)	6.455.882.221,98	2.525.423.372,02	155,64%
TOTAL	11.165.106.120,22	6.015.032.443,93	85,62%

FONTES: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 5. Já os créditos a curto prazo tiveram uma redução de 57,10%, totalizando uma redução de R\$ 1,771 bilhão, concentrado integralmente no item créditos tributários a receber no valor de R\$ 1,772 milhões, relativos a ajustes da integração bem como um maior recebimento no período. Destaque para os ajustes para perdas da dívida ativa tributária, no valor de R\$ 1,780 bilhão, apresentando uma redução, em relação a 2020, no valor de R\$ 28 milhões.

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	828.232.008,18	2.601.003.385,04	-68,16%
CUENTAS	25.692.156,35	11.797.597,93	117,77%
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER	171.163.731,78	196.273.600,10	-12,79%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	5.698.324,84	5.726.853,85	-0,50%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA	2.080.488.821,28	2.096.039.717,85	-0,74%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A CURTO PRAZO - INSCRITA (P)	198.920.095,00	198.914.342,30	0,00%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA A CURTO PRAZO INSCRITA (P)	1.881.568.726,28	1.897.125.375,55	-0,82%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	-1.780.597.858,86	-1.809.091.880,48	-1,58%
TOTAL	1.330.677.183,57	3.101.749.274,29	-57,10%

FONTES: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 6. Os demais créditos e valores a receber de curto prazo teve um acréscimo de 59,95%, equivalente a R\$ 3,931 bilhões, sendo que o grupo que apresentou maior crescimento foi: “Outros Créditos a Receber e Valores de CP” com R\$ 4,288 bilhões, merece destaque, ainda, a redução de R\$ 278 milhões no grupo Depósitos restituíveis e valores vinculados.

BP 7. No grupo “Outros Créditos a Receber e Valores de CP” o crescimento de R\$ 4,288 bilhões ficou em dois itens: Outros Créditos a Receber no valor de R\$ 500 milhões e Transferências intragovernamentais no valor de R\$ 3,759 bilhões.

BP 8. O aumento de R\$ 3,759 bilhões, no item transferências intragovernamentais, ocorreu em virtude do aumento do direito da conta única,

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

que evidencia a quem pertence o recurso financeiro disponível da conta única, no montante de R\$ 3,930 bilhões. Já o aumento de R\$ 500 milhões do item Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, refere-se ao direito de receita própria cujo registro evidencia a as receitas próprias a receber por competência.

DETALHAMENTO DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	2.429.119,16	1.876.226,51	29,47%
TRIBUTOS A RECUPERAR/ COMPENSAR	7.800.755,68	5.693.232,79	37,02%
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	13.981.559,55	1.462.699,98	855,87%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	796.078.768,32	1.075.068.219,28	-25,95%
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	6.119.890,06	99.310.203,88	-93,84%
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	9.662.786.341,88	5.374.541.157,00	79,79%
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CP	791.166.868,80	290.968.250,45	171,91%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	8.335.551.334,34	4.576.070.590,14	82,16%
RECEITAS DO TESOURO A RECEBER (F)	241.871.975,93	241.467.290,39	0,17%
OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS A RECEBER (F)	278.619.538,26	246.327.963,06	13,11%
DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES CP	15.576.624,55	19.707.062,96	-20,96%
TOTAL	10.489.196.434,65	6.557.951.739,44	59,95%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 9. Os estoques tiveram acréscimo de 3,75%, em termos nominais um crescimento de R\$ 4,845 milhões em relação à 2020, sendo que o item em que ocorreu crescimento foi em outros estoques, no valor de 6,560 milhões e R\$ 19 milhões, respectivamente.

DETALHAMENTO DOS ESTOQUES			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
MERCADORIAS PARA REVENDA	215.619,94	1.468.795,89	-85,32%
MATERIAIS EM TRANSITO	3.347.844,11	3.347.844,11	0,00%
ALMOXARIFADO	68.943.618,94	69.406.160,29	-0,67%
OUTROS ESTOQUES	61.508.654,81	54.947.688,33	11,94%
TOTAL	134.015.737,80	129.170.488,62	3,75%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 10. O ativo não circulante em 2021, no montante de R\$ 21,330 bilhões, sofreu um aumento, em relação a 2020, de 4,94%, equivalente a R\$ 1 bilhão, centralizadas nos grupos de investimentos e imobilizado, que apresentaram acréscimos de R\$ 146,5 milhões e 1,483 bilhão, respectivamente. Já o Ativo Realizável a Longo Prazo teve redução de R\$ 635 milhões, conforme quadro abaixo.

BP 11. O aumento de R\$ 146,5 milhões em investimentos é decorrente do aumento da integralização de capital nas unidades orçamentárias Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação – MTI e Agência de Fomento do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

de Mato Grosso S/A – DESENVOLVE MT desenvolve, no valor de R\$ 27 milhões e R\$ 109 milhões, respectivamente. Também importante destacar nesse item o registro da equivalência patrimonial realizada na MT desenvolve no valor de R\$ 5,608 milhões e das participações da 21601 e 11101 em consórcios públicos em que o Estado faz parte, no montante de R\$ 4,977 milhões.

DETALHAMENTO DO ATIVO NAO-CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO (P)	8.952.438.601,69	9.587.502.544,58	-6,62%
INVESTIMENTOS	187.078.982,46	40.492.602,69	362,01%
IMOBILIZADO	12.135.093.529,21	10.651.627.843,81	13,93%
INTANGIVEL	55.926.954,39	46.497.764,94	20,28%
TOTAL	21.330.538.067,75	20.326.120.756,02	4,94%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 12. No ativo realizável de longo prazo a redução de R\$ 635 milhões, equivalente a 6,62%, é reflexo da dívida ativa de longo prazo que aumentou R\$ 11,682 bilhões, sendo R\$ 8,431 bilhões referente a dívida ativa tributária e 3,251 bilhões de dívida ativa não tributária, porém houve o ajuste para perdas no montante de R\$ 12,347 bilhões, gerando uma redução no realizável de longo prazo de 6,62%.

BP 13. O item demais créditos e valores a longo prazo apresentou crescimento de 2,62%, no valor de R\$ 31 milhões em detrimento do registro do ágio nas cauções do DNPM Governo.

DETALHAMENTO DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
CLIENTES (P)	64.284.381,60	64.904.888,22	-0,96%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (P)	42.733.878,91	43.339.393,00	-1,40%
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA (P)	66.513.169.674,26	58.082.088.847,74	14,52%
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA - LONGO PRAZO (P)	5.942.262.939,50	2.690.620.272,98	120,85%
(-) AJUSTE DE PERDAS PARA CRED. DE LIQUIDACAO DUVIDOSA (P)	-49.056.844,23	36.294.255,15	35,16%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DIVIDA ATIVA (P)	-64.788.069.034,18	-52.452.925.242,09	23,52%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO (P)	1.227.113.605,83	1.195.768.639,88	2,62%
TOTAL	8.952.438.601,69	9.587.502.544,58	-6,62%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 14. O imobilizado cresceu R\$ 1,483 bilhão em 2021, representando 13,93%, sendo que o aumento foi de R\$ 270 milhões de bens móveis, R\$ 1,327 bilhão de bens imóveis e R\$ 114,5 milhões de depreciações. Nos bens móveis o aumento ficou em R\$ 849,7 milhões em bens de uso especial e R\$ 506 milhões em bens de uso comum do povo.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
BENS MOVEIS	2.795.821.532,76	2.525.800.702,47	10,69%
BENS IMOVEIS	10.906.167.450,01	9.578.241.408,51	13,86%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-1.566.895.453,56	-1.452.414.267,17	7,88%
TOTAL	12.135.093.529,21	10.651.627.843,81	13,93%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 15. O imobilizado do Estado de Mato grosso está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição, cujo montante em 2021 é de R\$ 12,135 bilhões, com crescimento de 13,93% em relação a 2020:

COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS E BENS IMÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Bens Móveis (VI)	1.443.004.621,09	1.234.324.585,81	16,91%
Valor Bruto Contábil (I)	2.795.821.532,76	2.525.800.702,47	10,69%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	1.352.816.911,67	1.291.476.116,66	4,75%
Redução ao Valor Recuperável (III)	-	-	-
BENS IMÓVEIS (VII)	10.692.088.908,12	9.417.303.258,00	13,54%
Valor Bruto Contábil (IV)	10.906.167.450,01	9.578.241.408,51	13,86%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (V)	214.078.541,89	160.938.150,51	33,02%
TOTAL LÍQUIDO (VIII = VI + VII)	12.135.093.529,21	10.651.627.843,81	13,93%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 16. Em 2021, o valor líquido contábil dos bens móveis do Estado de Mato Grosso foi de 1,443 bilhão, tendo apresentado um aumento de 16,91%, em relação a 2020, sendo 10,69% de crescimento no total bruto de bens móveis e 4,75% de depreciação/amortização/exaustão, conforme detalhamento apresentado abaixo.

BP 17. O item veículo aumentou R\$ 242 milhões, representando um acréscimo de 26,45% em relação a 2020, desse montante R\$ 82 milhões são novas aquisições; R\$ 182 milhões em decorrência de ajustes patrimoniais de compatibilização do inventário físico x SIGPAT e FIPLAN realizados pela UO 25101 – SINFRA.

BP 18. O item máquinas agrícolas apresentou um crescimento de R\$ 32 milhões, a maior parte em decorrência de novas aquisições, no valor de R\$ 150 milhões. Destaque para as baixas no valor de R\$ 118 milhões em decorrência de doação e cessão para os municípios, bem como ajustes patrimoniais compatibilizando com o inventário físico.

BP 19. As máquinas para indústrias especializadas apresentou a maior redução do grupo, um montante de R\$ 151 milhões, a maior parte impactado pelo registro de baixa efetuado pela UO 25101 – SINFRA, durante trabalho de compatibilização entre o inventário físico, SIGPAT e FIPLAN.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BP 20. O item outros bens móveis apresentou um crescimento de R\$ 45 milhões, a maior parte referente a baixa de cessões para as prefeituras no valor de R\$ 49 milhões registradas pela UO 25101 – SINFRA.

BP 21. As depreciações dos bens móveis apresentaram um crescimento de R\$ 61 milhões, equivalente a 4,75% de crescimento em relação ao exercício de 2020.

COMPOSIÇÃO DOS BENS MÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
EQUIP PROC. AUTOMATICO DE DADOS USO GERAL,PROGR,SUPRIM, EQUIP SUPORTE (P)	617.007.163,93	613.065.649,55	0,64%
VEICULOS (P)	739.373.016,92	496.602.176,11	48,89%
MOBILIARIOS (P)	331.555.012,95	329.603.609,78	0,59%
MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS (P)	262.892.566,02	230.739.332,43	13,93%
MAQUINAS PARA INDUSTRIAS ESPECIALIZADAS (P)	42.615.841,38	193.497.745,61	-77,98%
EQUIPAMENTOS E ARTIGOS PARA USO MEDICO, DENTARIO E VETERINARIO (P)	168.230.757,44	142.694.454,47	17,90%
UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO E COMERCIAL (P)	111.198.523,58	103.040.794,87	7,92%
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACOES, DETECAO E RADIACAO COERENTE (P)	91.801.225,35	55.186.611,11	66,35%
EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCENDIO, RESGATE E SEGURANCA (P)	60.051.613,70	52.126.210,55	15,20%
EQUIPTOS PARA REFRIGERACAO, CIRCULACAO E CONDICIONAMENTO DE AR (P)	39.742.052,43	30.539.159,69	30,13%
MAQUINAS PARA ESCRITORIO E ARQUIVOS VISUAIS (P)	25.833.968,61	28.091.741,42	-8,04%
ARMAMENTOS (P)	33.874.830,52	27.086.606,37	25,06%
INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE MEDICAO E DE LABORATORIO (P)	22.921.496,49	22.260.249,55	2,97%
EQUIPAMENTOS PARA SERVICOS (P)	22.746.371,49	20.676.651,79	10,01%
OUTROS BENS MÓVEIS	225.977.091,95	180.589.709,17	25,13%
TOTAL BRUTO (I)	2.795.821.532,76	2.525.800.702,47	10,69%
Depreciação/Amortização/Exaustao Acumulada (II)	1.352.816.911,67	1.291.476.116,66	4,75%
TOTAL LÍQUIDO (III = I - II)	1.443.004.621,09	1.234.324.585,81	16,91%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 22. Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens imóveis do Estado totalizou R\$ 10,692 bilhões, com um crescimento de 13,54%, equivalente a R\$ 1,274 bilhão, em relação a 2020, centralizado nos bens de uso comum do povo e nos bens de uso especial, nos montantes de R\$ 506 milhões e R\$ 849 milhões, já os bens dominicais e as obras em andamento tiveram redução, conforme detalhamento a seguir.

COMPOSIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
BENS DE USO COMUM DO POVO	7.681.809.496,59	7.175.547.740,81	7,06%
BENS DE USO ESPECIAL	2.984.039.055,82	2.134.304.038,27	39,81%
BENS DOMINICAIS	232.529.085,41	236.806.661,47	-1,81%
OBRAS EM ANDAMENTO	4.309.139,23	28.102.295,00	-84,67%
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS (P)	3.480.672,96	3.480.672,96	0,00%
TOTAL BRUTO (I)	10.906.167.450,01	9.578.241.408,51	13,86%
Depreciação/Amortização/Exaustao Acumulada (II)	214.078.541,89	160.938.150,51	33,02%
TOTAL LÍQUIDO (III = I - II)	10.692.088.908,12	9.417.303.258,00	13,54%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 23. As obras processo de apuração e registro no montante de R\$ 4,3 milhões, reduziram 84,67% em relação a 2020, totalizando um decréscimo de R\$ 23,7 milhões. Os itens faltantes devem ser baixados em 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BP 24. No exercício de 2021 continuaram os trabalhos no Estado buscando mapeamento e regularização de registros de eventuais obras em andamento que já havia sido entregue ou em uso para obras concluídas. Nesse sentido destacam-se os comentários constantes nos comentários do quadro movimentação do imobilizado (BP 30 a BP 41).

BP 25. A composição dos Bens de uso especial, valor bruto, totalizam em 2021 o montante de R\$ 2,429 bilhões, evidenciando um aumento de 13,79%, sendo decorrente quase integralmente do aumento do item Escolas, conforme quadro abaixo.

BP 26. Os bens de uso especial em construção, apesar de evidenciar um aumento de 0,04%, foi ele que impulsionou o crescimento dos bens de uso especial, pois houve incorporação de obras em andamento de R\$ 773 milhões, sendo R\$ 206 milhões devido ao início de novas obras e R\$ 561,6 milhões referente a reclassificação de obras em andamento de Bens uso comum do povo para bens de uso especial e R\$ 5,5 milhões referente a transferências de bens dominicais para bens de uso especial.

BP 27. As maiores variações nominais dos bens de uso especial, em relação a 2020, foram nos itens Prédios em decorrência da transferência de obras em andamento para obra pronta, no valor de R\$ 156 milhões, seguido dos terrenos que aumentaram R\$ 49 milhões, sendo R\$ 4,8 milhões referentes a doações recebidas de municípios; R\$ 41 milhões referente a ajustes do ativo do balanço da assembleia Legislativa; e de R\$ 2,8 milhões referentes a transferências de obras em andamento na Empaer.

COMPOSIÇÃO DOS BENS DE USO ESPECIAL			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
OBRAS EM ANDAMENTO BENS DE USOS ESPECIAL(51)	1.350.549.452,99	1.349.955.128,53	0,04%
ESCOLAS (P)	325.153.793,59	325.153.793,59	0,00%
PRÉDIOS (P)	218.077.119,04	61.996.462,34	251,76%
IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL (P)	137.465.381,61	108.299.120,35	26,93%
PRÉDIOS PARA SEDE DE ÓRGÃO PÚBLICO (P)	98.565.343,38	94.002.435,99	4,85%
HOSPITAIS PARA UTILIZAÇÃO (P)	76.060.261,94	56.488.364,88	34,65%
TERRENOS URBANOS (P)	55.926.357,57	6.604.721,72	746,76%
IMÓVEL PARA PRESIDIOS/DELEGACIAS (P)	53.591.709,29	53.591.709,29	0,00%
ESTÁDIOS	555.358.717,23	-	100,00%
OUTROS BENS DE USO ESPECIAL	113.290.919,18	78.212.301,58	44,85%
TOTAL BRUTO	2.984.039.055,82	2.134.304.038,27	39,81%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 28. Os bens de uso dominicais apresentaram, em 31/12/2021, o montante bruto de R\$ 231,5 milhões, com redução de 1,81%, em relação a 2020:

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

COMPOSIÇÃO DOS BENS DOMINICAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - SDO DO EXERC. ANTERIOR (P)	115.539.416,13	109.413.934,51	5,60%
OBRAS EM ANDAMENTO DE BENS DOMINICAIS (51)	73.925.288,22	81.981.387,66	-9,83%
IMÓVEIS RURAIS - HOTEL (P)	22.285.009,39	22.285.009,39	0,00%
TERRENOS URBANOS (P)	14.243.174,42	16.590.132,66	-14,15%
DEMAIS BENS DOMINICAIS	6.536.197,25	6.536.197,25	0,00%
TOTAL BRUTO	232.529.085,41	236.806.661,47	-1,81%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 29. Os Bens de uso comum do povo fecharam, em 2021, com um valor bruto de R\$ 7,681 bilhões, e foi o item, no grupo de imóveis, que mais cresceu em 2021, apresentando um crescimento de R\$ 506,2 milhões devido a incorporação de novas obras em andamento no valor de R\$ 1,066 bilhão. Já o aumento dos itens estradas pavimentadas e Viadutos e trincheiras, que tiveram acréscimos de R\$ 1,147 bilhão e R\$ 145 milhões, respectivamente, foram decorrentes de transferências de obras em andamento para obras construídas.

BP 30. O item obras em andamento evidencia uma redução em termos nominais de R\$ 838,3 milhões, equivalente a 12,46%, porém o item obras em andamento teve a incorporação de R\$ 1,066 bilhão de novas obras e R\$ 1,904 bilhão de desincorporação de obras em andamento, sendo R\$ 1,343 bilhão referente transferência para obras concluídas e R\$ 561,6 transferência para obras em andamento do grupo de bens de uso especial.

COMPOSIÇÃO DOS BENS DE USO COMUM DO POVO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
OBRAS EM ANDAMENTO - BENS DE USO COMUM DO POVO (51)	5.887.577.768,12	6.725.962.979,85	-12,46%
ESTRADAS PAVIMENTADAS (P)	1.437.006.821,34	289.556.997,45	396,28%
VIADUTOS E TRINCHEIRAS (P)	145.743.029,00	-	100,00%
IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS POR DESAPROPRIAÇÃO (P)	104.623.134,44	102.364.056,40	2,21%
RUAS PAVIMENTADAS (P)	46.464.867,29	262.134,90	17625,56%
PRACAS (P)	26.272.964,64	26.272.964,64	0,00%
GINASIOS (P)	25.690.911,22	25.641.076,85	0,19%
PARQUES PÚBLICOS (P)	5.487.530,72	5.487.530,72	0,00%
PONTES DE MADEIRA E PONTES DE CONCRETO	2.942.469,82	-	100,00%
TOTAL BRUTO	7.681.809.496,59	7.175.547.740,81	7,06%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 31. Os bens de uso especial, em valores brutos, no montante de R\$ 2,134 bilhões em 2020, com as adições de R\$ 1,6 bilhão e baixas de R\$ 756 milhões fechou 2021 com o valor R\$ 2,984 bilhões. Ocorreu um incremento de R\$ 849 milhões, impulsionados pelos itens prédios, terrenos e estádios.

BP 32. Nos bens de uso especial destaque para o aumento de R\$ 156 milhões no item prédios, sendo R\$ 191 milhões decorrentes da transferência de obras em

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

andamento para obras concluídas realizados pela Assembleia e Mt Gás; R\$ 2 milhões incorporação de bens doados pelos municípios realizados pela UO 10101 – Defensoria. Merece registro os ajustes de baixa feitos na Assembleia Legislativa e EMPAER/MT no valor de R\$ 20 milhões e R\$ 17 milhões, respectivamente.

BP 33. No item terrenos houve a incorporação de R\$ 41,8 milhões referente a terrenos na Assembleia Legislativa no valor de, de R\$ 4,7 milhões de doações recebidas de municípios na Defensoria e R\$ 2,7 milhões transferidos de obras em andamento.

BP 34. No item estádio o registro é referente à Arena Pantanal que estava registrado na UO 25101 – SINFRA e foi baixada e transferida para a UO 23101 - SECEL que o incorporou como obra concluída, no valor de R\$ 555 milhões.

BP 35. Os bens dominicais, em 2020, apresentavam um montante de R\$ 236,8 milhões. No exercício de 2021 tiveram adições de R\$ 31 milhões e baixas de R\$ 36 milhões encerrando o exercício com um montante bruto de R\$ 232,5 milhões. Uma redução R\$ 4,277, impulsionada pela redução de obras em andamento no montante de R\$ 8 milhões;

BP 36. No item aquisição de imóveis destaque para o item aquisição de bens imóveis que aumentou em R\$ 6 milhões, sendo que as incorporações foram originadas de transferências de obras em andamento realizada pela 16101 – SEFAZ no valor de R\$ 28,6 milhões, também ocorreram baixas no montante de R\$ 22 milhões, sendo R\$ 21 milhões referentes ajustes da Assembleia Legislativa e R\$ 607 milhões no poder executivo.

BP 37. No item obras em andamento houve um decréscimo de R\$ 8 milhões, sendo R\$ 2 milhões de incorporação de novas obras e R\$ 10 milhões de baixas referentes a ajustes na conta de obras em andamento, sendo R\$ 5,4 milhões registrados pela Assembleia Legislativa e R\$ 5,2 milhões nas UOs 16101 – SEFAZ, 17101 – SEDEC e 19101 – SESP.

BP 38. Os bens de uso comum do povo iniciaram 2021 com um montante, bruto, de R\$ 7,175 bilhões, tiveram adições e baixas de R\$ 2,387 bilhões e R\$ 1,881 bilhão, respectivamente, encerrando 2021 com o valor de R\$ 7,681 bilhões, resultando numa variação de R\$ 586 milhões.

BP 39. No item obras em andamento, dos bens de uso comum de povo, as adições são resultantes de novas obras no valor de R\$ 1 bilhão e na baixa o valor de R\$ 1,881 bilhão refere-se à transferência de obras em andamento para obras concluídas no valor de R\$ 1,3 bilhão e o restante em sua grande maioria refere-se

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

à transferência da Arena Pantanal para bens de uso especial e posterior transferência para a UO 23101 – SECEL no montante de R\$ 539 milhões.

BP 40. O item estradas pavimentadas, o item viadutos e trincheiras e o item ruas pavimentadas apresentam adições no valor de R\$ 1,147 bilhão, R\$ 147 milhões e R\$ 46 milhões, respectivamente, originadas de transferências de obras em andamento para obras concluídas.

BP 41. As depreciações do grupo imóveis em 2020 no valor de R\$ 160 milhões fecharam 2021 com R\$ 214 milhões, devido as adições de R\$ 238,5 milhões e baixas de R\$ 185,4 milhões.

BP 42. Essas movimentações fizeram com que o total líquido de bens imóveis de R\$ 9,417 bilhões em 2020, com as adições de R\$ 3,785 bilhões e baixas de R\$ 2,511 bilhões ocorridas em 2021, resultassem em imóveis líquidos no montante de R\$ 10,692 bilhões ao final do exercício.

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 31/12/2020
BENS DE USO ESPECIAL (I)	2.134.304.038,27	1.605.771.013,95	756.035.996,40	2.984.039.055,82
OBRAS EM ANDAMENTO BENS DE USOS ESPECIAL(51)	1.349.955.128,53	716.172.011,18	715.577.686,72	1.350.549.452,99
ESCOLAS (P)	325.153.793,59	-	-	325.153.793,59
PRÉDIOS (P)	61.996.462,34	193.338.326,62	37.257.669,92	218.077.119,04
IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL (P)	108.299.120,35	29.166.261,26	-	137.465.381,61
PRÉDIOS PARA SEDE DE ÓRGÃO PÚBLICO (P)	94.002.435,99	6.862.750,61	2.299.843,22	98.565.343,38
HOSPITAIS PARA UTILIZAÇÃO (P)	56.488.364,88	19.571.897,06	-	76.060.261,94
TERRENOS URBANOS (P)	6.604.721,72	49.321.635,85	-	55.926.357,57
IMÓVEL PARA PRESIDIOS/DELEGACIAS (P)	53.591.709,29	-	-	53.591.709,29
ESTÁDIOS	-	555.358.717,23	-	555.358.717,23
OUTROS BENS DE USO ESPECIAL	78.212.301,58	35.979.414,14	900.796,54	113.290.919,18
BENS DOMINICAIS (II)	236.806.661,47	31.221.866,40	35.499.442,46	232.529.085,41
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - SDO DO EXERC. ANTERIOR (P)	109.413.934,51	28.600.374,69	22.474.893,07	115.539.416,13
OBRAS EM ANDAMENTO DE BENS DOMINICAIS (51)	81.981.387,66	2.621.491,71	10.677.591,15	73.925.288,22
IMÓVEIS RURAIS - HOTEL (P)	22.285.009,39	-	-	22.285.009,39
TERRENOS URBANOS (P)	16.590.132,66	-	2.346.958,24	14.243.174,42
DEMAIS BENS DOMINICAIS	6.536.197,25	-	-	6.536.197,25
BENS DE USO COMUM DO POVO (III)	7.175.547.740,81	2.387.503.048,08	1.881.241.292,30	7.681.809.496,59
OBRAS EM ANDAMENTO - BENS DE USO COMUM DO POVO (51)	6.725.962.979,85	1.042.856.080,57	1.881.241.292,30	5.887.577.768,12
ESTRADAS PAVIMENTADAS (P)	289.556.997,45	1.147.449.823,89	-	1.437.006.821,34
VIADUTOS E TRINCHEIRAS (P)	-	145.743.029,00	-	145.743.029,00
IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS POR DESAPROPRIAÇÃO (P)	102.364.056,40	2.259.078,04	-	104.623.134,44
RUAS PAVIMENTADAS (P)	262.134,90	46.202.732,39	-	46.464.867,29
PRACAS (P)	26.272.964,64	-	-	26.272.964,64
GINASIOS (P)	25641076,85	49.834,37	-	25.690.911,22
PARQUES PÚBLICOS (P)	5.487.530,72	-	-	5.487.530,72
PONTES DE MADEIRA E PONTES DE CONCRETO	-	2.942.469,82	-	2.942.469,82
OBRAS EM ANDAMENTO EM APURAÇÃO (IV)	28.102.295,00	-	23.793.155,77	4.309.139,23
BENEFICIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS (P) (V)	3.480.672,96	-	-	3.480.672,96
TOTAL BRUTO (VI = I + II-III + IV + V)	9.578.241.408,51	4.024.495.928,43	2.696.569.886,93	10.906.167.450,01
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (VII)	160.938.150,51	238.574.677,70	185.434.286,32	214.078.541,89
TOTAL LÍQUIDO (VIII = VI - VII)	9.417.303.258,00	3.785.921.250,73	2.511.135.600,61	10.692.088.908,12

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

BP 43. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no custo, ou seja, com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida e como característica fundamental a redução do valor do bem) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

BP 44. Conforme o MCASP 8ª edição e ainda a IS 22/2020 disponível no link: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual>, o cálculo da amortização somente é aplicável aos ativos intangíveis que tiverem vida útil econômica limitada e têm característica fundamental a redução do valor do bem.

BP 45. Devido as peculiaridades de cada item dos ativos intangíveis, cabe à Unidade Orçamentária, ao efetuar o registro contábil de incorporação do ativo, determinar se esse possui vida útil limitada e qual o período de vida útil para que seja possível calcular a ser efetuada mensalmente. Conforme levantado a vida útil utilizada hoje no Estado é de 5 ou 10 anos, de acordo com a análise feita pela unidade.

BP 46. O método utilizado é amortização constante com base na vida útil, também conhecido como método linear.

BP 47. O intangível no montante de R\$ 55,9 milhões é composto dos itens “softwares”, “marcas e patentes” e “Amortização acumulada”. Tendo apresentado um aumento de 20,28%, totalizando acréscimo de R\$ 9,4 milhões, integralmente concentrado no aumento do item software.

BP 48. O item software apresentou um crescimento de 15,09%, representando R\$ 12 milhões, tendo sido incorporados R\$ 9,8 milhões referente novas aquisições, R\$ 2,2 referentes a ajustes no intangível, em decorrência do inventário físico. Foi baixado o valor de R\$ 134 mil de bens considerados obsoletos.

BP 49. Já as depreciações tiveram adições no valor de R\$ 2,5 milhões, representando um aumento de 7,38%.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO DO ATIVO INTANGÍVEL			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
SOFTWARES	91.653.248,96	79.637.889,94	15,09%
MARCAS, DIREITOS E PATENTES IND	1.912.712,62	1.912.712,62	0,00%
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	-37.639.007,19	-35.052.837,62	7,38%
TOTAL	55.926.954,39	46.497.764,94	20,28%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 50. O passivo circulante no montante de R\$ 12,629 bilhões apresentou um crescimento, em relação a 2020, de 57,25%, no valor de R\$ 4,598 bilhões, concentrados nos grupos de Empréstimos e Financiamentos de CP, Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo e Demais obrigações de curto prazo, que aumentaram R\$ 691,9 milhões e R\$ 331,9 milhões e R\$ 3,531 bilhões, respectivamente. Destaque para as demais obrigações que tiveram crescimento expressivo de 55,8%.

DETALHAMENTO DO PASSIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS CP	268.969.334,44	255.733.938,24	5,18%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.359.465.920,74	667.549.821,44	103,65%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	950.233.446,10	618.325.023,12	53,68%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	101.344,05	0,00	100,00%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	191.974.545,19	161.982.699,68	18,52%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.858.995.131,49	6.327.897.197,35	55,80%
TOTAL	12.629.739.722,01	8.031.488.679,83	57,25%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 51. Os empréstimos de curto prazo, que representam a dívida pública a ser paga no exercício seguinte, apresentou crescimento de 103,65%, em valores nominais R\$ 691,9 milhões, sendo que os empréstimos e financiamentos internos cresceram 686 milhões, basicamente impactado pela transferência de empréstimos de longo para curto prazo. Cabe destacar aqui a reclassificação de alguns empréstimos para financiamento dentro do mesmo grupo de passivo de longo prazo, para alinhamento com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

DETALHAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LP			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO-INTERNO	880.450.990,24	600.131.599,25	46,71%
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO-EXTERNO	5.898.692,45	67.418.222,19	-91,25%
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	405.844.601,49	0,00	100,00%
FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	67.271.636,56	0,00	100,00%
TOTAL	1.359.465.920,74	667.549.821,44	103,65%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BP 52. O crescimento do item fornecedores e outros e contas a pagar de CP foi de 53,68%, equivalente a R\$ 331,9 milhões, sendo R\$ 205 milhões, nos fornecedores, em decorrência do aumento da execução orçamentária e ainda da incorporação de passivos sem dotação orçamentárias impactado pelos registros da 21601 – SES e 16101 – SEFAZ e R\$ 126 milhões e R\$ 126 milhões em precatórios de fornecedores de CP, impactado pela incorporação do precatório da Ovelpar como dívida consolidada.

DETALHAMENTO DOS FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CP			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
FORNECEDORES NACIONAIS A CURTO PRAZO	294.624.377,20	121.351.504,39	142,79%
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	590.086.660,46	463.997.206,13	27,17%
OUTRAS CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	65.522.408,44	32.976.312,60	98,70%
TOTAL	950.233.446,10	618.325.023,12	53,68%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 53. As provisões a curto prazo apresentaram um acréscimo de 18,52%, em valores nominais R\$ 29,9 milhões, impulsionadas pelos registros de subsídios do item Projetos e Investimentos houve incorporações.

BP 54. No item Projetos e Investimentos houve incorporações no valor de R\$ 61,3 milhões, sendo R\$ 60 milhões referente a apropriação de subsídio registrados pela SINRA e pela MT PAR e R\$ 1,493 mil da CEASA. Já as desincorporações de R\$ 557 milhões pela CEASA.

BP 55. O valor de R\$ 45 milhões na SES foi baixado devido ao pagamento da provisão, após os devidos procedimentos, por meio de execução orçamentária.

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES DE CURTO PRAZO				
UO	DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	Varição %
04501	Provisão Obrigação Decorrente da Atuação Governamental	142.824.636,08	103.422.263,74	38,10%
12502	Provisão Obrigação Decorrente da Atuação Governamental	1.260.215,33	324.793,94	288,00%
25501	Provisão Obrigação Decorrente da Atuação Governamental	21.495.794,00	-	100,00%
11401	Provisão Para Indenizações Cíveis a Curto Prazo	8.944.582,71	-	100,00%
19101	Provisão Para Indenizações Cíveis a Curto Prazo	2.002.657,17	2.002.657,17	0,00%
25101	Provisão Para Indenizações Cíveis a Curto Prazo	4.917.169,01	-	100,00%
21601	Provisão Para Indenizações Cíveis a Curto Prazo	-	45.703.493,94	-100,00%
17501	Provisão Para Indenizações Trabalhistas	239.246,71	239.246,71	0,00%
19101	Provisão Para Indenizações Trabalhistas	9.507.414,19	9.507.414,19	0,00%
25501	Provisão Para Indenizações Trabalhistas	782.829,99	782.829,99	0,00%
TOTAL		191.974.545,19	161.982.699,68	18,52%

BP 56. As demais obrigações a curto prazo apresentaram crescimento de 55,8%, equivalente a R\$ 3,53 bilhões, destaque para a redução no item valores restituíveis no valor de R\$ 250 milhões, já o item outras obrigações a curto prazo cresceram R\$ 3,78 bilhões.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

BP 57. A redução em valores restituíveis foi quase integralmente concentrada na redução das consignações, devido a antecipação dos pagamentos em dezembro; e na redução dos valores dos empréstimos extraorçamentários entre órgãos que foi integralmente baixado em 2021, em atendimento a orientação do RACI 03/2019, PPCI 012/2019, da Controladoria Geral do Estado – CGE.

BP 58. Já as outras obrigações a curto prazo apresentaram um crescimento de 74,33%, nesse item encontra-se a conta de capacidade financeira concedida, que representa a obrigação do Tesouro do Estado para com as unidades orçamentárias referente aos recursos da conta única, assim como o disponível da conta única e o direito da capacidade financeira recebida, aqui também é evidenciado o aumento dos R\$ 3,930 bilhões, na conta única.

BP 59. Merecem destaque ainda no item outras obrigações a curto prazo as reduções de R\$ 72,5 milhões referentes aos duodécimos pagos em 2021 referente a exercícios anteriores, sendo R\$ 30 milhões para Tribunal de Contas do Estado, R\$ 30 milhões para o Tribunal de Justiça de MT e R\$ 12,5 milhões para o Ministério Público do Estado. Destaque ainda para a baixa dos repasses com ônus e utilização da disponibilidade da conta única por força do artigo 6º, do decreto de encerramento nº 1140/2021.

BP 60. Importante informar que o montante de R\$ 22.513.930,28, referente ao duodécimo da unidade orçamentária 01303 – ISSPL, que compõem o Poder Legislativo, não foi repassado por força do § 2º, do artigo 168, da CF, alterado pela EC 109/2021, destacamos ainda que a unidade apresenta no seu Balanço Patrimonial o Superávit Financeiro de R\$ 9.434.493,67.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	989.208.508,55	1.240.022.304,50	-20,23%
CONSIGNAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	28.865.140,48	101.391.522,05	-71,53%
OUTRAS CONSIGNAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	778.008,78	3.089,99	25078,36%
Depósitos Judiciais da LC 151/2015(F)	75.408.801,82	90.305.345,80	-16,50%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - CONSOLIDAÇÃO	115.016.684,19	92.766.095,59	23,99%
CONSIGNAÇÕES - INTRA	61.027.806,15	113.504.817,74	-46,23%
OUTRAS CONSIGNAÇÕES - INTRA	0,00	587.456,57	-100,00%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTRA	601.773.526,65	753.033.829,47	-20,09%
CONSIGNAÇÕES - INTER UNIÃO	10.892.614,03	14.999.285,29	-27,38%
OUTRAS CONSIGNAÇÕES - INTER UNIÃO	0,00	42.903,85	-100,00%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTER UNIÃO	28.131.389,69	19.615.767,91	43,41%
OUTRAS CONSIGNAÇÕES (F) - INTER ESTADOS	165.434,35	500.578,40	-66,95%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTER ESTADO	40.613,45	74.960,88	-45,82%
CONSIGNAÇÕES INTER OFSS - MUNICÍPIOS	1.514.251,37	2.012.032,29	-24,74%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIV. ORIGENS - INTER MUNICÍPIOS	65.594.237,59	51.184.618,67	28,15%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.869.786.622,94	5.087.874.892,85	74,33%
Conta Única-Capacidade Financeira (F)	6.455.882.221,98	2.525.423.372,02	155,64%
Receita Própria a Repassar (F)	278.620.008,96	246.328.433,76	13,11%
Receitas do Tesouro a Repassar (F)	241.871.975,93	241.467.290,39	0,17%
Duodécimos a Repassar (F)	333.473.513,38	405.973.513,38	-17,86%
Obrigação Pela Utilização da disponib. Conta Única (F)	335.636.531,26	389.105.371,26	-13,74%
Repasses Com Ônus a Pagar - Conta Única (F)	1.011.899.870,23	1.049.751.118,60	-3,61%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	212.402.501,20	229.825.793,44	-7,58%
TOTAL	9.858.995.131,49	6.327.897.197,35	55,80%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 61. O passivo não circulante teve decréscimo de 86,86%, totalizando uma redução de R\$ 40,657 bilhões, impulsionadas fortemente pela redução das provisões matemáticas de Longo Prazo no valor de R\$ 39,311 bilhões, mas também, com menor expressão, pelos empréstimos e financiamento de longo prazo e os fornecedores de LP, nos valores de R\$ 1,2 bilhão e R\$ 103,7 milhões. Importante destacar que houve reclassificação de empréstimos e financiamentos a longo prazo para obrigações trabalhistas em atendimento às orientações do MCASP.

DETALHAMENTO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LP	152.127.127,88	0,00	100,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	4.599.880.470,16	6.005.472.215,75	-23,41%
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	369.429.216,57	473.220.782,56	-21,93%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	466.035.028,80	39.777.697.475,06	-98,83%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	570.549.399,73	599.281.774,41	-4,79%
TOTAL	6.158.021.243,14	46.855.672.247,78	-86,86%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 62. Os Empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam decréscimo de 23,41%, equivalente a R\$ 1,4 bilhão, sendo que está quase todo centralizado nos empréstimos internos no valor de R\$ 1,4 bilhão pela reclassificação, em 31.12.2021, para empréstimos de curto prazo.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LP			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO-INTERNO	1.828.425.715,72	4.801.944.026,31	-61,92%
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO-EXTERNO	54.342.746,40	1.203.528.189,44	-95,48%
FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO-INTERNO	1.557.128.458,59	0,00	100,00%
FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	1.159.983.549,45	0,00	100,00%
TOTAL	4.599.880.470,16	6.005.472.215,75	-23,41%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 63. Os fornecedores de Longo prazo tiveram redução de 21,93%, no valor de R\$ 103,7 milhões, decorrentes, quase integralmente, da redução dos precatórios de natureza alimentar e comum de longo prazo no valor de R\$ 103 milhões que foram reclassificados para precatórios de curto prazo em 31.12.2021.

DETALHAMENTO DOS FORNECEDORES LP			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Fornecedores Nacionais a Longo Prazo (P)	2.603.784,73	4.298.738,25	-39,43%
Precatórios de Forn. Nac. Regime Especial - A Partir de 05/05/2000 - Não Vencidos	34.799.587,81	138.094.136,42	-74,80%
Valores Restituíveis-Depósitos Judiciais-LC 151/2015 (P)	332.025.844,03	330.827.907,89	0,36%
TOTAL	369.429.216,57	473.220.782,56	-21,93%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 64. As provisões reduziram em R\$ 39,311 bilhões, representando um decréscimo de 98,83%, em decorrência, conforme destacado nas políticas contábeis adotadas em 2021 (item “e. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS”), da atualização das provisões matemática constante do Relatório de Avaliação Atuarial data focal 2021, elaborado pela FAC Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial, destacamos que esse ano foi registrado integralmente os valores da provisão previdenciárias no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso – FIPLAN.

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES LONGO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	199.407.330,11	199.407.330,11	0,00%
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	215.229.632,07	0,00	100,00%
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-297.091.826,22	0,00	100,00%
PLANO PREVIDENCIÁRIO-PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	5.356.306.381,83	33.981.501.254,60	-84,24%
PLANO PREVIDENCIÁRIO-PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-3.115.267.393,86	5.578.129.424,98	-155,85%
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-2.469.484.418,03	0,00	100,00%
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	81.862.194,15	0,00	100,00%
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	477.135.737,45	678.498,78	70222,27%
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	17.303.407,30	17.346.982,59	-0,25%
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	633.984,00	633.984,00	0,00%
TOTAL	466.035.028,80	39.777.697.475,06	-98,83%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

BP 65. O patrimônio líquido teve uma redução do déficit de 236,81%, totalizando R\$ 44,418 bilhões, sendo R\$ 27 milhões, referente ao aumento de capital social

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

da Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação – MTI, R\$ 31 milhões referente a demais reservas, constituídas pela reavaliação de veículos e imóveis e R\$ 44,360 bilhões referente a resultados acumulados.

BP 66. Destaque para a redução do déficit nos resultados acumulados de - 230,56%, saindo de um valor resultado deficitário de R\$ 19,240 bilhões em 2020 para um superávit de R\$ 25,120 bilhões, impacto do resultado positivo do exercício de R\$ 45,318 bilhões e a redução causada pelos ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 965.185.956,11.

BP 67. Os ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 965 milhões são oriundos de mudanças de critérios que foram utilizados para ajustes nos elementos patrimoniais. Esses registros foram efetuados em várias Unidades Orçamentárias, decorrentes de ajustes de depreciação e equalização de saldos, referentes aos exercícios anteriores a 2021. Destaque para o valor de R\$ 7,1 milhões registrado no resultado do exercício, devido ao mês contábil já ter sido encerrado, foi efetuado registro contábil como ajuste do exercício atual, sendo o valor agregado ao resultado patrimonial obtido no período.

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	485.951.338,33	458.951.338,33	5,88%
RESERVAS DE CAPITAL	935.738,32	935.738,32	0,00%
RESERVAS DE LUCROS	458.682,46	458.682,46	0,00%
DEMAIS RESERVAS	54.084.604,58	22.534.467,64	140,01%
RESULTADOS ACUMULADOS	25.120.342.215,18	-19.240.016.452,03	-230,56%
TOTAL	25.661.772.578,87	-18.757.136.225,28	-236,81%

FONTE: FIPLAN/SAAF/SEFAZ

BP 68. As inscrições das despesas em restos a pagar são efetuadas em contas da classe de controle da Execução do Planejamento e Orçamento (6). Os Restos a pagar processados, não processados em liquidação e os restos a pagar não processados liquidados a pagar, além do registro na classe 6, grupo 3 (6.3) já constam no passivo patrimonial do Balanço Patrimonial, pois o fato gerador já ocorreu. Diferentemente os restos a pagar não processados a liquidar somente constam na classe 6.3, não havendo nenhum registro no passivo de natureza patrimonial (classe 2).

BP 69. Os restos a pagar não processados a liquidar constam no passivo financeiro do “QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES”, mas não compõem o passivo patrimonial do quadro principal do Balanço Patrimonial. Assim a conciliação entre o saldo patrimonial do Quadro

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial segue abaixo:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BP) X SALDO PATRIMONIAL (QUADRO AP FINANCEIRO E PERMANENTE)			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BP (I)	25.661.772.578,87	-18.757.136.225,28	-236,81%
RP NÃO PROC. EX. ANTERIORES A LIQUIDAR (II)	274.156.977,51	297.684.320,17	-7,90%
RP NÃO PROC DO EXERCÍCIO A LIQUIDAR (II)	3.397.941.115,05	1.014.244.858,25	235,02%
SUBTOTAL DOS RESTOS A PAGAR (IV = II + III)	3.672.098.092,56	1.311.929.178,42	179,90%
SALDO PATRIMONIAL (V = I + IV)	21.989.674.486,31	- 20.069.065.403,70	-209,57%

FONTE: FIPLAN/SAAF/SEFAZ

Demonstração das Variações Patrimoniais

DVP 1. A movimentação intraorçamentária está incorporada na Demonstração das Variações Patrimoniais e integram os saldos das contas patrimoniais.

DVP 2. As variações patrimoniais aumentativas tiveram um aumento 8,52%, equivalente a R\$ 10,824 bilhões, sendo que o grupo que mais contribuiu para esse resultado foi o de Outras Variações Patrimoniais aumentativas com um aumento de R\$ 11,785 bilhões. Destaque para a redução expressiva do item transferências e delegações recebidos no montante de R\$ 5,515 bilhões.

VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.740.244.250,43	12.544.166.016,98	17,51%
CONTRIBUIÇÕES	6.149.180.054,80	5.368.451.868,27	14,54%
EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS E SERVIÇOS E DIREITOS	1.582.816.554,22	979.792.141,85	61,55%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	10.594.648.488,22	12.215.141.245,77	-13,27%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	57.543.438.284,33	63.058.572.324,12	-8,75%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	7.146.299.655,97	4.551.604.660,59	57,01%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	40.171.736.722,44	28.386.234.337,07	41,52%
TOTAL	137.928.364.010,41	127.103.962.594,65	8,52%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 3. O grupo de impostos, taxas e contribuições de melhoria aumentou R\$ 2,196 bilhões, um crescimento de 17,51%, onde os impostos cresceram R\$ 2,193 bilhões, em decorrência do aumento do ICMS.

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
IMPOSTOS	14.484.985.756,81	12.291.259.175,36	17,85%
TAXAS	255.258.493,62	252.906.841,62	0,93%
TOTAL	14.740.244.250,43	12.544.166.016,98	17,51%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DVP 4. As contribuições tiveram um crescimento de R\$ 780 milhões, sendo que as contribuições sociais cresceram 14,54%, sendo R\$ 267 milhões ainda impacto do aumento da alíquota da previdência e R\$ 512 milhões referente as contribuições econômicas devido ao aumento da contribuição ao FETHAB.

CONTRIBUIÇÕES			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.355.300.897,44	3.087.517.422,66	8,67%
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.793.879.157,36	2.280.934.445,61	22,49%
TOTAL	6.149.180.054,80	5.368.451.868,27	14,54%

FORNTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 5. O grupo exploração e vendas de bens, serviços e direitos apresentou um aumento de 603 milhões, sendo ele todo concentrado no item exploração de bens e direitos e prestação e serviço que cresceu R\$ 603 milhões.

EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS E SERVIÇOS E DIREITOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
VENDA DE MERCADORIAS/PRODUTOS	2.124.521,28	3.754.272,74	-43,41%
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.580.692.032,94	976.037.869,11	61,95%
TOTAL	1.582.816.554,22	979.792.141,85	61,55%

FORNTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 6. Esse grupo teve um decréscimo de R\$ 1,627 bilhão de 2020 para 2021, sendo integralmente consequência da redução das variações monetárias e cambiais que teve redução de R\$ 2,041 bilhões. Destaque para os aumentos da remuneração de depósitos e outras variações patrimoniais, em decorrência do aumento da disponibilidade bancária, nos valores de R\$ 188,6 milhões e R\$ 163,4 milhões, respectivamente.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDO	3.050.464,73	0,00	100,00%
JUROS E ENCARGOS DE MORA	443.622.539,76	377.615.997,44	17,48%
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	9.727.200.174,77	11.768.798.610,03	-17,35%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	239.998.115,02	51.383.990,21	367,07%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	180.777.193,94	17.342.648,09	942,39%
TOTAL	10.594.648.488,22	12.215.141.245,77	-13,27%

FORNTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 7. O grupo transferências e delegações recebidas apresentou uma redução 8,75%, totalizando 5,515 bilhões, sendo concentradas nas transferências intragovernamentais e intergovernamentais que reduziram R\$ 5,272 bilhões e R\$ 341,4 milhões, ainda reflexo da revisão dos registros no FIPLAN para reduzir os registros de VPAs desnecessárias.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	51.279.176.292,14	56.551.741.177,06	-9,32%
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	6.130.436.624,07	6.471.858.497,40	-5,28%
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	24.151.820,46	34.823.425,56	-30,64%
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	28.707,94	-100,00%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	109.625.421,06	0,00	100,00%
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	30.865,27	120.516,16	-74,39%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	17.261,33	0,00	100,00%
TOTAL	57.543.438.284,33	63.058.572.324,12	-8,75%

FONTES: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 8. A VPA de ganhos com ativos e desincorporação de passivos aumentou R\$ 2,594 bilhões, sendo esse crescimento quase integralmente concentrado em ganhos com incorporação de ativos, que apresentou R\$ 2,548 bilhões de aumento, referente ao aumento da inscrição da dívida ativa e de ganhos com incorporação de ativos.

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	170.122,54	-
GANHOS COM ALIENAÇÃO	20.866.695,51	17.819.555,31	17,10%
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	6.317.649.217,01	3.769.050.664,53	67,62%
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	807.783.743,45	764.564.318,21	5,65%
TOTAL	7.146.299.655,97	4.551.604.660,59	57,01%

FONTES: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 9. As outras Variações aumentativas apresentaram aumento de 41,52%, equivalente a R\$ 11,785 bilhões, concentrado no item Reversões de provisões e Ajustes de perdas, no montante de R\$ 11,710 bilhões, decorrente da atualização do passivo atuarial da previdência que teve redução em decorrência, principalmente, das mudanças na regra do aposentados e pensionistas, mudanças de premissas, mudança de base cadastral e mudança na forma de financiamento da forma de custeio (segregação de massas).

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	5.608.954,77	4.408.523,20	27,23%
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	39.454.457.168,03	27.743.995.556,53	42,21%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	711.670.599,64	637.830.257,34	11,58%
TOTAL	40.171.736.722,44	28.386.234.337,07	41,52%

FONTES: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 10. As variações patrimoniais diminutivas diminuíram em relação a 2020, R\$ 9,941 bilhões, correspondendo a 9,69% de redução, sendo que o

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

decrécimo de R\$ 11,236 bilhões das outras variações patrimoniais diminutivas foi o grupo responsável pela redução das variações diminutivas.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
PESSOAL E ENCARGOS	10.732.865.586,36	10.247.883.728,72	4,73%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.274.654.142,05	4.136.339.044,51	3,34%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.693.842.547,97	2.785.690.648,77	32,60%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.267.337.778,85	2.005.250.600,58	-36,80%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	57.839.133.326,00	58.173.189.233,41	-0,57%
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	14.148.501.118,11	13.374.179.986,46	5,79%
TRIBUTARIAS	290.047.324,07	228.432.012,18	26,97%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	363.623.319,46	11.600.105.981,04	-96,87%
TOTAL	92.610.005.142,87	102.551.071.235,67	-9,69%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 11. A despesa com Pessoal e encargos, teve um aumento de R\$ 485 milhões, esse aumento foi decorrente da concessão da RGA revisão geral anual de 2%, e de aumentos de algumas leis de carreiras que já estavam aprovadas antes da entrada em vigor da LC 173/2020.

PESSOAL E ENCARGOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	8.001.868.108,20	7.800.481.248,62	2,58%
ENCARGOS PATRONAIS	2.320.043.527,14	2.011.190.215,71	15,36%
BENEFÍCIOS A PESSOAL	146.822.186,68	157.083.190,83	-6,53%
OUTRAS VAR. PATR. DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	264.131.764,34	279.129.073,56	-5,37%
TOTAL	10.732.865.586,36	10.247.883.728,72	4,73%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 12. Os benefícios previdenciários e assistenciais tiveram crescimento de 3,34%, equivalente a R\$ 138 milhões, sendo R\$ 93 milhões no item Aposentadorias e Reformas e R\$ 44 milhões em pensões, aqui também efeito da RGA – Revisão Geral Anual e leis de carreira citados no item anterior.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	3.595.964.388,80	3.502.549.338,25	2,67%
PENSOES	671.392.164,06	626.939.468,99	7,09%
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	7.297.589,19	6.850.237,27	6,53%
TOTAL	4.274.654.142,05	4.136.339.044,51	3,34%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 13. O item serviços foi o grande responsável pelo crescimento de R\$ 908 milhões, de 2020 para 2021, desse grupo, contribuindo por R\$ 786 milhões, seguido do aumento de material de consumo.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	502.199.233,50	350.603.196,55	43,24%
SERVICOS	2.992.360.022,30	2.205.906.736,23	35,65%
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTAO	199.283.292,17	229.180.715,99	-13,05%
TOTAL	3.693.842.547,97	2.785.690.648,77	32,60%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 14. AS VPD'S financeiras apresentaram uma redução de 36,80%, no valor de R\$ 737,9 milhões, toda ela concentrada na redução das variações monetárias e cambiais que reduziram R\$ 1,069 bilhão, pela redução das variações monetárias da dívida interna e externa de longo.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	328.139.983,48	189.439.375,28	73,22%
VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS	583.795.245,65	1.653.448.307,33	-64,69%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	355.402.549,72	162.362.917,97	118,89%
TOTAL	1.267.337.778,85	2.005.250.600,58	-36,80%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 15. No grupo de transferências e delegações concedidas houve uma redução de R\$ 334 milhões, equivalente a 0,57%, concentrado no item transferências intragovernamentais que reduziu R\$ 4,579 bilhões. Destaque para o aumento de R\$ 4,058 bilhões nas demais transferências intergovernamentais, em grande parte devido a alteração do registro da VPD de FUNDEB conforme orientado pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP. Cabe ainda destacar o alto crescimento percentual das demais transferências e delegações, devido ao aumento das transferências para consórcios públicos.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	52.853.661.630,46	57.433.427.706,44	-7,97%
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	4.574.149.373,79	515.361.860,77	787,56%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	359.667.345,31	211.240.006,72	70,26%
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	51.654.976,44	13.159.659,48	292,53%
TOTAL	57.839.133.326,00	58.173.189.233,41	-0,57%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 16. O grupo de desvalorização e perda de ativos apresentou um crescimento de 5,79%, no montante de R\$ 774 milhões, aumento concentrado no item redução a valor recuperável e provisão para perdas no valor de R\$ 2,686 bilhões em decorrência dos ajustes para perdas da dívida ativa. Destaque para

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

redução do item desincorporação de ativos referente à baixa da dívida ativa, no montante de R\$ 1,882 bilhão.

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E PROVISAO PARA PERDAS	12.441.219.009,61	9.755.203.103,09	27,53%
PERDAS COM ALIENACAO	24.587,28	0,00	100,00%
PERDAS INVOLUNTARIAS	96.532.889,61	78.060.711,37	23,66%
INCORPORACAO DE PASSIVOS	63.993.522,87	123.182.978,55	-48,05%
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.546.731.108,74	3.417.733.193,45	-54,74%
TOTAL	14.148.501.118,11	13.374.179.986,46	5,79%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 17. A variação patrimonial diminutiva tributária aumentou em R\$ 61,6 milhões, sendo R\$ 59,6 milhões no item impostos, refletindo o aumento do reconhecimento patrimonial da despesa relativa aos tributos federais, em especial ao PASEP, que aumenta proporcionalmente ao aumento da receita.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA TRIBUTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
IMPOSTOS	287.812.027,09	228.142.656,90	26,15%
TAXAS	2.228.931,29	289.355,28	670,31%
DEPÓSITOS OBRIGATÓRIOS	6.365,69	0,00	100,00%
TOTAL	290.040.958,38	228.432.012,18	26,97%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 18. As demais variações patrimoniais diminutivas tiveram um decréscimo de R\$ 11,236 bilhões, representando 96,87% de diminuição do grupo, em decorrência da redução do item diversas VPD de constituição de provisões no valor de R\$ 10,584 bilhões em razão da redução da constituição de provisões, que ocorreu em maiores montantes em 2020 devido a reclassificação alguns valores indevidamente registrados como passivo sem dotação orçamentária.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV	4.383.032,45	0,00	100,00%
PREMIAÇÕES	12.867.326,11	11.779.806,35	9,23%
INCENTIVOS	12.942.653,54	9.559.383,15	35,39%
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	99.923.905,57	10.684.320.987,56	-99,06%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	233.506.401,79	894.445.803,98	-73,89%
TOTAL	363.623.319,46	11.600.105.981,04	-96,87%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 19. O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 45,318 bilhões, impactado pela boa performance da receita tributária e de contribuições e das reversões das provisões matemáticas, explicados no DVP 9,

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

por outro lado contribuiu também para esse resultado a redução das outras variações diminutivas, em decorrência de uma menor constituição de provisões, bem como das provisões matemáticas.

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	
DESCRIÇÃO	31/12/2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	137.928.364.010,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.740.244.250,43
CONTRIBUIÇÕES	6.149.180.054,80
EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS E SERVIÇOS E DIREITOS	1.582.816.554,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	10.594.648.488,22
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	57.543.438.284,33
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	7.146.299.655,97
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	40.171.736.722,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	92.610.005.142,87
PESSOAL E ENCARGOS	10.732.865.586,36
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.274.654.142,05
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.693.842.547,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.267.337.778,85
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	57.839.133.326,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	14.148.501.118,11
TRIBUTARIAS	290.047.324,07
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	363.623.319,46
SUPÉRÁVIT	45.318.358.867,54

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Consolidada - DDC

DDC 1. O demonstrativo da dívida consolidada vem desmembrado em dívida pública, precatórios e outras dívidas. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado, o item, outras dívidas, foi incluído no anexo 16 para compatibilizá-lo com o Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal da Lei Complementar 101/2000.

DDC 2. A dívida consolidada sofreu decréscimo de 2,71%, correspondente a R\$ 182 milhões, sendo que a dívida pública reduziu em 8,16%, valor nominal de R\$ 544 milhões, em virtude de diversos fatores destacados na DDC, e as outras dívidas tiveram redução de R\$ 14,1 milhões e os precatórios aumentaram R\$ 376 milhões.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA			
DESCRIÇÃO	2021	2020	AH%
DÍVIDA PÚBLICA	6.128.623.573,73	6.673.022.037,19	-8,16%
PRECATÓRIOS	413.774.108,98	37.684.613,57	997,99%
OUTRAS DÍVIDAS	1.906.381,56	16.046.238,67	-88,12%
TOTAL	6.544.304.064,27	6.726.752.889,43	-2,71%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DDC 3. O estoque da dívida pública registrou o montante de R\$ 6,1 bilhões no final de 2021. Esse montante corresponde ao total dos Estoques da Dívida Interna e Externa. Verifica-se redução de 8,16%, no valor nominal de R\$ 544,3 milhões, em relação a dezembro de 2020. Tal aumento encontra-se amparado nas variações das dívidas internas e externas: A Dívida Interna, excluindo precatório e outras dívidas, em 2020 era de 5,4 bilhões e em 2021 foi para R\$ 4,8 bilhões, redução de R\$ 560,5 milhões, correspondendo a 10,38%. A Dívida Externa em 2020 era de R\$ 1,270 bilhão e em 2021 foi para R\$ 1,287 bilhão, aumento de R\$ 16 milhões, correspondendo 1,30%.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA			
DESCRIÇÃO	2021	2020	AH%
DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	4.841.126.948,87	5.402.075.625,56	-10,38%
DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA	1.287.496.624,86	1.270.946.411,63	1,30%
TOTAL	6.128.623.573,73	6.673.022.037,19	-8,16%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DDC 4. A composição do Saldo Devedor da dívida pública consolidada do Estado de Mato Grosso em dezembro de 2020 manteve-se como contratual, exceto o montante dos Precatórios, os parcelamentos de débitos previdenciários e de tributos federais e as outras dívidas com fornecedores, que tratam de obrigações assumidas em virtudes de leis.

DDC 5. Em dezembro de 2021, o Estado de Mato Grosso possuía a seguinte composição por credores com os seguintes contratos de financiamentos e refinanciamentos: 06 (seis) credores, sendo 04 (quatro) credores internos, (02) dois credores externos. Credores internos são: União, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Brasil, Precatórios e Outras Dívidas. Credores Externos: BIRD (Banco Mundial) e BID-Profisco. Já no item Precatórios e Outras dívidas o estoque é composto de diversos credores.

DDC 6. A União desponta como o maior credor da dívida pública de Mato Grosso, representando 43,98%, totalizando R\$ 2,878 bilhões, do estoque da dívida

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

do Estado. Desse montante 32,06% (R\$ 2,097 bilhões) são dívidas renegociadas no âmbito da Lei nº 9.496/97, que foi novamente renegociada em 2014 e 2016 nos termos das Leis Complementares n. 148/2014 e 156/2016, ocorrendo a modificação da aplicação dos custos de IGP-DI + 6% ao ano para IPCA + 4% ao ano e, ainda alongamento do prazo em até 240 meses a partir de 2027.

DDC 7. O restante de 11,92% (R\$ 780 milhões) refere-se a contratos de Médio e Longo Prazo (DMLP) e os parcelamentos de dívidas previdenciárias e de tributos federais.

DDC 8. O segundo Credor que financia o Estado é o Banco do Brasil S/A, representa 20,9% do estoque da dívida. Representando cerca de R\$ 1,368 bilhão.

DDC 9. Precatórios representam 6,32% do total da dívida de dezembro de 2019, que corresponde o montante de R\$ 413,7 milhões.

DDC 10. Outras dívidas representam 0,03% do total da dívida de dezembro de 2021, que corresponde o montante de R\$ 1,9 milhão.

DDC 11. Quanto aos Credores Externos, o BIRD (Banco Mundial) corresponde 18,75% (R\$ 1,227 bilhão) e o BID - PROFISCO 0,92% (R\$ 61,198 milhões) do total do Estoque da Dívida.

DDC 12. Do total de estoque da dívida pública em dezembro de 2021, a dívida interna correspondeu a 73,97% (R\$ 4,841 bilhões), enquanto a dívida externa correspondeu a 19,67 (R\$ 1,287 bilhão). Desse modo, verifica-se que os credores internos, notadamente os bancos públicos, que mais disponibilizaram linhas de créditos que financiaram as políticas públicas do Estado.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA					
DESCRIÇÃO		2021	AV	2020	AH
CREDORES INTERNOS	UNIÃO - LEI 9496/97	2.097.983.747,48	32,06%	2.148.703.712,58	-2,36%
	UNIÃO - DMPL E PARCELAMENTOS	780.170.141,31	11,92%	763.628.474,09	2,17%
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	359.861.570,82	5,50%	567.050.173,06	-36,54%
	BNDES	235.099.162,44	3,59%	293.064.233,71	-19,78%
	BANCO DO BRASIL	1.368.012.326,82	20,90%	1.629.629.032,12	-16,05%
	PRECATÓRIOS - DIVS CREDORES	413.774.108,98	6,32%	37.684.613,57	997,99%
	OUTRAS DÍVIDAS - DIVS CREDORES	1.906.381,56	0,03%	16.046.238,67	-88,12%
CREDORES EXTERNOS	BID - PROFISCO	60.241.438,85	0,92%	61.198.169,32	-1,56%
	BIRD (BANCO MUNDIAL)	1.227.255.186,01	18,75%	1.209.748.242,31	1,45%
TOTAL		6.544.304.064,27	100,00%	6.726.752.889,43	-2,71%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

DDC 13. Já em relação a variação de 2020 para 2021 identifica-se uma redução na dívida consolidada de 2,71%, representando R\$ 182 milhões, sendo que a dívida interna reduziu R\$ 560,9 milhões e a dívida externa aumentou R\$ 16 milhões e os precatórios e outras dívidas cresceu R\$ 361 milhões.

DDC 14. Cabe ressaltar, que em sua maioria a Dívida Externa foi reestruturada passando do credor BANK OF AMERICA, para o Credor Banco Mundial. Esta dívida foi alongada em mais 20 anos e passou a ser mensalizada, e a uma taxa de juros a 3% aa.

DDC 15.

DDC 16. À vista disso, percebe-se que apesar de terem ocorridas expressivas amortizações e baixas no estoque da dívida pública no ano de 2021 no montante de R\$ 1.080.746.877,81 conforme pode se verificar no anexo 16 da administração direta e indireta, não ocorreu redução do estoque da dívida proporcionalmente ao montante amortizado, devido a vários fatores que impactaram o estoque no referido período, conforme informações da Secretaria Adjunta do Tesouro Estadual, os quais são elencados abaixo:

- Foram incorporados ao saldo devedor da dívida pública, a partir de junho de 2020, as parcelas das prestações suspensas no ano de 2020, em virtude da edição LC nº 173/2020. O montante aproximado incorporado ao saldo devedor principal da dívida foi de R\$ 101.871.217,10 – referente aos contratos: Arena Entorno, Prodetur, PEF I, PEF II, PROINVEST, PROGRAMA MT INTEGRADO, PROGRAMA PRÓ-CONCRETO, PROGRAMA MT RESTAURA, MOBILIDADE CORREDOR MARIO ANDREZZA, MOBILIDADE PRÓ-TRANSPORTE, IMPLANTAÇÃO VLT-CPAC.
- Foram incorporados ao saldo devedor da dívida pública, as liberações de recursos de operações de créditos contratadas, referente aos contratos: CEF/FINISA PONTES DE CONCRETOS Nº 0536914-09, Nº 0541757-03, Nº 0541758-17, e o contrato BNDES/PRODESTUR, que juntos no totalizaram de 2021 o montante de R\$ 360.971.670,26 de recursos recebidos. O que provocou aumento no Estoque da dívida pública a partir dos meses fevereiro/2021 e março/2021.
- Também, foram incorporados no período o valor dos precatórios posteriormente no montante de R\$ 383.394.751,30. O estoque da dívida consolidada do mês de Novembro/2021, para o mês de Dezembro/2021 é impactada pela entrada de precatórios, devidos em 2020 e que não foram pagos em 2021. Um desses impactos, é que na ordem cronológica está a frente um precatório de grande valor previsto pelo TJ, no montante de R\$ 356.000.309,88; conforme ordem cronológica enviada no início de janeiro de 2022. O Estado de Mato Grosso tem

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

buscado a compensação do referido crédito com o passivo tributário de responsabilidade da empresa. Dessa forma, o referido precatório tem impedido o fluxo na sequência de pagamentos seguidos pela ordem cronológica.

- Ainda, ocorreu o impacto da variação cambial do período no Estoque da Dívida Pública, referente os contratos da dívida indexados ao dólar norte-americano, são eles: dívida externa (BIRD-Banco Mundial, BID-PROFISCO) e dívida interna (DMLPs), que sofrem com a alta do câmbio/USD para o período. Em dez/2020, o câmbio estava em USD = 5,1967 e em dezembro/2021 US = 5,6070. Com isso, ocorreu uma variação cambial positiva de R\$ 133.383.364,36.
- Assim, apesar de no ano de 2021 terem ocorrido amortizações e baixas no saldo devedor da dívida, e que juntos totalizaram o valor de R\$ 1.080.746.877,81, por outro lado, ocorreram os fatores acima mencionados, que somados perfazem o montante de cerca R\$ 979.621.00,02, que tiveram o efeito contrário no SALDO DEVEDOR DO ESTOQUE DA DÍVIDA, praticamente, quase anulando os efeitos das amortizações e baixas ocorridas no ano de 2021.

ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante - DDF

DDF 1. A posição das contas entre o anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro, apresentado no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos financeiros e Permanentes é equivalente, de forma que ambos apresentam o valor de R\$ 13,855 bilhões.

DDF 2. Os restos a pagar, nesse demonstrativo, são apresentados em separado os restos a pagar principal das consignações. As consignações são demonstradas dentro do grupo “DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES”.

DDF 3. Os restos a pagar não processados liquidados em 31 de dezembro de 2021 aparecem na coluna Saldo do Exercício Anterior como processado, estando em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que orienta a transferência dos restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados.

DDF 4. Conforme quadro resumo foram cancelados, no exercício de 2021, o montante de R\$ 21,6 milhões de restos a pagar processados, sendo R\$ 18,1 milhões do credor principal e R\$ 3,5 milhões de consignações de RP Processados.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

DDF 5. No exercício de 2020 foi desenvolvido o relatório FIP 631 - Demonstrativo dos Cancelamentos de Restos a Pagar Liquidados, com o objetivo de evidenciar as motivações para o cancelamento de Restos a pagar processados.

DDF 6. Do cancelamento de restos a pagar processados de R\$ 21,6 milhões, R\$ 11,6 milhões foi cancelado pelo executivo e R\$ 10 milhões pela Tribunal de Justiça de Mato Grosso – TJ/MT.

CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO 2021		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
03101	TJ	10.053.930,09
04101	CASA CIVIL	60,00
04304	INTERMAT	22.561,56
09101	PGE/MT	111.175,99
11101	SEPLAG/MT	47.360,98
11303	MT SAUDE	5,77
11305	MT PREV	2.067,12
11401	MTI	4.845,82
12101	SEAF	5.930,55
12401	EMPAER/MT	107.132,96
12502	CEASA/MT	5.927,44
14101	SEDUC	675.959,78
16101	SEFAZ	10.682,02
17101	SEDEC	5.749,58
17502	MT-GÁS	34,00
19101	SESP	201.132,29
19301	DETRAN	450.042,38
21601	SESP	2.085.082,86
22101	SETASC	226.812,00
22608	FUNDECON	40.771,00
23101	CULTURA	1.014.322,33
23601	FUNDED/MT	818.538,78
25101	SINFRA	5.783.201,57
26101	SECITECI	0,04
26201	UNEMAT	232,00
26202	FAPEMAT	900,00
Total Geral		21.674.458,91

DDF 7. Conforme tabela abaixo elaborada com base no FIP 631, dos R\$ 11,6 milhões de cancelamento de RP processados do Executivo, R\$ 4,4 milhões foram cancelados por rescisão dos contratos; R\$ 4,1 milhões foram cancelados por prescrição e R\$ 1,593 milhão são liquidações indevidas por destrato, convênios revogados, etc.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

RESUMO FIP 631 - MOTIVAÇÃO CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO	
DESCRIÇÃO	VALOR DO EXECUTIVO
CANCELAMENTO POR RESCISÃO CONTRATUAL	4.439.151,48
CANCELAMENTO POR PRESCRIÇÃO	4.127.758,02
LIQUIDAÇÃO INDEVIDA	1.593.884,15
DESPESAS PAGAS EM OUTROS PROCESSOS	792.380,66
PARECER ÓRGÃOS DE CONTROLE	662.275,57
CANCELAMENTO POR DECRETO	5.018,25
TOTAL	11.620.468,13

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DDF 8. Também foram estornados o montante de R\$ 403,8 milhões de restos a pagar não processados no exercício de 2021.

ANEXO 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa – DFC

DFC 1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC demonstra os montantes de entradas e saídas de dinheiro no caixa durante o exercício e o resultado desse fluxo. Assim, a DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e a classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

DFC 2. A DFC foi elaborada de acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IPC 08;

DFC 3. Na DFC são incluídos os fluxos de caixa extraordinários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;

DFC 4. Em Mato Grosso, em função da adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”, apurado no Balanço Financeiro, de forma que em 2021, o resultado apurado foi positivo em R\$ 5,150 bilhões, representando um acréscimo da ordem de 2,087 bilhões, em relação ao mesmo período de 2020, quando o resultado foi positivo em R\$ 3,063 bilhões, conforme tabela a seguir. O crescimento ficou todo ele concentrado no fluxo das atividades operacionais, representando um aumento de R\$ 3,159 bilhões.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	7.361.905.541,86	4.202.711.036,88	75,17%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-1.720.409.837,60	-937.705.622,58	83,47%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-491.422.027,97	-201.964.085,82	143,32%
TOTAL	5.150.073.676,29	3.063.041.328,48	68,14%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DFC 5. No fluxo das atividades operacionais, onde fica evidente a capacidade do ente em financiar suas atividades correntes sem recorrer a fontes externas de financiamento, o Estado apresentou um crescimento de 75,17%, equivalente a R\$ 3,159 bilhões no exercício de 2021, se comparado com o exercício anterior, totalizando um fluxo positivo, em 31 de dezembro, de R\$ 7,361 bilhões.

DFC 6. Enquanto os ingressos operacionais cresceram R\$ 11,325 bilhões os desembolsos operacionais cresceram somente R\$ 8,166 bilhões, gerando um crescimento no fluxo de caixa líquido operacional de R\$ 7,361 bilhões de 2020 para 2021.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
Ingressos (I)	68.661.704.548,44	57.336.368.605,99	19,75%
Receita Tributária	13.604.125.047,01	10.045.648.136,02	35,42%
Receita da Contribuições	6.149.180.054,80	5.367.868.905,14	14,56%
Receita Patrimonial	193.813.687,79	233.352.889,37	-16,94%
Receita Agropecuária	227.190,00	197.803,50	14,86%
Receita Industrial	1.807.793,28	3.642.885,54	-50,37%
Receita de Serviços	965.420.261,36	732.067.016,21	31,88%
Remuneração das disponibilidades	239.998.115,02	51.190.653,81	368,83%
Receita de Transferências	6.049.872.203,87	6.420.300.680,15	-5,77%
Outros ingressos operacionais	41.457.260.195,31	34.482.099.636,25	20,23%
Desembolso (II)	61.299.799.006,58	53.133.657.569,11	15,37%
Pessoal e demais despesas	16.951.780.910,83	16.450.569.749,95	3,05%
Juros e encargos da dívida	328.139.983,48	189.439.375,28	73,22%
Transferências concedidas	3.563.688.000,61	2.740.241.438,85	30,05%
Outros desembolsos operacionais	40.456.190.111,66	33.753.407.005,03	19,86%
TOTAL (III = I - II)	7.361.905.541,86	4.202.711.036,88	75,17%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DFC 7. Os crescimentos dos ingressos, no valor de R\$ 11,325 bilhões, foram impulsionados pelo aumento da receita tributária, que em decorrência das ações implementadas e o começo da recuperação da economia pós pandemia, aumentou R\$ 3,558 bilhões; das receitas de contribuições que cresceram R\$ 781 milhões em decorrência, principalmente, do aumento da alíquota da previdência, e dos outros ingressos operacionais que teve acréscimo de R\$ 6,702 bilhões, devido a

DFC 8. Os outros ingressos operacionais, representados pelas transferências financeiras recebidas, movimentações extraorçamentárias e outras receitas correntes, tiveram um crescimento de 20,23%, totalizando R\$ 6,975 bilhões, sendo R\$ 3,519 bilhões impactado pelo aumento das transferências financeiras reflexo do aumento da arrecadação e R\$ 3,420 bilhões no movimento de extraorçamentário.

OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
Transferência Financeira	22.852.329.411,94	19.333.186.162,24	18,20%
Movimento Extraorçamentário	17.737.974.185,29	14.317.063.558,99	23,89%
Outras Receitas Correntes	866.956.598,08	831.849.915,02	4,22%
TOTAL	41.457.260.195,31	34.482.099.636,25	20,23%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DFC 9. O movimento extraorçamentário é composto pelas execuções extraorçamentárias do período e conforme citado acima utiliza a mesma metodologia do BF, apresentou crescimento de R\$ 3,420 bilhões, em decorrência do aumento dos depósitos de diversas origens, dos depósitos a terceiros, das receitas arrecadadas por terceiros e das receitas arrecadadas de terceiros nos valores de R\$ 2,493 bilhões, R\$ 321 milhões, R\$ 306 milhões e R\$ 207 milhões, respectivamente.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS - MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
RECEITAS ARRECADADAS POR TERCEIROS	3.533.544.346,57	3.227.383.767,34	9,49%
RECEITAS DO TESOURO A RECEBER	120.841.919,64	106.389.643,15	13,58%
DEPÓSITO A TERCEIROS	661.739.694,96	340.491.918,75	94,35%
DIREITOS DER.UTILSDO DISP. CTA ÚNICA-LC 360/09-ART.1º, §3º, INC.III E ART.7º	53.468.840,00	12.857.175,19	315,87%
FUNDO CONTINGENCIAL/RESSARCIMENTO A RECEBER	5.133.194,67	4.287.743,10	19,72%
CRÉDITOS A RECEBER FOLHA DE PAGAMENTO	194.985,30	5.852,87	3231,45%
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.663.987.043,58	7.170.060.794,03	34,78%
RECEITAS ARRECADADAS DE TERCEIROS	3.433.629.332,27	3.226.015.410,46	6,44%
RECEITA DO TESOURO A REPASSAR	260.010.243,20	225.275.005,72	15,42%
INCORPORAÇÃO E DESINCORPORAÇÃO DE SALDO FINANCEIRO	229.298,93	0,00	100,00%
RECURSOS DESTINADOS A PESSOAL/DIVIDA A RECEBER	5.195.286,17	4.296.248,38	20,93%
TOTAL	17.737.974.185,29	14.317.063.558,99	23,89%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DFC 10. Destaca-se na parte dos desembolsos o crescimento de R\$ 1,5 bilhão das despesas de pessoal no em relação ao exercício de 2019, aumento esse devido ao pagamento, em 2020, da folha de dezembro de 2019 e ao final do exercício a folha de dezembro de 2020 foi paga dentro do exercício, além disso ainda houve o crescimento vegetativo da folha e aumento das alíquotas patronais e o crescimento de R\$ 687 milhões e outros desembolsos operacionais.

DFC 11. Os outros desembolsos operacionais, compostos das transferências financeiras concedidas no âmbito do Estado e das movimentações extraorçamentárias, tiveram um crescimento de 19,86%, representando em valores nominais um aumento de R\$ 6,702 bilhões, em detrimento das transferências financeiras que tiveram um crescimento de R\$ 3,515 e do movimento extraorçamentário que teve crescimento de R\$ 3,187 bilhões.

OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
Transferência Financeira	22.851.337.412,29	19.335.972.436,49	18,18%
Movimento Extraorçamentário	17.604.852.699,37	14.417.434.568,54	22,11%
TOTAL	40.456.190.111,66	33.753.407.005,03	19,86%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DFC 12. O aumento de R\$ 3,187 bilhões, correspondente a 22,11%, em relação a 2020, no movimento extraorçamentário, foi em decorrência do crescimento dos depósitos de diversas origens, das receitas arrecadadas de terceiros, das receitas arrecadadas por terceiros e dos depósitos a terceiros nos valores de R\$ 2,497 bilhões, R\$ 306 milhões, R\$ 248 milhões e R\$ 51 milhões, respectivamente.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS - MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
RECEITAS ARRECADADAS POR TERCEIROS	3.693.639.575,47	3.444.889.516,18	7,22%
RECEITAS DO TESOURO A RECEBER	0,00	6.400.900,00	-100,00%
DEPÓSITO A TERCEIROS	399.274.544,85	347.344.460,88	14,95%
CRÉDITOS A RECEBER FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	5.643,19	-100,00%
RECURSOS DESTINADOS A PESSOAL/DÍVIDA A RECEBER	5.195.286,17	4.296.248,38	20,93%
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.756.663.824,34	7.259.207.572,53	34,40%
RECEITAS ARRECADADAS DE TERCEIROS	3.533.544.346,57	3.227.383.767,34	9,49%
RECEITA DO TESOURO A REPASSAR	120.841.919,64	106.389.643,15	13,58%
INCORPORAÇÃO E DESINCORPORAÇÃO DE SALDO FINANCEIRO	37.091.167,66	4.371.898,60	748,40%
OBRIG.DERIVADAS UTILIZAÇÃO SDO DISP. CTA ÚNICA-LC 360/09-ART.1º	53.468.840,00	12.857.175,19	315,87%
FUNDO CONTINGENCIAL/RESSARCIMENTO A REPASSAR - MD	5.133.194,67	4.287.743,10	19,72%
TOTAL	17.604.852.699,37	14.417.434.568,54	22,11%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DFC 13. O fluxo de caixa das atividades de investimento de 2021 apresentou aumento do déficit de 83,47% no exercício de 2020, em detrimento de 2020, totalizando R\$ 782 milhões negativos, evidenciando que as atividades de investimentos vêm sendo subsidiada pelos recursos do fluxo operacional.

DFC 14. O fator que mais contribuíram para esse resultado nas atividades de investimento foi o aumento de despesa de ativos não circulante que cresceu 89,41%, no montante de R\$ 793 milhões, sendo que o maior aumento foi infraestrutura e na segurança, nos montantes de R\$ 460 milhões e R\$ 130 milhões, respectivamente.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
Ingressos (I)	27.616.194,14	30.597.636,18	-9,74%
Alienação de bens	21.850.855,96	19.007.417,71	14,96%
Amortização de emprést.e financ. concedidos	2.772.230,09	1.368.114,34	102,63%
Outros ingressos de investimentos	2.993.108,09	10.222.104,13	-70,72%
Desembolso (II)	1.748.026.031,74	968.303.258,76	80,52%
Aquisição de ativo não circulante	1.680.419.804,29	887.209.834,72	89,41%
Concessão de emprést.e financ. concedidos	1.976.629,69	3.770.012,09	-47,57%
Outros desembolsos de investimentos	65.629.597,76	77.323.411,95	-15,12%
TOTAL (III = I - II)	-1.720.409.837,60	- 937.705.622,58	83,47%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DFC 15. Já o fluxo de caixa das atividades de financiamento de 2021 teve aumento do déficit na ordem de 143,32%, ficando o fluxo das atividades de financiamento negativa em R\$ 491 milhões, em detrimento a 2020, cujo saldo negativo fechou em m R\$ 201 milhões. Enquanto os ingressos cresceram R\$ 940 milhões os desembolsos aumentaram R\$ 1,230 bilhão.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO

DFC 16. Em atendimento à IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a amortização da dívida executada na natureza de despesa 4.6.90.71 deve ser evidenciada na linha Outros desembolsos e financiamento, portanto foi alocada nesta linha os valores de R\$ 990 milhões e R\$ 315 milhões e, referente a 2021 e 2020, respectivamente.

DFC 17. Esse resultado nos ingressos das atividades de financiamento é consequência do aumento do pagamento da amortização da dívida que apresentou um crescimento de R\$ 824 milhões em detrimento: do retorno dos pagamentos suspensos em conformidade com a LC 173/2020; da cobrança da penalidade por descumprimento do teto da LC 178/2021; a incorporação dos recursos liberados no âmbito das operações de crédito contratadas “FINISA-PONTES DE CONCRETO/CEF” e BNDES/PRODETUR; e o Estado de Mato Grosso optou por fazer liquidação antecipada os contratos referentes ao Programa Veículo Leve Sobre Trilhos/vlt’s,

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
Ingressos (I)	1.108.190.424,23	167.369.473,59	562,12%
Operações de crédito	360.971.670,26	51.384.191,46	602,50%
Integ. do capital social de empresas dependentes	27.000.000,00	-	-
Transferências de capital recebidos	75.238.401,94	61.750.686,20	0,00%
Outros ingressos de financiamentos	644.980.352,03	54.234.595,93	1089,24%
Desembolso (II)	1.599.612.452,20	369.333.559,41	333,11%
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	1.599.612.452,20	369.333.559,41	333,11%
TOTAL (III = I - II)	- 491.422.027,97	- 201.964.085,82	143,32%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Informações adicionais e mais detalhadas sobre a execução e as demonstrações abordadas nessas notas técnicas podem ser verificadas no Volume 1 – Relatório do Contador.

É o que temos a relatar.

Atenciosamente,

Anésia Cristina Batista

Contadora CRC N° MT 007032/O-9

Secretária Adjunta da Contadoria Geral do Estado